

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Arquitetura e Urbanismo

Isabela Zani Donato

**MOVIMENTO MODERNO, PLANEJAMENTO URBANO E PODER LOCAL EM
ARARAQUARA/SP. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
PRIMEIRO PLANO DIRETOR – 1950 a 1982.**

São Carlos
2014

**MOVIMENTO MODERNO, PLANEJAMENTO URBANO E PODER LOCAL EM
ARARAQUARA/SP. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
PRIMEIRO PLANO DIRETOR – 1950 a 1982.**

Isabela Zani Donato

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Eulalia Portela Negrelos

Área de Concentração

Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

São Carlos

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

D677m Donato, Isabela Zani
Movimento moderno, planejamento urbano e poder local em Araraquara. O processo de elaboração e implementação do primeiro plano diretor - 1950 a 1982. / Isabela Zani Donato; orientadora Eulalia Portela Negrelos. São Carlos, 2014.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

1. planejamento urbano. 2. movimento moderno. 3. plano diretor. 4. Araraquara. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: Arquiteta e Urbanista Isabela Zani Donato

Título da dissertação: "Movimento moderno, planejamento urbano e poder local em Araraquara-SP. O processo de elaboração e implementação do primeiro plano diretor - 1950 a 1982".

Data da defesa: 24/04/2014.

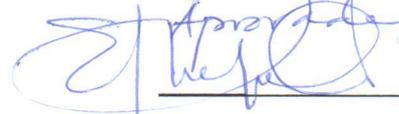
Comissão Julgadora:

Profa. Dra. **Eulalia Portela Negrelos (orientadora)**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP)

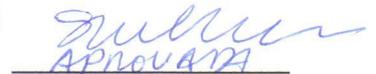
Profa. Assoc. **Sarah Feldman**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - USP)

Prof. Dr. **Paulo Julio Valentino Bruna**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP)

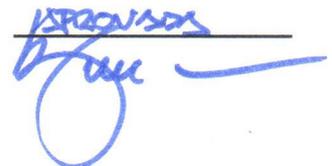
Resultado:



APROVADA



APROVADA



APROVADO

Presidente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Urbanismo: Professor Associado **Marcio Minto Fabricio**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Laide e Luiz Henrique, referências de carinho, respeito e dignidade, por sempre me incentivarem a perseverar, por todas as batalhas, todas as conquistas, todos os desafios vencidos, meu eterno agradecimento.

Ao meu irmão, Henrique, por estar sempre presente e dividir comigo as incertezas e as conquistas.

À Professora Dr^a Eulalia Portela Negrelos, pela orientação e amizade, atenção e dedicação, pelo rigor científico e comprometimento no decorrer desse trabalho de mestrado.

Aos professores do Programa de Pós Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, pela colaboração no processo de amadurecimento da pesquisa, e aos funcionários da Pós Graduação, pelas inúmeras ajudas ao longo dos últimos anos.

À CAPES pelo financiamento e apoio a esta pesquisa.

À amiga Isabela Teixeira, que dividiu as angústias vividas durante o Mestrado e todo o desenvolvimento da dissertação. Às amigas Blandina Helena e Maylah Esteves, que me acompanharam e me incentivaram, principalmente neste último ano de trabalho.

E aos amigos que acompanharam e torceram pelo trabalho, além de todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram ou se interessaram pela temática contida nesta pesquisa.

DONATO, Isabela Zani. **Movimento moderno, planejamento urbano e poder local em Araraquara/SP. O processo de elaboração e implementação do primeiro plano diretor – 1950 a 1982.** Dissertação (Mestrado). IAU – USP, São Carlos, 2014.

Neste trabalho é analisado o processo de elaboração do primeiro plano diretor do município de Araraquara - realizado durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 - a partir da apresentação de seus formuladores e dos principais agentes que atuaram em sua concepção. Para isto é traçado um panorama do desenvolvimento econômico, político, urbano e social desde 1850 - com o advento da cultura cafeeira, até 1982 - período marcado pela redemocratização do país -, no quadro de referência brasileiro e municipal de Araraquara, buscando compreender as formas de implementação do plano no período delimitado. É importante ressaltar que os estudos problematizam sobre a vinculação do processo de elaboração do plano diretor ao movimento moderno, demonstrando como a arquitetura moderna e os conjuntos habitacionais implantados na cidade são partes desse processo.

Palavras-chave: Planejamento urbano; movimento moderno, plano diretor, Araraquara.

ABSTRACT

DONATO, IsabelaZani. **Modern Movement, urban planning and local power in Araraquara/SP. The elaboration and implementation process of the first master plan – 1950 to 1982.** Essay (Master's degree). IAU – USP, São Carlos, 2014.

In the present study it had analyzed the elaboration process of the first Master Plan in Araraquara community – that it was made during 1950, 1960, 1970 decades – as from the presentation of its headmaster and the main agents who firstly acted in its conception. For that, we had to have a pattern for the economic, politic, urban and social development since 1850 – during the culture of coffee, until 1982 – period marked by the redemocratization of the Country-, under Brazilian and Araraquara's municipal reference, which the perspective of our search was to understand the forms of Master Plan's implementation in this specific period of History. It is important to emphasize our problematic studies by linking the elaboration of the Master Plan process to the modern movement, showing how modern architecture and city housing development are parts of this proceeding.

Keywords: Urban planning; modern movement; master plan; Araraquara.

LISTA DETABELAS E QUADROS

Tabela 1: Evolução da população de Araraquara 1940 – 2000.....	73
Quadro 1: Edifícios de Arquitetura Moderna em Araraquara – elaboração própria, 2012.....	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista frontal, dos elementos de circulação e dos elementos vazados do Hotel Eldorado Morada do Sol em 2003.....	108
Figura 2: Edifício da Caixa Econômica Federal (à esquerda) e Edifício do Banco do Brasil (à direita).....	109
Figura 3: Edifício sede da Prefeitura Municipal de Araraquara em 1978 (à esquerda) e nos dias atuais (à direita)	110
Figura 4: Fachada do Clube Araraquarense	111
Figura 5: Perspectiva interna do Clube Araraquarense.....	111
Figura 6: Vista do Edifício do SESA(Serviço Especial de Saúde) e detalhe da fachada lateral, respectivamente.	112
Figura 7: Campus UNESP Araraquara (A – vista aérea do conjunto; B – fachada de acesso aos departamentos; C – fachada posterior dos departamentos e D – circulação das salas de aula com vista para o pátio)	113
Figura 8: Escola Estadual Bento de Abreu (PAGE).....	115
Figura 9: Escola Estadual Dorival Alves e Escola Estadual Padre Francisco Colturato, respectivamente.	116
Figura 10: Araraquara em meados da década de 1960.....	119
Figura 11: Casas do conjunto FCP em Araraquara.....	131

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do município de Araraquara no estado de São Paulo	27
Mapa 2: Localização das obras modernas, distritos industriais e conjuntos habitacionais em Araraquara	105
Mapa 3: Obras modernas e escolas PAGE – elaboração própria, 2014	106
Mapa 4: Conformação urbana do município de Araraquara em 1929	118
Mapa 5: Mapa esquemático da Avenida Bento de Abreu	119
Mapa 6: Evolução dos loteamentos em Araraquara até 1950	120
Mapa 7: Evolução dos loteamentos em Araraquara até 1960	121
Mapa 8: Evolução dos loteamentos em Araraquara até 1975	122
Mapa 9: Principais eixos de comércio e serviços em Araraquara na região da Vila Xavier, à leste da malha ferroviária	127
Mapa 10: Demarcação dos limites da FCP dentro da área urbana	130
Mapa 11: Demarcação dos limites do CECAP dentro da área urbana.....	136
Mapa 12: Demarcação dos limites do conjunto D. Pedro I da COHAB dentro da área urbana	137
Mapa 13: Demarcação dos limites do conjunto Yolanda Ópice da COHAB dentro da área urbana.....	138
Mapa 14: Demarcação dos limites do conjunto Selmi Dei da COHAB dentro da área urbana	139

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – URBANISMO E PLANEJAMENTO NO BRASIL, CONFORMAÇÃO URBANA E ECONOMIA DE ARARAQUARA ATÉ 1930.....	14
I. 1. As teorias urbanas internacionais e sua implementação no Brasil – urbanismo e teorias sociais.....	14
I. 2. Anhaia Mello e Prestes Maia: embate de ideias na formulação de novas proposições urbanas	22
I. 3. Conformação das terras de Araraquara, implementação da Estrada de Ferro, Cafeicultura e economia local até 1929.	26
I.3.1. Da formação do núcleo urbano à implementação da ferrovia em Araraquara	26
I.3.2 Economia e espaço urbano em Araraquara no início do século XX.....	31
I.3.3. Legislação sanitária e transformações urbanas desencadeadas a partir das epidemias na década de 1895 – 1930.	34
CAPÍTULO II – PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL E EM ARARAQUARA ENTRE 1930 E 1950	42
II. 1. Estado Brasileiro e o planejamento.....	42
II. 2. A institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano durante o governo Vargas	48
II. 3. Dinâmica social, demográfica e econômica de Araraquara entre 1930 e 1950.....	52
CAPÍTULO III – PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E PODER LOCAL NA ELABORAÇÃO DO PRIMEIRO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA (1950-1971)	57
III.1. O Plano de metas e a industrialização brasileira (1951-1964)	57
III. 2. O desenvolvimento brasileiro e a ditadura militar	61
III. 3. Interiorização da indústria paulista e a política de cidades médias a partir da década de 1970.....	65
III. 4. Crescimento urbano, planejamento municipal e a elaboração do primeiro Plano Diretor de Araraquara.....	71
III. 5. Poder Local e o Plano Diretor de Araraquara: cronologia e definições	77

CAPÍTULO IV - PLANOS E INSTITUIÇÕES NA DINÂMICA URBANA DE ARARAQUARA E A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTO MODERNO E PLANEJAMENTO URBANO	91
IV. 1. O planejamento urbano e os projetos de arquitetura moderna no Brasil	91
IV. 2. Arquitetura Moderna em Araraquara	102
IV. 3. O Plano de Ação do Estado de São Paulo (PAGE) e a difusão da Arquitetura Moderna	114
IV. 4. Desdobramentos do primeiro plano diretor no desenvolvimento urbano de Araraquara entre 1971 e 1982: o crescimento urbano e a formação de vazios	116
IV. 5. Habitação promovida pelo Estado em Araraquara	129
À GUIA DE CONCLUSÃO – MOVIMENTO MODERNO, PLANEJAMENTO E PODER LOCAL EM ARARAQUARA.....	141
NOTAS METODOLÓGICAS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	150
APÊNDICE TEMÁTICO - CRONOLOGIA E DEFINIÇÕES DO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA	157
ANEXOS.....	179

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho reside, fundamentalmente, na construção de uma interlocução entre o processo de planejamento de Araraquara e seus desdobramentos políticos e sociais, e busca demonstrar as formas de penetração do Movimento Moderno na cidade seja no âmbito de seu planejamento, com destaque para os principais agentes e processos que o constituíram, seja no âmbito das edificações, para compreender de que forma elas intervêm na cidade e sua capacidade de transformação dos espaços em que são implantadas.

Para a construção desta interlocução, o trabalho discorre sobre os principais componentes do processo de conformação das terras de Araraquara a partir da Lei de Terras de 1850, abordando a questão fundiária no tocante à ocupação das terras do município e levando em consideração os agentes do poder local que atuaram direta e indiretamente na distribuição e loteamento destas terras, além do papel destes agentes na formulação da legislação urbana do município. A partir daí, o foco é demonstrar os meandros da formulação do primeiro plano diretor do município traçando seus paralelos com as principais correntes de formulação da “cidade moderna” e como se deu o jogo de poderes envolvidos neste processo em Araraquara.

No processo de desenvolvimento da pesquisa foi dada grande relevância à análise da história urbana do município de Araraquara com ênfase nas principais edificações consideradas modernas e o desenvolvimento urbano no município. Como objetivos laterais dessa abordagem consistiam o aprofundamento do conhecimento da arquitetura moderna realizada no interior do estado de São Paulo.

Nesse contexto, no período de 1950 a 1982, são apresentados os principais agentes produtores da cidade em termos de arquitetura, tratando da questão habitacional que se manifesta em Araraquara com conjuntos da Fundação da Casa Popular (FCP), do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (IAPC), da Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP) e da Companhia de Habitação Bandeirante (COHAB-BD), de Campinas, no sentido de demonstrar como a implementação destes conjuntos em determinadas áreas da cidade mais próximas

ou mais periféricas ao centro são influenciadas pelo plano em discussão e pelos interesses políticos e econômicos.

Concomitante às questões habitacionais há também a atuação do Governo do Estado de São Paulo através do Plano de Ação do Estado de São Paulo (PAGE) principalmente na década de 1960 dotando o município de novas escolas.

Há ainda outros tipos de manifestações da arquitetura moderna principalmente no processo de transformação do quadrilátero central da cidade e no eixo de expansão em direção ao norte (por exemplo, o edifício do DAAE). Algumas outras edificações de destaque fora do eixo centro/DAAE também estão indicadas, sendo, porém, notável o projeto do Campus da UNESP, que conta com a clara linguagem moderna de Walter Toscano, o que torna evidente sua diferenciação do conjunto da cidade.

Para realizar esta análise é de fundamental importância o entendimento da cidade de Araraquara a partir da década de 1850, quando se inicia a produção de café, passando pela instalação da ferrovia na década de 1880 e pelos surtos de febre amarela na década de 1890 que vão fazer com que a cidade adote posturas higienistas, gerando o primeiro plano urbano do município, o Plano de 1906.

A partir daí há destaque para o crescimento urbano, a inversão demográfica rural para urbana, culminando com a iniciativa por parte de agentes de instituições como a Associação de Arquitetura e Engenharia, o Rotary Club e também comerciantes e proprietários da formulação de um plano urbano de organização do espaço. Assim, em 1950 se iniciam os debates para a formulação do primeiro Plano Diretor do município.

A lógica empregada para a construção dos capítulos foi a apresentação no início de cada um dos temas num contexto amplo, para, a partir daí, chegar ao caso de Araraquara, resultando em uma apresentação em quatro capítulos.

No CAPÍTULO I – URBANISMO E PLANEJAMENTO NO BRASIL, CONFORMAÇÃO URBANA E ECONOMIA DE ARARAQUARA ATÉ 1930 ocorre a descrição do panorama sobre as teorias urbanas internacionais e sua implementação no Brasil, abordando o urbanismo e teorias sociais europeias implementadas a partir do século XIX e suas influências na América e, principalmente no Brasil.

A partir daí, há a abordagem das concepções urbanísticas de Anhaia Mello para a cidade de São Paulo, apresentando sua participação no processo de implementação

do plano diretor de Araraquara. Para a conformação da análise, há uma breve abordagem dos embates entre Anhaia Melo e Prestes Maia.

Na segunda parte do capítulo I explora-se o processo de constituição da cidade de Araraquara através de explanação sobre a conformação das suas terras, a implementação da Estrada de Ferro, cafeicultura e economia local até 1929, tratando de questões fundamentais como a formação do núcleo urbano e a implementação da ferrovia no município, bem como a economia e o espaço urbano no início do século XX, além da legislação sanitária e das transformações urbanas desencadeadas a partir das epidemias na década de 1895 – 1930.

O CAPÍTULO II – PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL E EM ARARAQUARA ENTRE 1930 E 1950 inicia com a discussão sobre o Estado brasileiro e o planejamento explicitando como, a partir de 1929, se dá a intensificação do processo de industrialização e se estabelecem as condições históricas do espaço econômico paulista, reafirmando a concentração industrial nessa região e apresentando as modificações ocorridas no país a partir da instauração do Estado Novo, em 1937. Também é discutida a questão da institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano durante o governo Vargas e a dinâmica social, demográfica e econômica de Araraquara entre 1930 e 1950.

No CAPÍTULO III – PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E PODER LOCAL NA ELABORAÇÃO DO PRIMEIRO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA (1950 – 1971), inicialmente, se traça um panorama econômico e social sobre o período de 1951 a 1964, explicitando a política consistente com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek de Oliveira e a industrialização brasileira neste período, além de apresentar fatos sobre as modificações que ocorriam na sociedade brasileira. Posteriormente há a abordagem do desenvolvimento brasileiro durante o período da ditadura militar, sobretudo até 1982, limite do período de abordagem.

Outro ponto discutido no capítulo III é a interiorização da indústria paulista e a política de cidades médias a partir da década de 1970, fatores esses que dão suporte para o entendimento de questões específicas do município de Araraquara, tais como o processo de crescimento urbano e o planejamento municipal que culminarão com a elaboração do primeiro Plano Diretor de Araraquara. Na parte final

deste capítulo há a cronologia e as definições do Plano Diretor de Araraquara, com especial ênfase aos aspectos relacionados ao poder local.

No CAPÍTULO IV - PLANOS E INSTITUIÇÕES NA DINÂMICA URBANA DOMUNICÍPIO E A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTO MODERNO E PLANEJAMENTO URBANO estão indicadas, a princípio, as múltiplas visões e o debate sobre os projetos de arquitetura moderna no Brasil. A partir daí é traçado o panorama da arquitetura moderna em Araraquara durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 com destaque para algumas edificações particulares relevantes, além do PAGE.

Na segunda parte do capítulo serão abordados os desdobramentos do primeiro plano diretor no desenvolvimento urbano de Araraquara até 1982, com o conseqüente crescimento urbano e a formação de “vazios urbanos”, além da habitação promovida pelo Estado no município.

CAPÍTULO I – URBANISMO E PLANEJAMENTO NO BRASIL, CONFORMAÇÃO URBANA E ECONOMIA DE ARARAQUARA ATÉ 1930

I. 1. As teorias urbanas internacionais e sua implementação no Brasil – urbanismo e teorias sociais

Durante o século XIX são viabilizados e debatidos vários modelos de desenvolvimento urbano em busca de solução para os problemas decorrentes do intenso processo de urbanização na Europa resultante, fundamentalmente, do acelerado crescimento populacional acarretado pelo processo de Revolução Industrial. Grandes cidades como Londres e Paris sofriam com o processo de crescimento populacional acelerado, caracterizado pela migração de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade em busca de trabalho. (CHOAY, 2000)

Analisando a proposição de Choay é possível afirmar que, a partir da Revolução Industrial, emergem os primeiros grandes aglomerados populacionais caracterizados pela predominância de uma classe operária que vivia em péssimas condições de vida, principalmente em termos de habitação e de higiene. A partir desse contexto constituiu-se uma vasta discussão para esses novos problemas que afetam o espaço urbano. Durante a Revolução Industrial, os movimentos sociais ainda não tinham como resposta um conceito de Urbanismo aprimorado, já que nem o mesmo era considerado como uma área do conhecimento ou ciência de organização dos espaços urbanos, o que só acontece no início do século XX.

É importante também ressaltar que a observação e a reflexão sobre os problemas da cidade assumem, no século XIX, outras vertentes de pensamento envolvendo a questão urbana. É o caso da constituição, por pensadores políticos, da formulação sobre os problemas de higiene e das grandes cidades industriais europeias e norte americanas, assim como a habitação da população oriunda das classes sociais menos favorecidas. Alguns destes pensadores como Marx e Engels analisaram esses problemas a partir de uma lógica referente à ordem econômica e social para a organização do espaço urbano promovida pela industrialização associada à questão

do desenvolvimento da economia, da produção e comercialização em larga escala e a concentração do capital gerado nas classes dominantes. (BENÉVOLO, 2009)

Tendo como parâmetro as concepções destacadas é possível avaliar que o território da cidade é fortemente determinado pelos fluxos de mercadorias e pessoas, assim sendo, a cidade se configura como estrutura social e o seu território se apresenta como a materialização destas relações. As transformações no espaço urbano resultam das relações intraurbanas, das relações regionais e globais, já que a cidade não é um lugar fechado em si, ela assume relações que ultrapassam a esfera local e regional, e isto exige que se tenha uma visão da cidade inserida num contexto político-econômico mais abrangente. (LEME, 1999)

As intervenções urbanas tomaram significativa proporção a partir do final do século XIX nas grandes metrópoles europeias e acabaram influenciando também o continente americano no século seguinte. A metrópole industrial do século XIX passava por uma crise que era consequência, fundamentalmente, da crise da transformação da sociedade burguesa capitalista que trouxe para o debate da cidade a classe trabalhadora provocando um enorme crescimento e expansão daquelas metrópoles. (CHOAY, 2000)

No âmbito das grandes transformações urbanas, Barcelona é dos exemplos mais conhecidos e emblemáticos. O engenheiro urbanista Ildefonso Cerdà projetou a forma através da qual a cidade deveria se expandir para além das muralhas, demolidas em 1854, o *Eixample* (como foi chamado o segundo distrito de Barcelona), atendo-se em três pontos principais: a infraestrutura sanitária, o sistema viário e o desenho das quadras integradas ao espaço público a partir de praças internas. Treze anos depois, Cerdà publicou sua *Teoria Geral da Urbanização* em que consolidou os princípios técnicos da engenharia urbana que informaram por décadas os melhoramentos nas grandes cidades do mundo no início do século XX. (LEME, 1999)

O caso mais emblemático, no entanto, e que influenciou a grande maioria dos projetos urbanos posteriores, foi o plano e os projetos do Barão Georges-Eugène Haussmann, em Paris, administrador do Sena entre 1853 e 1869, que projetou e implantou o que é considerado o primeiro plano regulador para uma metrópole moderna. Haussmann se apoiou, por um lado, nos trabalhos de engenharia urbana desenvolvidos desde o início do século na Escola Politécnica de Paris, que se

fortaleceram enormemente a partir da Revolução de 1848 e, por outro, na força política e no interesse de Napoleão III. (LEME, 1999)

Napoleão III esteve tão engajado no processo que a ele muitas vezes tem sido atribuída a autoria do esquema geral de racionalidade urbanística imposto a Paris, demolindo e construindo milhares de casas, implantando infraestrutura e parques, abrindo grandes avenidas e dando à área central da cidade o sentido majestoso e a organização administrativa em vinte *arrondissements* que perdura até hoje.

O plano de Haussmann representou a forte intervenção estatal sobre a parte central da metrópole parisiense em intensa e contínua transformação, tendo, na época, seu caráter autoritário sido criticado por liberais, intelectuais e artistas por sua rigidez e pela destruição de áreas tradicionais da cidade. O plano, ousado em seus bulevares, avenidas e parques, incorporava as preocupações higienistas que caracterizavam a cidade moderna: reforma e demolição de áreas e edificações degradadas em condições sanitárias precárias, além da ampliação e redefinição dos limites da cidade assim como no caso de Barcelona. (BENÉVOLO, 2009)

Outro plano de grande destaque é o Plano de Washington, idealizado a partir de 1787 quando a constituição americana estabeleceu que deveria ser construída uma nova sede para o governo. A responsabilidade pelo planejamento do centro administrativo e da cidade fica a cargo do engenheiro francês Pierre L'Enfant. No plano para Washington L'Enfant faz uso de uma malha ortogonal e irregular, traçado quase adapta ao relevo do sítio e sobre o qual é imposto um sistema de grandes avenidas diagonais. Estas, em alguns locais, interceptam umas às outras e o tecido ortogonal básico, sendo localizadas praças, largos e monumentos nestes cruzamentos de seis ou oito avenidas. Estas interseções, onde se formam grandes espaços abertos, visam interligar física e visualmente as diversas regiões entre si e os edifícios federais em destaque, o Capitólio e a Casa Branca, localizados em pontos mais elevados do sítio na junção de grande número de avenidas, o que lhes confere ainda maior evidência. (ANDRADE, 1992).

Os três planos citados, no entanto, apresentam diferenças ideológicas e de concepção. Enquanto nos casos norte-americano e espanhol as operações foram implementadas em terrenos desocupados e houve preocupação dos planejadores em garantir o acesso da totalidade da população ao projeto implantado, mesmo contando com a valorização da terra; no projeto francês, o plano foi sobreposto ao

tecido urbano já existente, com a demolição de quarteirões inteiros, culminando num forte processo de especulação imobiliária e afastando a população pobre.

Os planos de Cerdà, Haussmann e L'Enfant foram referências fundamentais para projetos urbanos posteriores em que se buscava abranger a perspectiva higienista, a circulação e o embelezamento, foram influenciados por esses três planejadores planos como os realizados em Viena, Chicago e La Plata. (LEME, 1999)

Ao contrário do que acontecera na Europa durante o século XIX, no Brasil o processo de desenvolvimento técnico e industrial só viria a se concretizar a partir do início do século XX, desta forma as questões referentes aos processos de incremento demográfico e urbanização ainda estavam apenas latentes para algumas cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo. As cidades brasileiras, neste momento ainda eram pouco populosas e caracterizavam-se como centros de uma economia predominantemente agrária. As primeiras preocupações com a questão do aumento da população urbana ocorreram apenas no final do século XIX, com o advento do fim da escravidão, que permitiu aos ex-escravos o estabelecimento nas cidades. Além disso, outro fator que impulsionou o crescimento da população urbana foi a chegada de um grande contingente de imigrantes destinados a trabalhar nas lavouras de café na então província de São Paulo, em substituição à mão-de-obra escrava, sendo que tais imigrantes acabaram se estabelecendo em grande número nos núcleos urbanos próximos às lavouras mesmo que em condições precárias ou até insalubres. De acordo com FERRARI (2013)

É evidente a similitude entre estes fatores e aqueles que suscitaram os processos de planejamento socioeconômico e urbanístico na Europa pós-Revolução Industrial; contudo, é preciso salientar que as causas que levaram a estas condições são divergentes: no caso europeu, a transformação dos núcleos existentes em cidades industriais e, no caso brasileiro, o crescimento da atividade cafeeira e do poder das oligarquias agrárias, marcante principalmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e ainda a propaganda republicana, motivando aspectos de representatividade da nova ordem, que incluíam as novas capitais estaduais. Foi comum, porém, devido às similaridades das condições urbanas, que os profissionais envolvidos com as obras de urbanização, que naquele momento significavam a remodelação ou a adequação dos núcleos urbanos com padrão ainda colonial às novas necessidades, importassem da Europa os exemplos lá implantados e os adaptassem às condições locais, projetando nas obras urbanísticas as aspirações políticas e

econômicas da elite agrária e confirmando o que Gorelik chama de "modernização conservadora". (FERRARI, 2013: 81)

Para Gorelik, a cidade americana foi concebida durante a colonização, primeiro para situar os enclaves a partir dos quais produzir o território de modo moderno, depois, para imaginar nesses territórios as nações e os Estados à imagem e semelhança da cidade e de sua cidadania, para usá-la como polo a partir do qual se podia expandir a modernidade, restituindo o contínuo rural-urbano segundo seus parâmetros, buscando produzir homens social, cultural e politicamente modernos. (GORELIK, 1999)

Uma das experiências mais marcantes do urbanismo brasileiro por sua complexidade de iniciativas, sua escala e pela amplitude da aplicação de saberes técnicos envolvidos foi o plano de Aarão Reis para Belo Horizonte, a capital de Minas Gerais que, já nasce moderna na última década do século XIX.

Os estudos desenvolvidos pela equipe reunida por Aarão Reis e, em particular o plano proposto para a nova capital mineira, expressam boa parte da cultura técnica e das preocupações estéticas de seu tempo relativas a cidade. Neles são freqüentes as referências a cidades estrangeiras e à contribuição de técnicos estrangeiros, tanto da Europa quanto dos Estados Unidos. O plano elaborado por Reis para a nova capital de Minas, denota conhecimento e proximidade com relação ao plano de Washington, a reforma realizada por Haussmann em Paris e, sobretudo, ao Plano de La Plata, na Argentina, com o qual o projeto da capital mineira divide uma mesma concepção urbanística. Da experiência francesa, Reis aproveitará principalmente a idéia dos extensos bulevares arborizados e a importância concedida aos parques e às praças ajardinadas (...). Com La Plata, o plano de Belo Horizonte terá muito em comum: o sistema de quadriculas cortado por vias diagonais e "fechado" por um bulevar circular, a importância das áreas verdes, os quarteirões com 120 metros de lado. (GOMES in LEME, 1999)

Em outras capitais estaduais, como Manaus e Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, além de cidades não capitais como Santos, engenheiros engajados nos melhoramentos e reformas urbanas, como Saturnino de Brito, Pereira Passos e Prestes Maia, incorporaram e empregaram seus ensinamentos nas diversas intervenções que desenvolveram para as cidades brasileiras. Neste momento, no âmbito urbano capitalista no Brasil, os problemas técnicos que ocupavam médicos e engenheiros sanitaristas ligados às recém-implantadas escolas politécnicas não se

confundiam com as questões arquitetônicas e estéticas que preocupavam os arquitetos das escolas de Belas Artes. (LEME, 1999)

Dentre os engenheiros citados, Saturnino de Brito retoma, inclusive, ideias de arquitetos urbanistas europeus que valorizavam os aspectos artísticos das cidades, como Camilo Sitte. De fato, as recepções das ideias que se seguem no Brasil a partir do século XX são muito variadas e múltiplas em seus princípios, ora privilegiando aspectos racionais da ação individual articulados com o sentido de progresso, como nas propostas de Le Corbusier, ora articulados com o resgate do sentido de comunidade e de cultura das cidades, como em Sitte e nas propostas de cidades-jardim de Ebenezer Howard. (ANDRADE, 1992).

Para Gorelik, no primeiro momento, o das modernizações “liberal conservadoras” de finais de século, o novíssimo Estado coloca na cidade o objeto por excelência da reforma: a cidade real que se expande deve ser reconduzida a seu ideal civilizador, porque seu desenvolvimento sem limites leva ao caos e à destruição dos laços sociais. Há uma ideia de cidade moderna que repele a desordem profunda que introduz a modernização urbana e que preside os objetivos de reforma pública. (...) Dessa forma, o Estado se constrói na onda expansiva que torna inevitáveis os processos de universalização racional dos direitos públicos e os potencializa e cristaliza em novas instituições. (GORELIK, 1999)

No Brasil, a partir de 1930, ao mesmo tempo em que importava criar, para Vargas, um novo país calcado na ideia do desenvolvimento da indústria e na identidade nacional, também os projetos urbanísticos passaram a refletir a proposta nacional-desenvolvimentista. Desta forma, tanto a expansão da urbanização para o interior do território brasileiro quanto a criação de indústrias estatais se tornaram protagonistas em relação a questão da organização dos núcleos urbanos.

Mesmo considerando os aspectos provenientes de várias dessas correntes urbanísticas, como o citado urbanismo sanitário de Camilo Sitte, ou as cidades-jardim de Ebenezer Howard, no Brasil fica evidente a predominância da vertente defendida por Le Corbusier. Tanto na arquitetura moderna brasileira dos anos 1930, com o projeto do Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro, quanto no urbanismo progressista representado na nova capital federal construída ao final da década de 1950, corrente corbusiana consolidou, em suas várias adaptações e redefinições, o sentido de modernidade que marcou o país no seu processo inicial

de urbanização sob a égide da industrialização feita através da substituição de importações, período que se estendeu, com fases distintas, até o golpe militar de 1964. (MONTE-MÓR, 1980)

Os anos que sucederam a crise do capitalismo internacional em 1929 assistiram à redefinição da questão urbana em função de uma problemática regional que recolocava as cidades como os centros de um sistema econômico organizado em bases regionais e/ou nacionais. Preocupações com a hierarquia urbana e o planejamento regional tornam-se recorrentes, articulando cada vez mais as dimensões urbanas e regionais. A emergência da questão regional deslocou o eixo do problema urbano da questão essencialmente social e da organização intraurbana para o contexto econômico, envolvendo o espaço regional e nacional e a organização interurbana como pontos principais. (NEGRI, 1996)

Vale ressaltar que, ao longo da década de 1940 e, fundamentalmente a partir da década de 1950, se configuram mudanças importantes nos campos da economia e da urbanização, transformando as relações entre o sistema urbano-espacial e o sistema de produção. Esse período foi crucial para a conformação de uma economia urbana marcada pela intensa industrialização do sistema de produção – focado na região sudeste, mas principalmente em São Paulo – decorrente de elevados investimentos financeiros para a infraestrutura do território que foram empregados na região da capital paulista pelo governo federal, nas décadas que se seguiram – 1950/1960/1970. (FARIA, 2008)

Segundo a concepção de Leme (1999), no Brasil se configuraram dois tipos de planejamento, o primeiro difundido a partir dos primeiros planos de melhoramentos e embelezamento urbanos e que vão se ampliar, progressivamente, para a totalidade da área urbana e o segundo tipo, originário do movimento moderno e difundido pelos CIAM. Ainda de acordo com Leme (1999), este processo estaria compreendido entre o final do século XIX e a década de 1960 e se subdividiu em três períodos principais, com características de planejamento e urbanização distintos. Torna-se relevante discorrer brevemente sobre esses períodos, pois neste trabalho sobre Araraquara a subdivisão de períodos é feita de maneira bastante similar à utilizada por Leme (1999) e organiza períodos em que a ação do poder público sobre o espaço urbano se manifesta de maneiras distintas.

O primeiro período se iniciou em 1895, com a elaboração do projeto para Belo Horizonte, considerada a primeira cidade planejada no país, chegando a 1930, sendo caracterizado pelas propostas e realizações de melhoramentos urbanos pontuais sobre as cidades já existentes, como obras de saneamento, abertura e regularização de vias. O enfoque dessas realizações recaía principalmente sobre as condições sanitárias nos núcleos urbanos, sobre os problemas recorrentes da circulação nas ruas e, ainda, sobre a questão do embelezamento do espaço urbano. Em Araraquara o período de enfoque é exatamente de 1895 a 1930, já que na primeira data ocorreu a primeira grande epidemia de febre amarela, com um segundo surto em 1897, o que desencadeou uma série de reformas pontuais na cidade, além de ser o fator determinante para a produção do Código de Posturas do Município de 1902 e, como sua decorrência, do Plano de Melhoramentos de 1906 que foi implementado até a década de 1920.

O segundo período, na definição de Leme, de 1930 a 1950, foi marcado pela elaboração de projetos que tinham por objeto o conjunto da área urbana, com uma visão de totalidade que possibilitava maior articulação entre os diferentes setores urbanos. Foi nesse momento que, de acordo com Leme, o Urbanismo se consolidou como disciplina autônoma no Brasil. Em Araraquara, neste período, ocorria um processo de migração bastante efetivo do campo para a cidade em grande parte ocasionado pela instalação de algumas fábricas de maior porte no período, é também no final da década de 1940 que se iniciarão os primeiros debates sobre a necessidade de estruturação de um plano diretor para o município.

O terceiro período, em Leme, vai de 1950 até 1964, quando têm início os planos em escala regional, até a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), no início do regime militar, órgão que concentraria o controle sobre a elaboração dos projetos de arquitetura e urbanismo em todo o país. Em Araraquara a partir da década de 1950 aconteceram intensos debates sobre o primeiro plano diretor da cidade, para tanto, houve uma série de palestras do professor Anhaia Mello. O Plano será apresentado em sua primeira versão em 1963 e será aprovado como lei apenas em 1971 já tendo perdido muito de seu intuito inicial, sofrendo, além disso, uma série de modificações até 1977.

I. 2. Anhaia Mello e Prestes Maia: embate de ideias na formulação de novas proposições urbanas

Considerando a visão de Leme (1999), de que o período que vai de 1930 a 1950 é marcado pela elaboração de projetos que têm por objeto o conjunto da área urbana e, posteriormente, a década de 1950 como um período extremamente rico no que concerne ao debate urbano, se torna importante debater as proposições de Luiz Ignácio de Anhaia Mello e Francisco Prestes Maia, ambos ocupantes da cadeira de prefeito de São Paulo em tempos distintos (Mello entre 1930 e 1931; Maia entre 1938 e 1945, durante o Estado Novo). Esse debate se refere à formação de duas visões urbanas distintas, já que, no interior do estado de São Paulo a presença de Anhaia Mello será decisiva, pois ele difundia, através de palestras, o modelo norte-americano de administração urbana e atuava como consultor na formulação dos planos diretores municipais de diversas cidades, entre elas Araraquara.

A construção do Urbanismo como um campo conceitual demonstrava os esforços de regulamentação das práticas de intervenção nas cidades pensadas e projetadas pelos profissionais que nelas atuavam e é a partir deste preceito que, na década de 1920, a utilização do termo *urbanismo* torna-se recorrente no Brasil. Para Leme, é na década de 1920 que se propõe constituir o Urbanismo como campo de conhecimento e de atividade profissional e faz referência ao engenheiro-arquiteto Luiz Ignácio de Anhaia Mello apontando-o como o urbanista que empenha os maiores esforços para a constituição do urbanismo como campo de conhecimento e de atuação profissional no país (LEME, 2000).

Anhaia Mello propunha solucionar os problemas de congestão da cidade pela contenção e retração do crescimento urbano para criar uma transição equilibrada entre campo e cidade enquanto Prestes Maia defendia o esgotamento das potencialidades da metrópole e a remoção dos problemas por novas obras e novos planos. Ambos representavam opções distintas do uso dos saberes técnicos e eruditos na configuração da cidade. (FISHER apud HAAG, 2010: 83)

Desde as primeiras formulações do urbanismo em São Paulo, no início do século XX, o zoneamento fazia parte da pauta de discussão dos urbanistas paulistanos, que se baseavam nas experiências estrangeiras. Somekh (1997) aponta que a influência americana se dá a partir de 1920-1930, quando Anhaia Mello e Prestes

Maia passam a citar uma série de autores e planos americanos como referências para suas reflexões, sobretudo quando discutiam a verticalização, ou não, da cidade de São Paulo, ambos baseiam-se no *zoning* de Nova York para desenvolver leis em suas atuações na prefeitura paulista e absorviam teorias e práticas dos especialistas internacionais por meio dos canais disponíveis: manuais especializados, publicações variadas de outros países, viagens pessoais, congressos internacionais. Em 1926, a Escola Politécnica de São Paulo introduziu as disciplinas "Estética", "Composição Geral" e "Urbanismo I e II", no curso para formação de engenheiro-arquiteto, cuja cátedra foi assumida por Anhaia Mello (FISCHER, 1989). Luís Ignácio de Anhaia Mello e Francisco Prestes Maia foram as duas personalidades que mais se destacaram, a partir de meados da década de 1920, no urbanismo paulistano, e que exerceram forte influência na difusão de ideários urbanísticos, na formação de quadros técnicos, na divulgação de teorias e na prática política de adoção do zoneamento. Desse modo, pode-se considerar que suas teorias e propostas para a cidade representaram os ideais urbanísticos predominantes entre os profissionais que atuaram nesta área.

Uma análise apurada do percurso profissional e, principalmente, das proposições acadêmicas de Anhaia Mello nos permite constatar que o âmbito de atuação no qual ele estava inserido foi de relevante importância para a consolidação de uma série de propostas urbanas por ele difundidas. O seu permanente conflito com Prestes Maia foi fundamental para a elaboração de uma corrente urbanística que se cristalizou na cidade de São Paulo por meio de um conjunto de legislações introduzidas por ambos. (FISHER, 1989)

Anhaia Mello se esmera, a partir de 1926, na publicação de uma série de artigos que buscam delinear toda a temática do urbanismo que, para ele, não se resume a uma questão de técnica ou de administração, mas é essencialmente uma questão de educação (MELLO, 1929). Esses artigos, publicados pelo Instituto de Engenharia em 1929, reúnem conferências proferidas pelo urbanista no Instituto de Engenharia de São Paulo e no Rotary Club de São Paulo durante a década, de onde o autor expõe os fundamentos da teoria urbanística e faz uma reflexão sobre a noção de educação e como esta se manifesta em propostas de intervenção nas cidades, num período de profundas mudanças sócio-político-culturais no Brasil e de projetos que priorizavam as transformações urbanas.

O debate entre Anhaia Mello e Prestes Maia se insere de forma bastante incisiva nos anos 1950, quando a principal questão que se colocava como pano de fundo para as reflexões de ambos era a organização da metrópole industrial paulistana no marco de um país em desenvolvimento.

Os preceitos de Anhaia Mello e Prestes Maia sobre o zoneamento estavam fortemente apoiados em teorias e práticas estrangeiras. A citação de urbanistas estrangeiros e a narração de experiências bem sucedidas, sobretudo de cidades americanas, foram constantemente utilizadas em suas análises para indicar a importância do zoneamento, bem como o caráter moderno da utilização desse instrumento para um aprimoramento do funcionamento e desenvolvimento da cidade de São Paulo. (TOLEDO, 2006)

A partir de 1920, o processo de urbanização pelo qual o Brasil estava passando, para Anhaia Mello tornava fundamental a reversão do ciclo metropolitano por meio da utilização da concepção teórica da cidade-jardim - assim como fora utilizado em Londres -, como forma de controlar a expansão metropolitana. Anhaia Mello defendia que a formação de uma federação de pequenas cidades seria o contraponto às megalópoles e à concentração urbana.

Do outro lado do debate, Prestes Maia é bastante crítico com relação ao que ele considera ser uma dramatização das condições da vida urbana. Para ele, a cidade deveria se adaptar às novas dimensões e demandas existentes. Suas teses fundamentavam-se, principalmente, no período em que esteve à frente da Prefeitura Municipal de São Paulo, pois essa experiência trouxe-lhe a certeza de que os problemas urbanos seriam resolvidos, basicamente, com um plano de obras que atualizasse a cidade e a habilitasse a responder às novas demandas. (TOLEDO, 2006)

Apesar da elaboração de uma série de críticas de Anhaia Mello ao planejamento reformador, a argumentação de Prestes Maia é sempre feita no sentido de se esgotarem as potencialidades da metrópole, de se buscar equacionar de maneira econômica as dificuldades assinaladas. O problema da energia e da água, apontados por Anhaia Mello como justificativa à descentralização industrial, são rebatidos por Prestes Maia como questões passíveis de solução simples, uma vez que as transmissões em alta tensão, no caso de energia, efetuam o fornecimento de

forma eficiente mesmo a grandes distâncias, com significativa redução de custos. (FISHER, 1989)

Anhaia Mello defende a ideia de que só é possível um Plano Diretor mediante a fixação da população enquanto para Prestes Maia a questão é outra, para ele “o plano diretor deve ser dinâmico, não tanto um projeto cristalizado, mas uma nova ação. As reformas, as cirurgias, as remodelações de serviços, fazem parte dos processos normais de crescimento e de obsolescência funcional não havendo razão para temer cirurgias periódicas e prudentes”. (COGEP – dossiê 001/81 apud TOLEDO, 2011:210).

Tais proposições refletem não apenas um confronto de opiniões sobre a metrópole paulista; mas também distinguem duas vertentes distintas do urbanismo e, ambas originárias das teorias e práticas do final do século XIX. A normativa apresentada por Anhaia Mello procurava criar espaços novos, inteiramente sob o domínio qualitativo e quantitativo dos técnicos urbanistas alinhada a Ebenezer Howard e Patrick Geddes. A outra, tributária de Haussmann, adaptativa e intervencionista representada por Prestes Maia, buscava, através de intervenções físicas, acomodar e modificar o ambiente urbano todas as vezes que as necessidades novas surgissem. (TOLEDO, 2011)

Em 1929, na já citada série de conferências publicadas pelo boletim do Instituto de Engenharia, Anhaia Mello discorria sobre o urbanismo como cooperação e criticava aqueles que o confundiam com a simples técnica da engenharia municipal ao subestimarem a necessidade da colaboração de outros profissionais e de todos os cidadãos. Para Anhaia, o saber dos engenheiros tinha novos preceitos: construir belas cidades e, para tanto, seria preciso preparar o ambiente e formar uma consciência urbana e uma opinião pública esclarecida. Era preciso limitar a expansão indefinida e desordenada de São Paulo e criar espaços de lazer para os operários (MELLO, 1929). Mais importante, o Anhaia criticava as estruturas de monopólio e defendia o controle estatal sobre companhias privadas que ofereciam serviços públicos.

Prestes Maia militava na direção oposta a Anhaia Mello, o que fica evidente em sua opção por grandes avenidas privilegiando a fluidez da circulação, ou ainda, na opção por soluções técnicas que ajustassem de forma permanente a metrópole às exigências de organização da sociedade moderna. Enquanto Anhaia Mello defendia

a participação democrática dos cidadãos nos processos decisórios urbanos, para Prestes Maia a apresentação dos planos para a população pela imprensa só deveria acontecer depois que o projeto já tivesse sido desenvolvido e elaborado pelos engenheiros da municipalidade. Foi apenas na década de 1950, com o fim do mandato de Prestes Maia, que os profissionais do Departamento de Urbanismo começaram a incorporar algumas das ideias de Anhaia Mello.

I. 3. Conformação das terras de Araraquara, implementação da Estrada de Ferro, Cafeicultura e economia local até 1929.

I. 3.1. Da formação do núcleo urbano à implementação da ferrovia em Araraquara

O município de Araraquara localiza-se no centro do Estado de São Paulo, a 273 km da Capital. Possui área total de 1.132 km², com a área urbana de 77,34 km². tais características a classificam como uma cidade de porte médio, com 222.036 habitantes (IBGE, 2013), em que 95% habitam na zona urbana e 5% na zona rural. Nesse sentido, o município se caracteriza por intenso processo de urbanização, acompanhado pela industrialização e pela ampliação do setor terciário.

Como cidade média de destaque no interior paulista, Araraquara apresenta um significativo processo de desenvolvimento econômico, concentrando a rede bancária, os serviços médicos, um comércio e prestação de serviços ativo e diversificado que responde pela demanda local, mas fazendo também, com que a cidade exerça influência no contexto regional.

Araraquara possui economia agrícola predominantemente monocultora com base nas culturas da cana e da laranja, geradores de emprego e tributos fiscais, com significativo peso econômico para o município.

Segundo Junior (2008: 218), as cidades médias apresentam-se como espaços privilegiados para o atendimento das necessidades de reprodução do capital no momento em que ocorre um processo de descentralização espacial do capital produtivo ou do terciário.

Bruna e Steinberger (2001) conceituaram cidades médias como aquelas que, por sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país, se constituíam em centros de valor estratégico para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política de organização territorial. A ideia de equilíbrio não envolvia homogeneidade e simetria, pois se tratava de um equilíbrio relativo adequado às características da dinâmica regional e nacional pretendida.

A partir desta função, as cidades médias estabelecem diferentes fluxos de integração nos arredores, o que influencia em alterações sociais, políticas e econômicas nas macro e micro regiões em que estas se integram.

Esse dinamismo é evidente no caso das cidades médias do estado de São Paulo, particularmente em sua região central onde se encontra o município de Araraquara, cuja localização pode ser identificada no mapa 1.



Mapa 1: Localização do município de Araraquara no estado de São Paulo

Fonte: <http://guia-cidade.blogspot.com.br/2013/07/a-cidade-de-araraquara.html>, acesso em 03/12/2013.

As primeiras ocupações na região se deram a partir da descoberta de ouro em Cuiabá, em 1718 e das minas de Goiás, no mesmo século, que tornou essencial a construção de uma rota que partisse de São Paulo e se estendesse até as minas em

Mato Grosso e Goiás. O fato de não existirem grandes cursos d'água cortando os Campos de Araraquara evidencia que sua ocupação se deu essencialmente pela via terrestre.

No século XVIII, a partir do governo de Rodrigo César de Menezes, governador da Capitania de São Paulo, começaram a ser usadas rotas que passavam pelos Campos de Araraquara, que tinham por objetivo dificultar o contrabando do ouro vindo de Cuiabá e Goiás por rotas das quais o governador não tinha controle nem fiscalização.

O monopólio da posse das terras de Araraquara se inicia em 1790 com Pedro José Neto que chegou ao território por onde hoje se encontra São Carlos e alcançou os Campos de Araraquara onde estabeleceu as posses de Ouro, Rancho Queimado, Cruzes, Lageado, Cambuí, Monte Alegre e Bonfim, fixando sua residência em Monte Alegre. Posteriormente, com o aparecimento de outros exploradores, Pedro José Neto repartiu seus domínios com a condição de o livrarem da justiça de Itu. A região dos campos de Araraquara era alvo de disputas entre sesmeiros e posseiros e Pedro José Neto foi o principal responsável pela mediação desses conflitos já que trocava vastas áreas de ocupação pelo reconhecimento legal de apenas uma posse, demonstrando habilidade em negociar e garantir sua propriedade. (BRANDÃO & TELAROLLI, 1998)

O bairro de Araraquara aparece pela primeira vez no Caderno de Recenseamento de Piracicaba de 1810, com sua população referente à Sesmaria do Ouro. A partir de 1811 deu-se o início da posse legal das terras e em 1812, um juiz de medições deu início às divisões de terra que dariam origem a Araraquara. Atribui-se a relativa ausência de disputas acirradas por terras nessa região à sua grande extensão e ao baixo interesse de exploração efetiva. (BRANDÃO & TELAROLLI, 1998)

O núcleo urbano de Araraquara foi criado a fim de viabilizar a instalação de uma igreja nessas terras. Em face dos tratados firmados pelo Estado com a Santa Sé (Vaticano), a sagração de templos estava condicionada à transferência das glebas que circunscreviam a igreja em 800 metros ao patrimônio do bispado. Sobre as terras da igreja, se consolidou o distrito e posteriormente a vila de Araraquara. A Freguesia de São Bento de Araraquara foi desmembrada da Freguesia de Piracicaba em 22 de agosto de 1817 e foi elevada à categoria de Vila em 10 de julho de 1832. Posteriormente, foi elevada à categoria de cidade por Decreto Provincial de

São Paulo, de 6 de fevereiro de 1889. A cidade foi instalada como tal em 23 de fevereiro do mesmo ano, em sessão extraordinária da Câmara Municipal com o nome de Araraquara e tendo como primeiro Presidente Carlos José Botelho (1833-1836). Entre 1832, com a elevação à condição de Vila, e 1869, o traçado de vias da cidade já estava praticamente delineado, as principais vias seguiam as ondulações do terreno, propiciando ao aspecto urbano, uniformidade e paralelismo, com ruas aproximadamente paralelas. (BRANDÃO & TELAROLLI, 1998)

A partir de 1868, inicia-se a implementação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Nessa época, o oeste paulista, onde está situada Araraquara, passa a fazer parte do círculo virtuoso de desenvolvimento e investimento em suas cidades.

As fases de negociação da construção do ramal ferroviário que ligaria Araraquara à capital e ao porto de Santos, o maior interesse local, demonstraram um conflito político entre as elites cafeeiras regionais. Houve debates entre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a Companhia de Estrada de Ferro de Araraquara, para conseguir uma concessão do governo federal para a instalação de ramal ferroviário. Sem obter sucesso, em 1878, através dos deputados de Araraquara Joaquim José de Abreu e José A. Leite de Moraes foi apresentado à Assembleia Provincial um projeto que previa a concessão privilegiada e com garantia de juros para uma estrada de ferro de Rio Claro a Araraquara. Mais uma vez houve uma divergência por conta do direito de preferência da Cia. Paulista que, ao não abrir mão deste, causou impedimento à construção da estrada. O projeto foi, então, rejeitado. (TOLEDO, 2006)

Posteriormente, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro encomendou um estudo para a construção até São Carlos, passando pelo “Morro Pelado”, de uma linha férrea de bitola larga. O Governo da Província não aprovou esse estudo da Cia. Paulista, que desistiu de construir a estrada de ferro.

No ano de 1880, foi feita concessão para uma estrada de ferro de Rio Claro a Araraquara, ao engenheiro Adolpho Augusto Pinto que, mais tarde, transferiu a concessão a Antônio Carlos de Arruda Botelho, o *Conde do Pinhal*, que foi fundamental para a expansão da ferrovia para o oeste paulista, organizando a Companhia Rio Claro de Estradas de Ferro e construindo a estrada até São Carlos.

Arruda Botelho, presidente da então recém-fundada Companhia de Rio Claro, esteve em Araraquara e, em reunião convocada para este fim, declarou que, se formassem ações no município no valor de seiscentos contos, assim a Companhia implantaria a estrada de ferro no prazo de seis meses. O capital foi formado e, em 18 de janeiro de 1885, foi inaugurada a Estrada de Ferro de Araraquara. A implantação da ferrovia viabilizou uma série de vantagens para a região de Araraquara. Permitiu a ampliação do comércio, a instalação do telégrafo e dos serviços diários dos correios, o que diminuiu a distância do principal centro urbano, São Paulo. Além dessas mudanças, a abolição da escravidão no Brasil conduziu, ao longo da segunda metade do século XIX, à inserção de trabalhadores livres nas lavouras de café. Assim, a facilidade de transporte e de comunicação propiciada pela ferrovia é marco de profundas transformações que ocorriam no âmbito rural. (TOLEDO, 2006)

Tais transformações se deram na medida em que as fazendas de café foram se convertendo em pequenas células industriais, ao contrário das primeiras fazendas, que seguiam o modelo dos engenhos como unidade quase autossuficiente, estabelecendo poucas relações com o meio urbano. Os proprietários das fazendas de café começaram a vê-las como fontes geradoras de renda, cujos lucros eram aplicados na criação e ampliação de outros negócios, como bancos, casas comissárias, imóveis urbanos e companhias de prestação de serviços tais processos demonstram que o café conformou um sistema econômico muito além de um mero ciclo econômico. Essa reorganização econômica do interior do estado transformou as relações sociais e, conseqüentemente, a ocupação dos espaços urbano e rural da região. A facilidade de transporte de materiais através da ferrovia viabilizou inovações do ponto de vista arquitetônico para as sedes das fazendas e para as cidades. (BENINCASA, 2003)

Outro fator de grande relevância na constituição social e urbana de Araraquara foi a imigração italiana para o Brasil, com ápice no período entre 1880 e 1930. Na região central do estado de São Paulo houve forte influência da imigração italiana e a magnitude dos gastos locais e estaduais na construção de infraestrutura destinada ao escoamento da produção cafeeira. Essas demandas foram geradas pelas transformações econômicas, pelos investimentos em infraestrutura, pela instalação de setores da burocracia estatal e federal e por condições socioculturais.

1.3.2 Economia e espaço urbano em Araraquara no início do século XX

No início do século XX, foram construídos grupos escolares de ensino elementar e a Escola de Farmácia e Odontologia, instituição de ensino superior que colocava a cidade em uma posição de destaque em relação a outros municípios do interior. A iluminação da parte central da cidade era feita através de lampiões a querosene. As obras de instalação de energia elétrica iniciaram-se em 1908, e sua inauguração, em agosto de 1909, trouxe novas oportunidades ao setor industrial.

Naqueles primeiros anos do século XX, a situação econômica de Araraquara era contraditória, pois, ao mesmo tempo em que vivia um crescimento da produção cafeeira, enfrentava a crise no comércio desta cultura que atingia todo o país. Para solucionar tais problemas, a partir de 1919 começaram a ser implementadas culturas alternativas ao café, tais como laranja, abacaxi, banana, algodão e novamente a cana-de-açúcar, cuja cultura passava a contar com benefícios fiscais.

Naquele mesmo ano de 1919, o governo municipal isentou de impostos, por quinze anos, engenhos que moessem no mínimo 250 toneladas de cana em 24 horas, bem como destilarias que produzissem no mínimo 5 mil litros de álcool em 24 horas. Essa política de incentivo fiscal, aliada à elevação do preço da cana, favoreceu a reativação de antigos engenhos e, assim, aos poucos o café ia cedendo espaço à agroindústria açucareira, a primeira a se desenvolver em Araraquara.

O prolongamento da estrada de ferro, a intensificação dos fluxos imigratórios e o capital gerado pelo café promoveram a migração, para Araraquara, pessoas de diversas procedências, incrementando seu crescimento urbano e o conseqüente mercado consumidor. No início do século, algumas fábricas já se encontravam instaladas em Araraquara, a maioria delas pertencendo a estrangeiros, principalmente italianos. Os estabelecimentos tinham caráter doméstico, empregando pequeno número de trabalhadores, em geral pessoas da própria família.

Dean (1977) afirma que o centro-oeste paulista foi, contraditoriamente, ao mesmo tempo a região mais progressista e a mais anacrônica da sociedade brasileira, pois, enquanto no resto do país a estrutura escravista se desmantelava, ali havia recursos suficientes para a manutenção da compra da mão-de-obra escrava de regiões com

economias decadentes, como as lavouras do Nordeste ou o fim do ciclo do ouro em Minas Gerais.

Diferentemente do que ocorreu em outros estados brasileiros, o complexo cafeeiro intensificou-se no interior do estado de São Paulo, possibilitando uma breve leitura das relações entre campo e cidade. Antes da consolidação de espaços urbanos ocorreu uma intensa instalação de infraestrutura agrária do interior do estado. Esse processo fez surgir uma rede de cidades com atividades vinculadas à produção de café que impulsionou e sedimentou espacialmente a divisão do território paulista nos elementos constitutivos da dinâmica capitalista: divisão do trabalho, da produção capitalista e de atividades funcionalmente diferentes no estado.

Em relação ao processo de urbanização e de instalação da infraestrutura no interior do Brasil pode-se fazer traçar um paralelo com a tese de Reis (2000) de que

(...) é a complexidade do processo de colonização e do processo de urbanização no Brasil e a existência, sempre, de planos de amplitude equivalente, para controle de seu desenvolvimento. Em uma perspectiva mais ampla, podemos dizer que conjuntos complexos de atividades, nessas condições, envolvendo múltiplos agentes sociais, são sempre organizados segundo uma equação estratégica, estabelecida nos altos escalões, formalizando-se e organizando-se em termos legais, em termos administrativos e na prática. (REIS, 2000: 200)

Em suas “notas metodológicas”, Reis (2000) destaca que

(...) a preocupação foi em demonstrar que a prática da implantação e desenvolvimento do sistema urbano e do urbanismo coloniais destacou-se sempre e necessariamente das diretrizes da prática urbanizadora da metrópole e de sua política colonizadora. Ou seja, as diretrizes oficiais sempre serviram para controlar o processo de urbanização e mantê-lo dentro das linhas e critérios prioritários da metrópole, mas a realidade sempre foi muito mais complexa, dando margem a iniciativas autônomas dos colonos e ao aparecimento de soluções originais. As determinações gerais não esgotam a realidade. Assim como há uma estratégia global oficial, há um conjunto de estratégias setoriais, contidas e articuladas por aquela mas com características próprias, que cobrem espaços não alcançados pelas restrições e pelos projetos oficiais. Para cada generalidade há um conjunto de especificidades. (REIS, 2000: 200)

Desta forma, Reis afirma que o uso do conceito de urbanização nos permite trabalhar com todas as escalas de tempo e espaço, explicitar as relações entre essas escalas de organização social no território, explicitar as relações entre a dinâmica do sistema urbano com a dinâmica dos espaços intraurbanos. (REIS, 2000)

Nesse sentido, a diferenciação do uso e da ocupação do solo paulista é um dos elementos constitutivos do processo de urbanização do estado. Fato esse que se torna evidente na cidade de Araraquara que, com a chegada da ferrovia, imprime um novo ritmo de desenvolvimento e expansão de sua malha urbana.

A formação dos núcleos urbanos no interior de São Paulo é concomitante ao ciclo de expansão capitalista que terá seu apogeu com a abolição da escravatura e a proclamação da República, e esse é inclusive o caso de Araraquara onde, inicialmente, os núcleos urbanos se relacionam diretamente com a economia cafeeira e posteriormente a cidade acaba se tornando uma localidade central com a atração de atividades econômicas diversificadas. É a partir daí que se instalam indústrias de alimentos, têxteis, cerâmica, de bebidas, máquinas e implementos agrícolas.

Desta forma, ainda que não seja possível identificar uma industrialização maciça durante esse período que se estende até a crise de 1929, é possível observar uma expansão industrial bastante significativa dos bens de consumo não duráveis (especialmente têxteis e alimentos) no estado de São Paulo que apresentava como diferencial, dentro do contexto brasileiro naquele momento, uma grande disponibilidade de terras e trabalhadores, além do investimento em tecnologia, fundamentais à sua futura expansão. A grande quantidade de mão de obra disponível representava demanda crescente à nascente indústria paulista. Tão importante quanto o desenvolvimento industrial é a agricultura paulista que se expandia e se diversificava, apresentando-se como a mais dinâmica do país tanto na produção de alimentos quanto de matérias primas (notadamente algodão e cana-de-açúcar), servindo de base à expansão de uma importante agroindústria no interior.

Um ponto fundamental à compreensão do desenvolvimento econômico de São Paulo diz respeito ao “complexo cafeeiro” na constituição da economia regional, condicionando sua futura expansão. Este não se restringe à expansão física da área plantada com café, mas a um conjunto de fatores interdependentes no processo de

criação de “espaços” para a acumulação, que se fez acompanhar de efeitos multiplicadores ao nível da urbanização, migração, atividades industriais, de serviços, comerciais, de administração pública, e, em especial, na estrutura e dinâmica da circulação no território estadual. Este último ponto, expresso na expansão da rede ferroviária estadual que, em 1920, já interligava todas as regiões do estado, conectando-o aos estados vizinhos, é de grande importância, pois contribuiu à estruturação regional, condicionando seu futuro desenvolvimento industrial e a urbanização. (NEGRI, 1996)

Entre 1870 e 1929, período de expansão econômica atrelada à dinâmica do “complexo cafeeiro”, conformou-se e consolidou-se a estrutura da rede urbana paulista, que esteve articulada à expansão da economia cafeeira e seguiu o traçado das ferrovias implantadas para o transporte do café (NEGRI, 1996). Em virtude de todos esses fatores a economia paulista diferenciava-se do restante do país e mesmo dos demais estados cafeeiros. Com a crise internacional de 1929 a dificuldade encontrada para exportar e, por conseguinte, importar, levou a um redirecionamento ao mercado interno. Elevou-se a competição inter-regional e, em 1929, São Paulo já concentrava 37,5% da produção industrial e pouco mais de 25% da produção agrícola brasileira (CANO, 2007).

Para a efetivação de um real “mercado nacional” seria necessário eliminar os entraves a essa integração, representado à época pela inexistência de uma infraestrutura de transportes e pelas barreiras tarifárias interestaduais. A eliminação gradual destas e os investimentos, sobretudo em novas conexões rodoviárias nacionais a partir da década de 1930, “possibilitaram ao capital a remoção das principais barreiras que dificultavam a integração do mercado nacional” (CANO, 2007: 188)

I. 3.3. Legislação sanitária e transformações urbanas desencadeadas a partir das epidemias na década de 1895 – 1930.

Paralelamente ao impulso progressista à cidade proporcionado pela implantação da estrada de ferro, no ano de 1895, dez anos após a chegada dos trilhos da ferrovia, ocorre a primeira epidemia da febre amarela. A doença dizimou, em um período de três anos, parte da população urbana causando desorganização nos setores político, social e administrativo da cidade.

Em 1895, Araraquara possuía cerca de quatro mil habitantes quando a cidade foi rapidamente esvaziada pela epidemia. A administração do município mudou sua sede para Américo Brasiliense e cerca de 800 pessoas morreram. O médico e cafeicultor Antônio Picaroni é personagem importante neste momento já que se recusa a abandonar os doentes e promove mutirões de auxílio e combate à epidemia. A cidade foi esvaziada quase que completamente, grande parte dos moradores abandonou suas casas e empregos com medo do contágio, o que deu lugar a uma onda de saques subvertendo a ordem pública. (TOLEDO, 2006)

Para conter a doença, cercas foram pintadas com cal bem como as paredes das casas. Foi jogada cal nas ruas de terra, nos poços de água e plantados eucaliptos nas ruas e praças para purificar o ar. Durante a epidemia, o cemitério São Bento foi lacrado e os enterros foram proibidos e direcionados para cemitérios fora da cidade. (TELAROLLI JR., 1996)

Em seção da Câmara Municipal de 28 de março de 1893, antes mesmo da epidemia de febre amarela ser deflagrada, já havia sido aprovada a criação de um Código de Posturas ou Lei Orgânica do Poder Executivo Municipal que possibilitasse um combate mais contundente às epidemias que pudessem vir a atingir a cidade. Porém, com a epidemia, o vereador Capitão Manoel Bittencourt propõe a constituição de uma comissão de três membros para debelar a epidemia e restabelecer a salubridade pública pois a cidade de Araraquara estava passando por enormes dificuldades. A epidemia trazia prejuízos para a economia local, já que atingia a população economicamente ativa. (TELAROLLI JR., 1996)

É no ano de 1895 que começaram a aparecer casos de febre amarela em pessoas que não haviam se deslocado da cidade; a epidemia assumia, portanto, uma característica endêmica. Essa foi a última sessão de que o presidente da Câmara, Major Ricardo de Mattos, participaria. Contaminado pela epidemia, não resiste e falece nesse mesmo ano. O relato de Pio Lourenço é o seguinte:

Senão quando, a morte do Major Ricardo de Mattos, presidente da Câmara, a do conhecidíssimo Vilares, proprietário da única casa de bilhares e café da cidade, a do vigário da paróquia, Pe. Luciano Francisco Pacheco, uma das figuras de maior relêvo e estima da sociedade do tempo – êsses e outros óbitos sobrevividos às vezes após 24 ou 36 horas apenas de febre, delírio e vômito negro, determinaram afinal o acôrdo unânime entre médicos, autoridade e

povo, de que Araraquara estava a braços com tremenda epidemia de febre amarela. (Livro Ata da Câmara Municipal de Araraquara do período de 13/11/1892 a 07/01/1896, apud TOLEDO 2006).

A comunidade local estava reunindo esforços, do ponto de vista econômico e humano, para se livrar da epidemia.

Reconhecendo esta Câmara a necessidade urgente e inadiável de serem tomadas providências no sentido de acabar de vez com a epidemia de mau caráter que tem assolado esta cidade e achando que o abastecimento d'água e de esgoto virão a concorrer enormemente para a melhoria do estado sanitário desta localidade, deliberou por unanimidade de votos a destinar a quantia de quarenta contos de réis para este fim. (Livro Ata da Câmara Municipal de Araraquara do período de 13/11/1892 a 07/01/1896, apud TOLEDO 2006).

De acordo com Telarolli Jr. (1996), como consequência da epidemia, fecharam-se quase todas as casas comerciais e um único hotel, o Hotel Magalhães, permaneceu aberto. Nesse mesmo hotel, foram instaladas a Comissão Sanitária e seu escritório, municiados com desinfetantes e demais aparelhos de combate aos miasmas. A Comissão aconselhou o plantio de eucaliptos nas ruas e praças da cidade para a purificação do ar e a reabertura do antigo lazareto de variolosos, nos campos suburbanos onde hoje se acha a vila São Geraldo, e determinou o transporte compulsório para lá, dos doentes de febre amarela confirmada clinicamente. Nos primeiros meses de 1896, a cidade de Araraquara voltou à rotina de casos esporádicos da doença. Mas, a partir de maio, começa um segundo surto da pandemia, o mais longo e mais violento dos três. A Câmara Municipal e o Fórum migraram, primeiramente, para a Fazenda do Ouro, e mais tarde para a estação de Américo Brasiliense. O fator que determinou essa mudança parece ter sido a morte do presidente da Câmara, Major Ricardo de Mattos, vitimado pela febre amarela.

Essa decisão de transferência das funções administrativas para a cidade de Américo Brasiliense demonstra um cenário de desorganização e de desespero. Ficaram como representantes gerais do poder público, a Comissão Sanitária, o comandante do destacamento policial e um fiscal municipal. De acordo com Corrêa (1915), o cenário que se vislumbrava na época era de completa desolação e desânimo do poder público local diante da destruição causada pela pandemia de febre amarela

para a cidade. Esse evento, em certa medida originário da incursão da cidade no roteiro da estrada de ferro, que facilitou o intercâmbio de pessoas de outras localidades, forjou na cidade de Araraquara uma necessidade de remodelar-se.

A presença da Comissão Sanitária em Araraquara está relacionada a uma série de intervenções estatais no sentido de conter epidemias no estado de São Paulo. Em 1892, foi criado o Serviço Sanitário que tinha como uma de suas premissas, evocada pelas autoridades sanitárias e governamentais, o controle da vida urbana, fato evidente desde seu primeiro esboço de legislação sanitária (1892) até a formalização do Código Sanitário de 1918, pois segundo Telarolli Júnior (1993: 139) “(...) enfatizava o controle das doenças transmissíveis através da ação sobre o espaço urbano, com a larga utilização da engenharia sanitária, e de ações de política médica em campanhas contra as epidemias, nos primeiros quinze anos, e mais tarde, as endemias”.

O melhoramento urbano torna-se o teor do Código Sanitário. Para regulamentar e sanear a vida urbana, se

(...) previa a fiscalização da higiene e logradouros públicos; a inspeção sanitária de escolas, fábricas e oficinas, hospitais, hospícios, quartéis, prisões, estabelecimentos de caridade e asilos; a fiscalização da alimentação pública em geral, do fabrico e consumo de bebidas nacionais e estrangeiras, naturais ou artificiais, e do comércio e exploração de águas minerais; o controle rígido dos cemitérios e dos mortos, e de tudo aquilo que, direta ou indiretamente, pudesse influir na salubridade das cidades, vilas e povoações do Estado. (TELAROLLI JÚNIOR, 1993: 139-140).

Esse processo de fiscalização foi amplamente praticado na cidade de Araraquara. A Comissão de Saneamento incentivou a caça vigorosa aos doentes ocultos da febre amarela. O estado sanitário da cidade agravava-se dia a dia. A pandemia se espalhava pela cidade de ponta a ponta. Foi utilizada cal virgem, vinda de Rio Claro, espalhada nas vias públicas urbanas, nos quintais e hortas, nas fossas das latrinas. Foi, segundo Corrêa (1915: 21), compulsória e geral a caiação de casas e muros “(...) muitos dêstes talvez os mais deles, sem revestimento de reboco”.

Os locais mais críticos de instalação das epidemias eram justamente os de passagem dos novos trabalhadores estrangeiros. A cidade portuária de Santos,

portal de entrada de estrangeiros, estava arrasada pela febre amarela; São Paulo, local de distribuição da mão-de-obra para as lavouras produtoras de café, foi assolada pela varíola e outras epidemias; e, por fim, Campinas, a mais importante área produtora de café da região, rota de passagem dos imigrantes, ficou abandonada com a epidemia de febre amarela que dizimou mais da metade da população no final do século XIX.

Segundo Campos (2002), o Código Sanitário de 1894, que dava suporte às ações profiláticas por todo o estado, vigorou por pouco tempo, sendo substituído em 1896 por outra legislação sanitária. As alterações, no entanto, não produziram uma total reformulação do código e sua essência continuou sendo o teor do código de 1894. O financiamento, por parte de coronéis que dominavam a cena política do município de Araraquara, da construção do Jardim Público em 1899, da Santa Casa de Misericórdia em 1902 e da Beneficência Portuguesa em 1914 é fruto, em grande parte, deste período de epidemia vivenciado pela cidade.

Mas talvez o maior reflexo da epidemia tenha sido a aprovação, em 1902, do Código de Posturas de Araraquara pela Câmara Municipal que procurou estabelecer uma nova ordem pública para uma melhor convivência urbana. O código acabou definindo as feições do município e enfatizou uma preocupação com a arborização urbana.

O código estabelecia que as novas ruas a serem abertas deveriam ter, no mínimo, 16 metros de largura; os largos e as praças deveriam ser arborizados nas faces voltadas para as vias públicas; era proibido colocar, nas ruas e praças, postes, mourões ou degraus para evitar que animais fossem amarrados e que houvesse obstáculos aos pedestres. Além disso, os pés direitos das novas edificações deveriam ter 4,40 metros de altura garantindo residências mais arejadas e higiênicas; as casas deveriam ter suas fachadas pintadas ou caiadas. (BRANDÃO & TELAROLLI, 1998)

É a partir dessa concepção que se pode compreender o processo de circulação de ideias na cidade de Araraquara do final do século XIX até 1930. A partir desse momento ocorre a implantação de infraestrutura em determinadas áreas da cidade em detrimento de outras. Em Araraquara, ocorre um processo de transformação/adaptação do seu espaço às exigências do papel que as cidades do interior, pertencentes ao complexo cafeeiro desempenhavam (CANO, 1977). O

urbano passou a ser pensado pelo tripé higiene-circulação-estética, transitando, ainda, entre dois eixos: a técnica (relacionada ao problema de circulação como tributário do problema de higiene) e a estética; ou seja, a função (papel da cidade no contexto regional em que estava inserida) e a forma (seu desenho), conforme Toledo (2006).

Em meados do ano de 1900, Bento de Abreu Sampaio Vidal liderava um movimento em Araraquara em prol da ideologia da “cidade modelo”. O desejo era transformar o município modificando a imagem deixada pela epidemia de febre amarela desencadeada no fim da década de 1890. Para tanto, entre as iniciativas, estavam as construções de três edifícios imponentes: o Teatro Municipal, o Palacete das Rosas (construídos lado a lado na esplanada das Rosas) e o Hotel Municipal, na esquina adjacente; estes edifícios ostentariam a riqueza decorrente da expansão da economia cafeeira.

Araraquara inicia seu histórico de ações modernizadoras sobre o espaço urbano em 1906, com o Plano de Melhoramentos Urbanos com o objetivo de embelezá-la. Tal Plano visava à remodelação das principais praças da cidade, calçamento e alargamento das ruas, construção de passeios públicos e a arborização da cidade (BRANDÃO & TELAROLLI, 1998) e se constituiu como uma sistematização das ações mais efetivas já iniciadas com o Código de Posturas de Araraquara de 1902. O Plano de Melhoramentos prosseguiu durante a década de 1920, sendo concluído por volta de 1930, tornando Araraquara conhecida como “cidade-jardim”.

Na década de 1920, a economia de Araraquara baseava-se em duas grandes fontes de áreas: a agroindústria e o comércio e serviços de abrangência micro regional. O município teve sua origem na economia agrícola, responsável pela prosperidade e pela força política advinda dos proprietários de terras rurais. Nesta mesma década, recebeu fortemente a influência de correntes no planejamento urbano, cuja ideia vincula a cidade à arte, à beleza de suas ruas, de seus prédios e à sua arborização – traços presentes na cidade que surgem a partir do início do século XX.

Esse processo de introdução das correntes urbanísticas no pensamento urbano nacional relaciona-se com o contexto político. As intervenções urbanas começam a fazer parte da atuação do administrador público. Tendo em vista o fator econômico e a densidade de infraestrutura no interior paulista, fruto das demandas geradas pela

economia cafeeira, ocorre um processo político que se funde a uma nova concepção do urbano.

Gorelik indica a existência de um período dentro da lógica da cidade moderna caracterizado pelo crescimento e pela expansão ilimitada, com “concentração do trabalho na fábrica, da população na cidade, do domínio numa classe”, ao qual denomina “ciclo progressista”, cuja crise dos próprios parâmetros se dá por volta da década de 1970.

Conforme Gorelik (1999) nos anos 1920 se fortalece a construção do Estado nacionalista que surge da reorganização capitalista pós-crise. Nos anos 1950 a América Latina figura no Ocidente como lócus da possibilidade de implantação da modernização, possibilitando a concretização do ideal da planificação.

Esperava-se através do plano evitar e eliminar os problemas sentidos pelos países europeus e Estados Unidos desde o pós-guerra. É possível afirmar que o Estado assume o papel de vanguarda no controle da modernização, numa tentativa de recuperar esta função perdida pelas demais sociedades dos países ocidentais e entendendo novamente a cidade como criadora de uma sociedade moderna. (GORELIK, 1999: 64-67)

Em Araraquara, a partir de 1910, no perímetro do centro tradicional as praças se estabeleceram como pontos de referência na sucessão de quadras edificadas nos alinhamentos dos lotes, sendo nelas implantados os edifícios de destaque como o Teatro Municipal e a sede do Clube Araraquarense - ambos de arquitetura considerada “eclectica” -, escolas e, posteriormente, os edifícios da Câmara Municipal e da Prefeitura. Há também a implementação de praças que cumprem a função de grandes jardins para o passeio e contemplação públicos.

O Teatro Municipal foi espaço que marcou a efervescência cultural da cidade entre as décadas de 1910 e 1960; inaugurado em 1914, funcionava onde hoje está instalada a Prefeitura Municipal. O Teatro tinha três andares, capacidade para 918 espectadores e cadeiras importadas da Áustria. No local eram realizados concertos, óperas, dança e teatro e, como as cadeiras podiam ser retiradas, também bailes, exposições, desfiles de moda e formaturas. O Teatro Municipal recebeu a visita de grandes nomes de artistas e intelectuais como Villa-Lobos, Procópio Ferreira, Mário Lago, Tônia Carrero, Paulo Autran, Cacilda Becker, Jean-Paul Sartre e Simone de

Beauvoir. Em 1948, o Teatro já mostrava sinais de deterioração e, em 1962, encerrou suas atividades, ficando quatro anos abandonado até sua demolição em 1966.

O Palacete da Esplanada das Rosas abrigou a sede social do Clube Araraquarense a partir do ano de 1925. O Clube Araraquarense, o mais tradicional da cidade, foi fundado em 1882 e seus associados eram membros das famílias mais abastadas da cidade.

O Hotel Municipal foi inaugurado em 1919 e, assim como o Teatro Municipal e o Palacete das Rosas, foi construído em arquitetura “ecletica” que atendia à efervescência cultural da época. O principal objetivo do Hotel Municipal era receber as personalidades, autoridades e artistas que visitavam a cidade. A decisão de construí-lo partiu da Câmara Municipal que visualizava o potencial da cidade como rota política e de negócios no estado de São Paulo.

Desta forma torna-se evidente a necessidade de formulação de um plano que seja capaz de atender as novas demandas expressas nas primeiras décadas do século XX.

CAPÍTULO II – PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL E EM ARARAQUARA ENTRE 1930 E 1950

II. 1. Estado Brasileiro e o planejamento

A partir de 1929, o Brasil intensificou o processo de industrialização e as condições históricas do espaço econômico paulista reafirmaram a concentração industrial nessa região. Até o ano de 1955 o país atravessou o período denominado “industrialização restringida”, caracterizado pela expansão apoiada na necessidade de exportações, de modo a gerar divisas para financiar a importação de bens de capital e de bens intermediários, dado que até 1929 a indústria nacional apresentava pequeno desenvolvimento desses segmentos (NEGRI, 1996).

Entre 1947 e 1955 o Brasil apresentou um acelerado crescimento industrial de 9% ao ano, fruto, sobretudo, das medidas econômicas adotadas pelo governo federal, e para o que foi decisivo um conjunto de condições, dentre as quais se destacaram: a significativa ampliação do mercado doméstico na década de 1930; as políticas protecionistas da indústria interna e de apoio à substituição de importações e os investimentos estatais tanto em infra-estrutura de energia e de transportes como na produção de bens intermediários. (NEGRI, 1996: 62)

De acordo com Fausto (1994), a partir de 1930, durante o primeiro governo Vargas, o Brasil apresentou um realinhamento das forças burguesas que propiciou um grande potencial modernizante. Foi viabilizado um novo aparato estatal que permitiu a criação de diversas políticas governamentais. Além de medidas de natureza econômica, esse período se notabilizou pela criação das primeiras políticas sociais eficazes, como é o caso dos institutos previdenciários que viriam a substituir as antigas caixas e pensões privadas e públicas e que seriam ligados ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. São também da época as primeiras medidas referentes à questão da habitação, dos seguros contra acidentes de trabalho, da ampliação dos direitos à educação, do salário mínimo e da legislação trabalhista.

A economia brasileira a partir da década de 1930, tem como uma de suas características predominantes a expansão do setor industrial, que passa a comandar as taxas de crescimento da renda e do emprego em detrimento ao processo de agro exportação desencadeado pela crise da cafeicultura, uma vez que as exportações sofriam com a crise internacional. A crise externa criou condições favoráveis para o direcionamento produtivo ao mercado interno, amparado pela política econômica governamental. (FURTADO, 1973)

De acordo com Furtado (1973), a crise mundial de 1930 marcou o colapso da economia colonial no Brasil, fato que se configurou efetivamente a médio e longo prazo. De imediato, o governo revolucionário de Vargas cuidou de garantir os interesses dos cafeicultores, ao dar continuidade à política de defesa do café, o que o levou a ir muito além da simples estocagem do produto, passando a destruir parcela considerável da produção. Furtado (1973) é defensor da tese segundo a qual a industrialização nos países latino-americanos vincula-se às crises da agroexportação e argumenta que as crises das atividades exportadoras criaram condições para que a economia se voltasse ao mercado interno, sob a liderança do setor industrial.

A partir de 1937, com o advento do Estado Novo (1937-1945), politicamente ocorre um fortalecimento do poder executivo central em detrimento tanto dos poderes legislativo e judiciário quanto dos poderes executivos dos estados; restringem-se as liberdades de manifestação, organização e associação, restrições que se expressam particularmente na censura à imprensa, no controle sindical e na limitação do direito de greve, além do caráter expressamente anticomunista. A partir deste momento foram implementados e difundidos direitos sociais para os trabalhadores urbanos cuja maior expressão foi a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943. Em grande parte essas medidas podem ser compreendidas como um desdobramento das demandas do movimento operário durante a Primeira República, além de elemento essencial da política getulista que, através do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, angariava apoio como forma de legitimação do regime implantado. (FAUSTO, 1994)

O Estado Novo foi, ao mesmo tempo, um período de grande avanço nas políticas sociais e econômicas, sobretudo devido à implantação de uma ampla legislação trabalhista, essencialmente para os trabalhadores urbanos, e de apoio à

industrialização, e de retrocesso em termos de liberdade política, com a extinção dos partidos políticos, a censura e a repressão. Os cinco primeiros anos do novo regime foram de consolidação do poder do Estado, quando foi efetivada a maioria das reformas de natureza administrativa e política e foram dadas as soluções econômicas e sociais, que já se faziam necessárias na época anterior. Houve preocupação em legitimar o Golpe de Estado de 1930, e isto foi realizado utilizando a propaganda política e a repressão aos opositores.

No âmbito econômico houve um estímulo à diversificação da produção agrícola, com o aproveitamento de culturas já existentes e em desenvolvimento; assim, foram criadas autarquias e órgãos públicos regidos por padrões de eficiência, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o do Mate, o do Pinho e o Instituto Brasileiro do Café (IBC). Por volta de 1940, a capacidade produtiva ligada ao mercado interno estava intensamente utilizada e, sob a hegemonia do Estado, foi criada a Legislação Trabalhista que regulamentou as relações entre operários e trabalhadores urbanos e os empregadores. Entre os direitos trabalhistas adquiridos, pode-se destacar: jornada de oito horas de trabalho; férias remuneradas; estabilidade no emprego após dez anos; indenização por dispensa sem justa causa; convenção coletiva de trabalho e a regulamentação do trabalho das mulheres e menores. Foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP), que garantiam assistência aos diversos grupos de trabalhadores. (FAUSTO, 1994)

As relações entre o Governo Federal e os estados foram regulamentadas de modo a eliminar os últimos resquícios da República Velha. Os governadores foram substituídos pelos interventores cujas nomeações dependiam do Presidente da República. As polícias nos Estados dependiam, por meio dos interventores, de Vargas, e esse recurso de controle visava impedir qualquer concorrência com as forças e grupos armados do Governo Federal. (FAUSTO, 1994)

Em 1939, o Estado Novo acabaria com a autonomia sindical ao instituir o sindicalismo oficial e criar o Imposto Sindical, que representou a fonte de financiamentos e de benefícios reais, mas também a dependência política das associações e de seus integrantes em relação ao Estado.

De acordo com Bizelli (1990), em 1940 teve início o planejamento audacioso de Getúlio, com os Planos Quinquenais do Ministro Souza Costa, e que previam a criação de usinas de aço, fábricas de aviões, usinas hidroelétricas, estradas de ferro

e de rodagem e a compra na Alemanha de navios e aviões. Estes planos foram executados apenas em parte, mas sua importância para a vida nacional foi bastante grande. Em 1941 foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce, e com estas empresas foram lançadas as bases para a industrialização do Brasil.

A política econômica do primeiro governo Vargas, marcada pelo nacional desenvolvimentismo, se preocupou em abordar duas questões principais: a relação com o comércio exterior e a implantação de um parque siderúrgico nacional. A política relativa ao monopólio da exploração petrolífera e a construção de um polo petroquímico viria a se viabilizar no segundo mandato de Getúlio Vargas, com sua eleição em 1950.

Diversas foram as tentativas, nas décadas de 1940 e 1950, de coordenar, controlar e planejar a economia nacional, não constituindo porém experiências que pudessem ser consideradas como um exercício do planejamento sistemático para o país. Vale ressaltar que em 1946 foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP) como organismo de atuação sobre as demandas urbanas de moradias populares (FERRARI, 2013).

O governo Dutra, constituído no intervalo entre os dois governos de Vargas, resultou de uma aliança política de setores conservadores do PSD – Partido Social Democrático e da UDN – União Democrática Nacional, os quais acabaram por imprimir uma tendência política de neutralização do papel do Estado na economia, ainda que não se tenha procedido a um desarmamento da capacidade intervencionista e regulatório do Estado. De fato, o retorno aos termos liberais do período anterior a 1930 já era uma impossibilidade histórica, visto que os interesses econômicos e políticos eram muito distintos dos da Primeira República, tanto quanto era seu modo de organização e de expressão, que já operava nas estruturas do Estado Nacional. De 1946 a 1950 há uma “paralisia” na tendência centralizadora e intervencionista do Estado no domínio econômico. (BIZELLI, 1990: 59-60)

Mesmo com a pressão para que o governo Dutra elaborasse um plano de longo prazo para enfrentar os problemas setoriais brasileiros, principalmente nas áreas de saúde e transportes, na prática ele não se realizou. A aliança conservadora de sustentação ao governo, em conjunto com o clima de redemocratização vigente, fez

com que o executivo encaminhasse o plano para o debate no Congresso, o que acabou se arrastando por mais de dois anos. (BIZELLI, 1990: 60)

A partir desse esforço de racionalização e controle do desenvolvimento econômico no Brasil, se inicia a implementação do sistema de planejamento, principalmente no segundo governo Vargas, período em que a política industrial de substituição de importações ganha fôlego. Neste momento é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), presidido pelo embaixador Roberto Campos que, junto com outros economistas, montam um aparato que permite o planejamento de uma industrialização mais acelerada da economia brasileira. Nesse período o planejamento prioriza os investimentos estatais para a construção de um setor de produção de bens de capital. (FURTADO, 1973)

O retorno de Getúlio Vargas ao poder executivo nacional representou também a volta das preocupações com a industrialização acelerada como condição para o desenvolvimento social e da autonomia da nação. Entretanto, não se retornou ao projeto nacional corporativista desencadeado no Estado Novo, já que as grandes mudanças na estrutura social exigiram dos anos 1950 um projeto político e econômico de desenvolvimento muito mais profundo. Portanto, a formação do aparelho econômico do Estado brasileiro não poderia ser apenas uma expansão do organismo estatal centralizado que vinha do passado, era necessário lançar as bases da transformação estrutural desse Estado que se realizaria plenamente no governo de Juscelino Kubitschek. (BIZELLI, 1990: 61)

É importante ressaltar que, se apenas a partir de 1946, ao partir do processo de redemocratização desencadeado pelo governo Dutra e a promulgação da nova Constituição Federal, se configurou importante processo de inflexão na história política brasileira, já ao longo da década de 1940 e, principalmente a partir da década de 1950, mudanças importantes aconteceram também no campo da urbanização, modificando relações entre o espaço urbano e o sistema de produção.

Esse momento é relevante na conformação de uma economia urbana marcada pela intensa industrialização do sistema de produção com foco na região sudeste e principalmente em São Paulo. Tudo isso decorre dos planos de incentivo ao desenvolvimento do interior paulista, em especial no final da década de 1960 e durante os anos 1970, principalmente sob a forma de PND – Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Este grande investimento público, implementado a partir da segunda metade do século XX, viabilizou o primeiro de um conjunto de três ciclos de expansão e desenvolvimento urbano e regional caracterizados pela concentração espacial dos investimentos em São Paulo. Segundo Luciano Coutinho, esses ciclos foram delineados

(...) por meio de blocos de investimento público em infra-estrutura (...). Para cada um dos grandes ciclos de expansão da economia corresponderam políticas regionais urbanas que refletiam a conjuntura de forças políticas, a conjunção de interesses privados e a forma específica de articulação do projeto nacional de desenvolvimento. (COUTINHO, 2003: 39).

O período que se considera democrático, entre 1946 e 1964, foi caracterizado pelo investimento em infraestrutura de energia e transporte direcionado para o sistema produtivo industrial, e proporcionou a intensificação do processo de urbanização do Brasil, que se caracterizou por um conjunto de variáveis associadas às mudanças produtivas e espaciais da economia no país que estiveram e continuam intimamente relacionadas aos debates urbanísticos e os municípios brasileiros a partir da década de 1950. (FAUSTO, 1994)

O movimento migratório em direção às áreas de atração de mão-de-obra para o mercado de trabalho industrial, não apenas o processo migratório campo-cidade, mas também de cidades de outras regiões do país para a capital paulista e demais cidades da região sudeste e interior paulista; acarretou crescimento da população urbana decorrente deste movimento migratório; expansão periférica das cidades acarretada, em grande parte, pela necessidade habitacional do contingente populacional em crescimento e que demandava melhorias na infraestrutura urbana de transporte público, saúde, educação, lazer, entre outras, nas áreas em expansão horizontal das cidades; intenso processo de valorização imobiliária associado ao processo de transformação e expansão das cidades, sobretudo pelas potencialidades comerciais e econômicas das terras urbanas e de fronteira urbana para loteamentos. (BIZELLI, 1990)

São Paulo é a cidade que mais explicita este conjunto de transformações econômicas e urbanas, mas não é a única, já que se trata de um processo nacional de mudanças implementadas a partir da segunda metade do século XX. Para Singer

(1987), o que determinou tal concentração foi a já existência na capital paulista do maior parque industrial do país, apoiado, segundo sua análise, no “grande mercado regional formado pela cafeicultura” que, independentemente do deslocamento desta para o norte do Paraná a partir da década de 1940, “continuou fortemente ligada a São Paulo”.

Foi no âmbito do debate urbanístico iniciado ao final do Estado Novo que um processo de estruturação dos setores de urbanismo das administrações municipais, não restrito à cidade de São Paulo, se consolidou, especialmente pela criação dos Departamentos de Urbanismo. São exemplos importantes dessa estruturação o próprio Departamento de Urbanismo em São Paulo, criado pelo Decreto-lei 431 de 7 de julho de 1947, e o Departamento de Urbanismo do Rio de Janeiro, criado pelo Decreto-lei 8034 de 6 de dezembro de 1945. Como característica positiva da estruturação das municipalidades para a solução dos diversos problemas urbanos, a partir da década de 1940 o debate não ficou restrito às capitais. Cidades do interior do país também participaram das discussões sobre a necessidade de implementação de estruturas públicas de urbanismo e pela elaboração de planos diretores municipais de desenvolvimento e crescimento. É o caso do processo de desenvolvimento da legislação urbana e do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Araraquara, a partir da década de 1950, cujo processo de elaboração é o objeto central deste trabalho. (FAUSTO, 1994)

II. 2. A institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano durante o governo Vargas

A partir dos anos 30, as preocupações se voltam para o controle urbanístico das cidades, recorrentes no discurso sanitário disseminado entre a passagem do século XIX para o século XX, e marcam definitivamente o cenário urbano brasileiro. Neste momento, ocorreu uma reviravolta decisiva em termos de intensa urbanização e crescimento das cidades, que coincide com a aceleração da revolução industrial no país. Debates acirrados e proposições envolvendo técnicos com formações diferenciadas refletiam a busca pela concepção de uma cidade moderna: esta, planejada com o seu sistema urbano funcionando e o pressuposto do ordenamento da sua expansão, o que já era uma aspiração recorrente no meio técnico. Outras questões serão evidenciadas, deixando em um segundo plano as

preocupações com a higiene e a estética, que juntamente com a circulação marcaram o primeiro ciclo de modernização das cidades brasileiras. Questões gerais relacionadas com a expansão descontrolada, problemas de transportes urbanos e habitação seriam discutidas de modo sistemático em reuniões, conferências, encontros e congressos promovidos por centros de conhecimento, além da propaganda difundida através de revistas especializadas e por meio de artigos de jornais.

Este ambiente de reflexões sobre a cidade configurou um processo longo, que se estendeu por décadas e que envolveu discussões, propostas e realizações. A presença de técnicos de renome, nos principais eventos decorridos entre os anos 30 e 40, revela o interesse pelos temas relacionados com o urbanismo. Por meio de escritos e desenhos, junto à iniciativa privada, ou mesmo à frente de cargos públicos, arquitetos e engenheiros interferiram na construção de um pensamento urbanístico e nas práticas sobre as cidades.

As transformações ocorridas nas cidades brasileiras entre 1930 e 1945, nos campos político, econômico e institucional acabaram por se refletir no campo dos estudos urbanos, e a partir desse momento muitas das modificações pelas quais o país passou residem no processo de industrialização no Brasil que, de acordo com Rezende (2012) “resulta em foco e alterações no objeto cidade e reforma política e institucional da qual é objeto o Estado brasileiro, com resultados para sua gestão”, (REZENDE, 2003: 11).

De fato, na década de 1930, a construção de um estado forte, capaz de enfrentar os problemas nacionais, por meio de uma gestão organizada, faz parte das aspirações de alguns setores da intelectualidade, não só brasileira como internacional. Especialmente a partir de 1937, no Estado Novo, a intenção de construir uma nova nação orientar-se-á para políticas educacionais, culturais, de proteção aos recursos naturais, de organização da administração pública, inclusive a municipal, caracterizada pela centralização do poder de decisão com medidas de descentralização planejadas. (REZENDE, 2003: 11)

Ainda que as mudanças mais drásticas tenham ocorrido a partir de 1937, já em 1930 a centralização da política federal e a reforma administrativa já haviam iniciado. São criados institutos, como o órgão de formulação e controle de políticas sociais,

interventorias estaduais, além dos conselhos e das comissões que atuavam como órgãos consultivos e acabaram por refletir também na gestão municipal.

Para Feldman (in REZENDE, 2012) a Era Vargas se constituiu em um período fundamental para o processo de institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano no país, já que ocorreram mudanças significativas nas abordagens das práticas urbanísticas tendo como pano de fundo um quadro de centralização política e financeira, aliado a um projeto de administração pública que engendrava um processo de descentralização administrativa.

Neste período, ocorreu uma reforma administrativa e foram criadas duas instituições de caráter reformador na esfera da administração pública, instituições essas que desempenharam papel de grande importância na incorporação dessas novas abordagens de urbanismo: os Departamentos de Municipalidades (ou Departamentos Administrativos) que foram instalados no âmbito dos governos estaduais para dar assistência técnica às cidades do interior, e as Comissões de Planos que estavam vinculadas às administrações municipais (FELDMAN in REZENDE, 2012).

A constituição de 1934 autorizou a criação dos Departamentos Administrativos pelos Estados; tais departamentos funcionavam como órgãos de assistência técnica e fiscalização das finanças municipais, e estavam subordinados ao Ministério da Justiça, que supervisionava na aparência as funções administrativas, porém também supervisionava as atividades do próprio Interventor. Este sistema hierarquizado de controle garantia a subordinação aos programas e às ordens federais. Foi criado também o DASP (Departamento Administrativo de Serviço Público) que, em 1938, instituiu os concursos públicos para o funcionalismo e organizou a burocracia. Para Tavares (2013),

O novo regime instituído por Getúlio Vargas, a partir de 1937, definiu novos parâmetros para o domínio territorial, como a demarcação dos limites administrativos urbanos. Assim, em 1938 a divisão territorial foi regulamentada por decreto federal e estadual definindo as diretrizes mínimas e essenciais. A partir de então foram institucionalizadas as divisões territoriais com a finalidade administrativa e ficou confirmada a fusão com a organização judiciária. (...)

A divisão regional que se estabeleceu pela constituição federal confirmou o modelo de agrupamento dos municípios em torno de

um centro de decisão ao qual ficou resguardada a relação de dominação territorial de um núcleo sobre os demais.

Com o Decreto Lei, o governo federal padronizou a forma de divisão territorial exigindo de todos os estados a atualização periódica dos desmembramentos ou incorporações municipais.

As novas diretrizes territoriais foram, portanto estratégias para ampliar a força política federal articulada às ações estaduais. Ao exigir a atualização/definição das fronteiras interestaduais e dos limites nacionais, o governo de Getúlio Vargas desenhava seu mapa político com a divisão administrativa garantindo a fusão entre os modelos judiciário e administrativo na formação de regiões. A partir de então, a criação de novas cidades e sua organização hierárquica nos agrupamentos regionais tornou-se um processo eminentemente administrativo comandado pelas unidades estaduais. (TAVARES, 2013: 04)

É nesse contexto de reorganização hierárquica administrativa que se introduziu uma nova face urbanística por profissionais em diversas regiões do país. Em São Paulo, o nome de destaque é o de Anhaia Mello. Para Feldman (in REZENDE, 2012),

A incorporação de funções específicas do campo do urbanismo inclui-se na perspectiva de qualificar as administrações das cidades do interior para atuar no espaço urbano e para disciplinar o processo de urbanização. Os Departamentos das Municipalidades são embriões das instituições de urbanismo que se voltam para assistência técnica aos municípios que proliferam no Brasil a partir da década de 1940 (FELDMAN, 2012: 26)

É importante ressaltar que a atuação desses urbanistas e destas citadas instituições está calcado, fundamentalmente, na modificação das relações urbanas pelas quais o Brasil passou na década de 1930 e determinadas, em sua maior parte, pelo processo de aceleração industrial e pelo processo migratório caracterizado pelo deslocamento de força de trabalho rural para o espaço urbano, que acarretou fortes incrementos na população urbana.

Até a década de 1930, a cultura de comissões no campo do urbanismo no Brasil se restringia às comissões técnicas, criadas para formular soluções para problemas emergentes nas cidades. Desde o final do século XIX, estas comissões vinham sendo constituídas, compostas por funcionários da administração ou por especialistas contratados. As comissões da Era Vargas se caracterizavam por não incorporar apenas especialistas e pela colaboração gratuita de cidadãos brasileiros que não sejam funcionários estaduais e

municipais ou de empresas subvencionadas ao governo. (FELDMAN, 2012: 31)

Até o final da Era Vargas, os conteúdos dos planos, os instrumentos que devem conter as etapas de sua elaboração e as estruturas necessárias para sua realização estavam em discussão. Esta discussão que aparece de forma condensada nas Comissões de Planos é construída por intermédio de um intenso processo de mobilização dos urbanistas, que se manifesta em congressos de profissionais, além de congressos de prefeitos; nos livros e artigos publicados por urbanistas atuantes em várias regiões do país e em palestras realizadas em entidades profissionais e em organizações de sociedade.

Feldman (2012) ressalta que Anhaia Mello é figura importante para a maioria das comissões criadas durante a reforma administrativa de Vargas e é sob essa perspectiva que suas palestras no município de Araraquara se tornando tão relevantes na formulação do plano diretor para o município, a partir da década de 1950.

II. 3. Dinâmica social, demográfica e econômica de Araraquara entre 1930 e 1950

Entre 1930 e 1950, Araraquara passa por uma fase de acomodação, pois o declínio do café, tido até então como o principal produto agrícola, possibilita que outras culturas passem a ser testadas.

A crise cafeeira de 1929, e suas consequências ao longo dos anos 1930, trouxeram forte impacto para a região de Araraquara, não apenas para a lavoura de café, mas também para outras atividades que vinham se formando até então. À medida que a lavoura cafeeira, a partir de 1935, foi perdendo sua hegemonia e cedendo espaço ao desenvolvimento de outros produtos agrícolas (muitos já existentes na região, tais como a cana de açúcar, arroz, milho, algodão e cítricos) verificou-se uma mudança no processo de crescimento industrial que até aquele momento vinha ocorrendo. (BRANDÃO & TELAROLLI, 1998)

A partir dos anos 1940, uma nova lógica de desenvolvimento comanda o crescimento da indústria paulista e verifica-se uma tendência a concentração das

atividades industriais em áreas na capital do Estado e adjacentes a ela, devido à disponibilidade de infraestrutura de energia elétrica, pela proximidade do mercado de trabalho, de centros consumidores e de produtores de insumos. Tal esquema propiciou novas condições e oportunidades à industrialização de outras regiões do Estado. (NEGRI, 1996)

De acordo com Bizelli (1991), no entorno de Araraquara, assim como em diversas outras áreas do Estado após a crise de 1929 e, principalmente após 1935, além da desorganização da atividade cafeeira, cuja dinâmica era essencial para a indústria e ao comércio locais, a incidência de novos impostos de comercialização, o aumento dos custos de produção, a concorrência entre produtos da região e mesmo uma entrada massiva de produtos de outras regiões, levaram ao desaparecimento de grande número de pequenas indústrias que haviam se instalado até então.

No município de Araraquara, assim como em São Carlos, poucas empresas sobreviveram durante a década de 1930. As empresas que superaram essa fase e sobreviveram – nos ramos de meias, tecidos, toalhas, diversas serrarias e pequenas oficinas metalúrgicas, além de fábricas de móveis – tiveram seu mercado reforçado e puderam firmar-se no âmbito local e regional, algumas alcançando projeção até no âmbito nacional.

A cana de açúcar e o algodão despontam com força na economia regional, embora não alcancem um papel de predominância na agricultura. Destaca-se, neste momento, o surgimento de um padrão de desenvolvimento desigual na economia da região de Araraquara, já que esta se encaminha para um processo acentuado de urbanização que não se verifica de forma homogênea na totalidade dos municípios, visto que alguns passam por um processo de grande incremento populacional, enquanto outros sofrem um processo de estagnação com o conseqüente declínio de suas populações. Esse padrão se reflete também no que diz respeito ao processo de industrialização (BIZELLI, 1991: 120).

Araraquara apresenta uma posição intermediária frente a essas transformações. Enquanto outros municípios da região, como Ribeirão Preto, Franca e Barretos crescem a índices significativos, Araraquara perde população entre as décadas de 1940 e 1950, só conseguindo reverter este padrão a partir da década de 1960. Contudo, ainda que com decréscimo populacional, é nesse momento que se delinea o perfil agroindustrial do município para as décadas seguintes, ganhando destaque

econômico grandes indústrias juntamente com usinas de açúcar e álcool. Esta condição é alavancada pela própria situação geográfica da cidade, situada entre dois centros de desenvolvimento econômico (de um lado atraída por Ribeirão Preto e seu entorno e por outro, ligada pelos eixos rodoviário e ferroviário à região de Campinas). (NEGRI, 1996)

Em termos populacionais, o município de Araraquara e a região de Ribeirão Preto apresentam um quadro diferenciado em relação ao Estado de São Paulo. Nos anos de 1940, enquanto o Estado apresentava taxas de crescimento com índices mais elevados do que a média nacional, o município e a região crescem a taxas menores. De fato, a década de 1940 marca a expansão de novas frentes pioneiras em direção à ocupação e à exploração do Oeste Paulista, ao mesmo tempo em que regiões de agricultura já consolidada passavam por um processo de modernização que teve como consequência a liberação de grande contingente de população no meio agrícola. (BAENINGER, 1995)

Desta forma o desenvolvimento socioeconômico de Araraquara está definitivamente relacionado à dinâmica da agricultura já que, com o colapso da cafeicultura no final da década de 1930, a economia regional agrícola soube dar respostas ágeis à crise diversificando cultivos.

A principal característica da retomada do crescimento industrial na região de Araraquara, entre 1940 e 1960, foi a industrialização da agricultura. Essa reorganização agrícola fez com que as atividades urbanas sofressem profundas modificações através da montagem de um parque agroindustrial. Dois fatores explicam esse processo: em primeiro lugar, a expansão das agroindústrias regionais – a indústria de processamento e refino de óleos vegetais, a indústria de processamento de leite e derivados e o início da indústria de processamento de frutas cítricas; a expansão de cada um desses segmentos produtivos no âmbito da economia regional constituiu um capítulo essencial da integração da região no contexto da indústria paulista; em segundo lugar, no rastro do crescimento das atividades agroindustriais, se desenvolvem empresas metalúrgicas para montagem, reparo e limpeza de equipamentos para usinas de açúcar e fábricas de equipamentos agrícolas. Fortalece-se, também, a indústria mecânica, produzindo bens de capital para a agricultura – máquinas para moagem e torrefação de café,

fábricas de máquinas para curtume e para a produção de óleo, principalmente. (NEGRI, 1996)

Outras atividades, não diretamente ligadas à agroindústria, também se desenvolveram no município de Araraquara entre as décadas de 1940 e 1950. Destacam-se, nesses casos, a indústria têxtil, voltada para a produção de tecidos de algodão e de linho, a indústria de artefatos de alumínio e outros segmentos da indústria mecânica, tais como fábricas de pistões. No vizinho município de São Carlos, destacavam-se as indústrias de materiais elétricos e de comunicação, de fogões, e a indústria têxtil voltada principalmente à produção de tecidos felpudos.

A partir de 1940, a região expandiu seu setor industrial. A Fábrica de Meias Lupo, estabelecida em Araraquara desde a década de 1920, conseguiu sobreviver à crise dos anos 1930 e consolidou-se nos mercados interno e externo. Nesse período ainda se estabeleceram na cidade outras indústrias importantes para a economia da região, como a indústria de alumínio Nigro, em 1944, e a empresa de derivados de leite Nestlé, em 1946, além de duas grandes fábricas de óleo de algodão, a Anderson Clayton e a Diana Lopez. (BRANDÃO & TELAROLLI, 1998)

Os antigos engenhos de açúcar foram se transformando em usinas modernas, e a indústria açucareira - que tomou impulso com a política de incentivo fiscal a partir de 1919 - passou a ser a mais importante da cidade até os anos 1950. Paralelamente, foram se desenvolvendo outras atividades agroindustriais significativas, como o processamento e refino de óleos vegetais e de frutas cítricas. Este último setor teve sua expansão no início dos anos 1960, com a venda da fábrica de processamento de cítricos Suconasa para a Sucocítrico Cutrale S.A.

Apesar da economia regional se apoiar na produção agrícola, o moderno complexo agroindustrial que se desenvolveu em Araraquara estava direcionado a vida urbana, processo que contribuiu para a expansão e crescimento dos setores secundário e, particularmente, do terciário da economia, bem como para a concentração de população no município. Para se ter uma ideia do intenso processo de incremento populacional na região de Araraquara, se faz necessário observar que até o início da década de 1940 apenas 30% da população do município vivia no meio urbano e, no final da década de 1950, este índice já chegava a 50%. (BAENINGER, 1995)

De acordo com Baeninger (1995), a taxa de crescimento da população urbana de Araraquara foi de 3,9% ao ano em média na década de 1940 e, nos anos de 1950, esse percentual diminuiu consideravelmente e se manteve no patamar de 1,36% ao ano, o que indicaria um processo de dificuldades econômicas neste período e adaptação a novas formas de trabalho. Durante este processo de transformação, a população urbana equiparou-se a rural no decorrer da década de 1940 e ultrapassou na década de 1950.

(...) a partir dos anos 50, com a valorização do espaço urbano em detrimento as moradias rurais é que os proprietários de terras urbanas começam a vislumbrar um lucrativo mercado de terras, transformando áreas rurais em lotes urbanos. É a partir desse momento, inclusive, que as leis municipais começam a ser mais direcionadas a esta prática. (CINTRÃO, 2004: 27)

Dentro deste contexto de modificação da estrutura econômica do município e dos novos papéis dos agentes difusores destes processos, passa a ser assunto recorrente, durante a década de 1940, a proposição de um plano urbano para o município. Neste contexto, apesar da ausência de uma cultura de planejamento nas pequenas e médias cidades brasileiras, Araraquara foi uma das pioneiras no âmbito nacional no debate dos processos de planejamento urbano, já que, devido às modificações urbanas que aconteciam rapidamente, tornou-se imprescindível a construção de diretrizes para que o desenvolvimento da cidade ocorresse de maneira organizada. A partir da década de 1940 proprietários de terras e investidores locais iniciam um debate – ainda descolado do poder público – sobre a destinação das áreas urbanas do município e de que forma se daria a ocupação das mesmas.

CAPÍTULO III – PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E PODER LOCAL NA ELABORAÇÃO DO PRIMEIRO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA (1950-1971)

III.1. O Plano de metas e a industrialização brasileira (1951-1964)

Getúlio Vargas tomou posse, em 1951, como presidente eleito, com a concordância das forças armadas, o que indicava que seus chefes não estavam inclinados a interrupção do jogo democrático, porém também demonstrava como a democracia dependia da fiança militar. Vargas iniciou seu governo buscando desempenhar um papel que já desempenhara durante seu primeiro governo, o de mediador entre diferentes forças sociais. (FAUSTO, 1994)

No início da década de 1950, o sistema de planejamento começou, de fato, a ser implementado, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico com ênfase na industrialização, desta forma a política industrial de substituição de importações é impulsionada. Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia. Outro fator que irá permitir um crescimento acelerado da industrialização e da economia brasileira nesse momento é a criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) em 1952, presidido por Roberto Campos que, junto com outros economistas, dentre eles Celso Furtado, montam um aparato planejador e modernizador que irá alavancar a política econômica brasileira. A principal função do BNDE seria a aceleração do processo de diversificação industrial. (BIZELLI, 1990)

O retorno de Getúlio ao poder presidencial representou também a volta das preocupações com a industrialização acelerada como condição para o desenvolvimento social e de autonomia da nação. No entanto, não se retornou ao projeto mantido durante o Estado Novo já que as mudanças nas estruturas sociais exigiam que o projeto nacional político e econômico alcançasse alicerces mais profundos. Dessa forma, a implementação do aparelho econômico estatal não poderia apenas representar uma expansão da centralização estatal advinda de períodos anteriores, era necessário lançar diretrizes para a transformação que se realizaria a partir do governo de Juscelino Kubitschek, em 1955.

Ao mesmo tempo em que tentava dinamizar a economia, Vargas encontrava-se diante de um problema com fortes repercussões sociais: a escalada da inflação que decorreu de vários fatores, dentre eles a forte alta dos preços do café em 1949. Também a expansão industrial vinha sendo estimulada mesmo que com estrangulamentos nas áreas de energia e transportes, acarretando elevação dos custos e do preço final dos produtos. Desta forma, dada a natureza dos investimentos em infraestrutura, as medidas tomadas pelo governo só surtiriam efeito em médio e longo prazo. (FAUSTO, 1994)

Vargas consolidou uma de suas principais bases de apoio, os trabalhadores urbanos e incentivou sua organização sindical e, assim, “favoreceu o retorno dos comunistas e excluídos em geral durante o período Dutra. Mas o governo não conseguiria controlar inteiramente o mundo do trabalho. A liberalização do movimento sindical e os problemas decorrentes da alta do custo de vida levaram a uma série de greves a partir de 1953.” (FAUSTO, 1994: 412)

O presidente optou paulatinamente por um discurso e por medidas contrários aos interesses dos setores sociais conservadores e adotou uma linha nacionalista no âmbito econômico passando a responsabilizar o capital estrangeiro pelos problemas de desequilíbrios. No que se refere às relações de trabalho, em 1 de maio de 1954 anunciou uma alta de 100% no salário mínimo e acabou por provocar uma imensa onda de protestos já que o aumento real dos salários iria incidir diretamente sobre a inflação agravando seus índices. Porém, Vargas justificava a medida afirmando que a remuneração dos trabalhadores sofrera desvalorização por anos seguidos, devido a essa mesma inflação. (FAUSTO, 1994)

O governo já sofria muitas pressões, sem a mesma base sólida de apoio de antes, com a situação se tornando insustentável em agosto de 1954, que culmina com o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto. O vice-presidente Café Filho assumiu a presidência e assegurou que garantiria a realização das eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955.

Em fevereiro de 1955 Juscelino Kubitschek foi eleito à presidência. O político mineiro se elegera governador de seu estado na década de 1940; em sua campanha, JK insistia na necessidade de se avançar rumo ao desenvolvimento econômico com a participação dos capitais público e privado.

Em comparação ao governo de Vargas o de Juscelino Kubitschek pode ser considerado de estabilidade política e otimismo, calcado nos altos índices de crescimento. Kubitschek concentrou grandes esforços em conter os efeitos da urbanização acelerada e para atingir – em curto prazo – altos índices de industrialização buscando também melhorar as taxas de emprego. A demanda por maquinário industrial e matérias primas era muito grande, porém havia uma progressiva dificuldade na capacidade de importação brasileira gerada pelo momento econômico crítico causado pela inflação, pela deficiência do setor energético e de transportes e, ainda, a deterioração das condições de intercâmbio comercial com o exterior. (FAUSTO, 1994)

Os problemas acima relacionados foram descritos em dois relatórios específicos: o relatório produzido pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos para o desenvolvimento econômicos, de 1953 e o realizado pelo grupo misto BNDE – Cepal, de 1956. Tais relatórios iriam gerar, posteriormente, o Programa de Metas do governo Kubitschek. (BIZELLI, 1991)

O Plano de Metas abrangia 31 objetivos agrupados em seis grandes áreas: energia, transporte, agricultura/alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília; esta última área ficou a cargo de uma série de órgãos distintos de planejamento subordinados diretamente à Presidência da República. Buscando se desvencilhar da burocracia, o governo Kubitschek criou novos órgãos para a administração pública como, por exemplo, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), destinada a promover o planejamento e expansão industrial naquela região. (FAUSTO, 1994)

De acordo com Fausto (1994), os pressupostos do Programa de Metas mostram que no governo JK ocorreu uma definição nacional-desenvolvimentista da política econômica.

O governo JK promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no setor da infra-estrutura como no incentivo direto a industrialização, mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive grandes facilidades. (...) A expressão nacional-desenvolvimentismo sintetiza uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capitalismo estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK renunciou os rumos da política econômica realizada,

em outro contexto, pelos governos militares após 1964. (FAUSTO, 1994: 427)

O papel do Estado frente à economia se caracterizou por criar condições adequadas para a evolução e o desenvolvimento nacional. Havia grande preocupação em atrair investimentos estrangeiros principalmente no setor de produção de bens de consumo duráveis. De acordo com Fausto (1994), após a implementação do Plano de Metas o crescimento médio do PIB brasileiro chegou à casa dos 7% ao ano baseado, fundamentalmente, no programa de substituição das importações. No entanto, os maiores problemas se concentravam nas áreas interligadas do comércio exterior e das finanças do governo. Os gastos governamentais para sustentar o programa de industrialização e a construção de Brasília, aliados ao declínio em termos de intercâmbio com o exterior, provocaram crescentes déficits no orçamento federal.

No período dos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) a crise se intensificou política e economicamente através da redução do índice de investimentos com a consequente diminuição da entrada de capital estrangeiro, além do agravamento do índice de inflação, que se tornou o principal problema da economia brasileira. Esta crise representou o fim de um período no qual vigorou um determinado padrão de acumulação que por sua vez deu lugar a uma recessão que perdurou até 1967.

No fim deste período foi deflagrada uma crise em razão da política monetária e financeira adotadas durante o governo Kubitschek, tal crise reduziu o poder aquisitivo dos salários e provocou o aumento das pressões e mobilizações políticas pra que as perdas fossem recompostas A política fiscal conservadora do Estado contrariava a demanda por investimentos em infraestrutura necessários para alcançar um novo padrão de acumulação. Ao mesmo tempo, o comportamento liberal adotado frente ao capital estrangeiro trouxe como efeito uma exacerbação dos lucros que buscavam retornar ao mercado externo. Esta crise, portanto, se relaciona com o aumento significativo da massa excedente interna gerada pela injeção de capital estrangeiro. Em linhas mais gerais, os governos Jânio Quadros – janeiro a agosto de 1961 - e João Goulart – novembro de 1961 a março de 1964 – já que não tinham condições políticas e econômicas para a conciliação entre ideologia nacionalista e capitalismo nacional, ou entre ideologia nacionalista e capitalismo

associado ou dependente. Além disso, as contradições entre classes, tanto na esfera rural quanto na urbana tornaram-se cada vez mais agudas. (BIZELLI, 1990)

As crises políticas e econômicas destes governos configuram, em primeiro lugar, um choque entre os diferentes modelos de desenvolvimento; em segundo lugar, uma radicalização de posições antagônicas entre os diversos poderes republicanos, principalmente entre o Executivo e o Legislativo.

III. 2. O desenvolvimento brasileiro e a ditadura militar

Com a crise expressa no movimento de 1964, ocorre uma redefinição de todo o sistema de planejamento no Brasil não só no que se refere à política econômica, mas também no que tange à política social. Implantam-se políticas públicas sem a participação da sociedade e sem que sejam utilizados os mecanismos de representação política que ainda perduravam mesmo com a ditadura militar.

Os dois grandes instrumentos utilizados pelo Estado para modernizar o aspecto de dominação, capaz de criar o suporte necessário à implementação de políticas públicas de caráter legitimador, foram a reforma do sistema tributário em 1966 e a reforma administrativa em 1967. A partir destes dois mecanismos, e também da mudança de orientação do BNDE, foi possível a transformação completa do aparato produtivo brasileiro, ocasionando uma nova fase no processo de acumulação de capital, possibilitada pela expansão da indústria de bens de capital, da indústria pesada, constituindo-se cada vez mais como dimensão material do capital financeiro. (FAUSTO, 1994)

Com a instauração do regime militar desaparece o tratamento político dado às demandas sociais e são adotadas respostas de caráter técnico a estes mesmos problemas. Ao lado do enfraquecimento do Poder Legislativo frente ao Executivo, o planejamento passa a ser elaborado através de critérios eminentemente técnicos e com distanciamento cada vez maior das demandas efetivas da população. (FAUSTO, 1994)

É neste contexto que está inserido o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) do presidente Castelo Branco e a criação de organismos como o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) para atuarem no âmbito das demandas urbanas de habitação e serviços públicos. O

PAEG foi uma tentativa de recuperar o crescimento econômico através do enfrentamento do problema inflacionário de forma coordenada e incisiva. Por outro lado o BNH e o SERFHAU não só buscavam legitimar o governo junto às massas, mas também procuravam recuperar a economia através da transferência de recursos para a construção civil, criando, desta forma grande demanda de mão de obra que beneficiou especificamente a população de baixa qualificação profissional. (FAUSTO, 1994)

A visão tecnocrática se verifica com a criação de uma forte estrutura institucional, baseada no componente financeiro das ações e centralizada em um banco - BNH - Banco Nacional de Habitação, criado em 21/08/64 pela lei n.º 4380 que também criava o Plano Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU. O BNH nascia para gerir dois sistemas de atuação integrados, o Sistema Financeiro de Habitação - SFH -, e o Sistema Financeiro do Saneamento, com uma idéia de promover também o desenvolvimento urbano e a melhoria das condições de vida nas cidades. A habitação é considerada, assim, como o eixo da política urbana do novo regime político, disseminando-se a idéia da importância da casa própria em detrimento do aluguel ou outro tipo de garantia de acesso à moradia, buscando a nova ordem legitimar-se junto à população carente de moradia nas favelas, cortiços e casas alugadas. (NEGRELOS, 1998:94)

Em 1967, com a posse do marechal Costa e Silva foi apresentado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), aprovado em 1968, que retomava o ataque à inflação tentando incentivar o crescimento interno. O plano alcança em grande parte seus objetivos devido, principalmente, sua difusão em todos os níveis administrativos. Neste momento também ocorrem mudanças de diretrizes para o BNH e o SERFHAU: o primeiro, depois de avaliar sua atuação enquanto simples fornecedor de moradias, volta-se para programas de financiamento de materiais de construção e o segundo, adquire competência para coordenar e elaborar a política nacional de planejamento local formulada segundo linhas de desenvolvimento regional. (AZEVEDO E ANDRADE, 1982)

A expansão das atividades urbanas do BNH recebeu impulso expressivo a partir de 1971. Em 1972 é criado o projeto CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada – que se propõe a racionalizar o uso do solo urbano, melhorar as condições de serviços de infra-estrutura das cidades e corrigir as distorções causadas pela especulação imobiliária. Diferentemente de sua antecessora – a Fundação da Casa Popular, que, embora amparada por lei, nunca se aventurou a atividades

correlatas à construção de moradias – o BNH não só ocupou como ampliou um espaço que se encontrava vazio do ponto de vista institucional (...).

A ação urbana do BNH não ficaria, entretanto, confinada ao projeto CURA e aos serviços básicos. Outras áreas, menos tradicionais, como transportes, seriam anexadas fazendo dele, de fato, um órgão nuclear para a política urbana. (AZEVEDO e ANDRADE, 1982:82-85)

Neste momento, através da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Estadual número 9.970 de 19/09/1967) o planejamento se impõe ao município como condição para a obtenção de financiamentos e programas de auxílio econômico junto aos governos centrais. Em 1967, em Araraquara, se retoma o processo de planejamento e aprovação do plano diretor de Araraquara, que havia sido iniciado na década de 1950 e interrompido em 1963, durante o mandato do prefeito Rômulo Lupo. (CINTRÃO, 2004)

Foi a partir dessa regulamentação que se generalizaram as técnicas de planejamento nos municípios; feita por força de lei, demonstrou-se uma enorme interferência do poder central no plano municipal. (AZEVEDO E ANDRADE, 1982)

O período Médici baseou sua ação no par de atuação repressão política e crescimento econômico. Sob o comando de Delfim Neto, o discurso do governo de que o Brasil seria a futura potência mundial se refletiu no programa denominado Metas e Bases para a Ação do Governo, de 1970, complementado posteriormente pelo I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1971. (FAUSTO, 1994)

Os objetivos principais do programa de metas eram o fortalecimento da economia, cabendo ao Estado o papel de estimular a modernização de empresas privadas, incentivar novas tecnologias, proteger os setores nacionais, investir em infraestrutura, racionalizar e aumentar a produtividade do setor público, além de subsidiar os setores exportadores para que estes gerassem lucros que possibilitassem a importação de bens de capital. Idealizado pelos ministros João Paulo dos Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen, tinha como meta um crescimento econômico de 8% a 9% ao ano, além da contenção da inflação anual abaixo de 20%. (BNDES, 2002)

O principal objetivo do PND era preparar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Brasil nas décadas seguintes, com ênfase em setores como transportes e telecomunicações, além de prever investimentos em ciência e

tecnologia e a expansão das indústrias naval, siderúrgica e petroquímica. Para isso, articulava empresas estatais, bancos oficiais e outras instituições públicas na elaboração de políticas setoriais, denotando um período marcado como o ponto alto da intervenção do Estado na economia brasileira. (ALMEIDA, 2006)

No âmbito social o destaque do programa de metas ficou por conta da criação de fundos especiais como o PIS (Programa de Integração Social), PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) que objetivavam levar à população os benefícios provenientes do desenvolvimento da nação. Na prática o que houve foi o privilégio de determinados grupos econômicos e a privatização de instituições que geriam o aparato público. (ALMEIDA, 2006)

O governo Geisel preferiu relevar a gravidade da crise mundial deflagrada, em 1973, com o choque produzido pela elevação do preço do petróleo e pela desvinculação do dólar ao padrão do ouro e, frente ao crescente clamor interno por redemocratização e controle do aparato repressivo lançou, em dezembro de 1974, o II PND, que objetivava uma aproximação dos interesses da classe trabalhadora, dos empresários e do Estado. (FAUSTO, 1994)

Financiadas pelo endividamento externo, novas políticas públicas se somariam às já existentes para reforçar os fundos públicos utilizados para custear tanto os investimentos produtivos quanto os programas sociais. Com isso a classe dominante busca obter sua legitimação diante da população e procura obter a coesão necessária dos diversos segmentos do capital. (ALMEIDA, 2006)

As cidades passam a sofrer novos impactos, sobretudo no que se refere às políticas urbanas. São desse período as políticas de desconcentração industrial e administrativa, de reorientação dos fluxos migratórios com a consequente produção de novas divisões territoriais de trabalho (acentuando a subordinação do campo em relação à cidade e dos municípios rurais frente aos polos urbanos). A criação de novos parques industriais fora do eixo Rio/São Paulo acabou por criar novos perfis urbanos que fazem com que as cidades do interior passem a constituir polos de atração de capital. (NEGRI, 1996)

Em 1979 assume o governo o general Figueiredo e surgem os indicadores de que o modelo do desenvolvimento forçado começava a se esgotar já que se propunha uma

desaceleração da economia a fim de que se fizessem os ajustes necessários para conter a inflação. Em agosto de 1979, Delfim Neto assume a pasta de Planejamento e apresenta o III PND que viria a ser aprovado pelo Congresso em maio de 1980. O plano não procurava fixar metas rígidas, mas apontava os principais problemas em que o país estava mergulhado: crise energética, alta dívida externa, processo inflacionário acelerado; e, para a resolução destes propunha o aumento da produção agrícola para exportação, a recuperação, através de investimentos do setor energético, investimentos em educação, saúde e habitação e redução das diferenças regionais. (FAUSTO, 1994)

Em 1982, os esforços no governo se concentravam na obtenção de resultados economicamente favoráveis. Em janeiro de 1983 o Brasil assinou com o FMI a primeira carta de intenções, foram seis cartas ao todo em um ano e meio. Essas cartas prenunciaram um programa de cortes reais nos investimentos públicos, aumento de impostos e redução salarial, acompanhados pela queda da atividade econômica e diminuição das vagas de emprego. (BIZELLI, 1991)

III. 3. Interiorização da indústria paulista e a política de cidades médias a partir da década de 1970.

Durante a década de 1960, com o advento do golpe militar e a reestruturação das instituições governamentais e das diretrizes econômicas, ocorreu uma redefinição dos eixos de expansão da indústria paulista que acompanha o grande índice de desenvolvimento registrado no país no mesmo período. A consolidação da cidade de São Paulo como centro nos âmbitos nacional e regional de serviços e a migração de grandes indústrias para cidades para a região metropolitana de São Paulo—consequência direta de menores valores de tributos e do preço das terras, além do acesso a estrutura de transportes rodoviário e ferroviário em plena expansão —, acarretou também a expansão e a diversificação do setor secundário no interior do estado de São Paulo durante o período.

Diversas prefeituras dos municípios do interior de São Paulo promoveram políticas de atração econômica, por meio de incentivos financeiros, isenções fiscais, doações e concessões, além de obras de infraestrutura. O governo do estado de São Paulo realizou extenso conjunto de obras viárias, destinado a prover da mais completa infraestrutura de transportes a rede urbana paulista, incluindo asfaltamentos,

ampliações e duplicações, bem como forneceu apoio técnico às empresas interessadas em instalar-se no interior. Em âmbito federal, foram realizados grandes investimentos diretos, além de financiamentos e incentivos de grande monta. (NEGRI, 1996)

Na década de 1960 o interior paulista já apresentava uma base industrial importante, contava com setor agrícola bastante diversificado e ainda com diversas cidades médias distribuídas pelo território e que passaram a se integrar de forma bastante eficiente a partir do investimento estatal em significativa infraestrutura viária e ferroviária. Esta conjuntura se apresenta como resultado de fatores que tiveram origem a partir da cultura cafeeira que estruturou o espaço urbano e econômico do estado entre meados do século XIX e o início do século XX, principalmente a partir do advento da ferrovia. Tais fatores foram decisivos para que o interior paulista se transformasse em espaço privilegiado para a indústria a partir da década de 1970. (NEGRI, 1996)

Durante a década de 1970, antes mesmo da implementação de políticas e ações estatais que visavam à desconcentração produtiva da Região Metropolitana de São Paulo, o interior paulista já se apresentava como um dos mais importantes espaços industriais do país. Vários fatores contribuíram, de forma conjunta, para que o interior paulista acabasse por se constituir como, como um importante parque industrial do Brasil. De acordo com Cano (2008), o primeiro fator a ser apontado envolve as deseconomias de aglomeração, um conjunto de variáveis diversas relacionadas às condições de concentração da metrópole, impactando negativamente os custos de produção. Dentre elas podem-se indicar os altos tempos de deslocamento de mercadorias e trabalhadores no espaço intraurbano; os altos custos dos terrenos, afetando as decisões locacionais de instalação ou ampliação das empresas, assim como na definição do espaço de moradia dos trabalhadores, ampliando o custo de reprodução de sua força de trabalho; o agravamento das condições ambientais e da poluição do ar e dos recursos hídricos.

Um segundo fator que contribuiu para o processo de interiorização foram as políticas estaduais de descentralização, representadas especialmente pelos investimentos em melhorias da infraestrutura rodoviária, abordadas no Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento de 1972/75, procurando atender às necessidades do que se denominava “‘tendências naturais’ do processo de expansão industrial

fora da Região Metropolitana” (NEGRI, 1996: 183). Além disso, o governo estadual atuou fortemente constituindo um sistema de informações destinado a auxiliar os empresários em suas decisões locacionais, orientando-os a investir no interior.

Um terceiro fator foram as políticas de atração municipal, com a concessão de grandes benefícios pelas municipalidades, como isenção de tributos, concessão de terrenos, constituição de distritos industriais, execução gratuita de infraestrutura etc. (NEGRI, 1996)

Um quarto fator a ser analisado são as políticas federais de incentivo às exportações e o Proálcool – Programa Nacional do Álcool (1974), quando houve expressiva expansão da produção para exportação, tanto de produtos agroindustriais quanto manufaturados, amplamente incentivados por meio de subsídios federais. Em vista da estrutura econômica pré-existente no interior paulista, associada a mais moderna e diversificada agricultura, este espaço foi um dos mais beneficiados por essa política. Com relação ao Proálcool, inicialmente voltado à produção de álcool anidro para adição à gasolina (1975/79) e, posteriormente, para a produção de álcool hidratado em substituição àquela, o interior paulista foi duplamente beneficiado. Em primeiro lugar, porque o interior constituía-se, como até hoje, numa das mais modernas e produtivas zonas sucroalcooleiras do país; em segundo lugar, porque abriga praticamente todo o parque industrial produtor de equipamentos para usinas de açúcar e álcool, especificamente nas regiões de Piracicaba e Ribeirão Preto (NEGRI, 1996).

O quinto fator a contribuir para a interiorização da indústria paulista foi o conjunto de investimentos federais realizados entre fins dos anos 1960 e início dos 1980, e que tiveram efeitos multiplicadores com resultados duradouros ao longo do tempo. (NEGRI, 1996)

Negrelos (2005) acredita haver um processo de desconcentração territorial, em média escala, em função da procura pela indústria e lugares que lhe ofereçam externalidades positivas e possibilidades de realização de maior lucro, porém isso não significa que as decisões em relação aos investimentos também se desconcentrem. Negrelos frisa a convicção de Lencioni (2003) sobre a não existência de um processo de descentralização industrial a favor do interior do estado de São Paulo e da Região Metropolitana de São Paulo em relação à indústria

para todo o país e afirma que os investimentos se mantêm cada vez mais concentrados em São Paulo.

O processo descrito por Negrelos (2005) tem fundamento também em Schiffer (1991):

A desconcentração espacial no setor secundário, em particular, efetivou-se através de empresas de médio e grande porte, notadamente nos segmentos de maior tecnologia industrial tais como o de metal-mecânica, petroquímico e eletrônico, aumentando o grau de complexidade em relação as indústrias da capital, tendo em vista que a maioria das empresas que deslocaram para o interior suas plantas industriais são filiais cujas matrizes ou escritórios centrais continuam a localizar-se na capital. (SCHIFFER, 1991: 314)

Negrelos (2005) ressalta que o estabelecimento de unidades industriais nas localidades fora da Região Metropolitana de São Paulo foi viabilizado por importantes investimentos públicos, principalmente do governo do estado e dos governos dos municípios envolvidos e cita o trecho de Lencioni em que ela explicita que o governo do estado de São Paulo, em suas sucessivas gestões, influenciou o crescimento para o interior do estado:

No nível do governo local muitos municípios interioranos passaram a oferecer uma série de incentivos visando atrair indústrias para seus municípios. Esses esforços, conhecidos como “Políticas de Atração Industrial”, em grande parte ofereciam isenção de impostos e taxas municipais, ressarcimento de gastos com infra-estrutura, terrenos, dentre outras coisas. Nestes anos (principalmente os de 1970) muitos distritos industriais foram criados através de empréstimos municipais, o que acarretou o endividamento de muitas prefeituras municipais. (LENCIONI *apud* NEGRELOS, 2005: 49)

No II PND (1974) a questão da necessidade da desconcentração é explicitada, propondo-se atenuar os “desníveis regionais de desenvolvimento industrial, evitando-se a continuação da tendência à concentração da atividade industrial em uma única área metropolitana” (NEGRI, 1996: 141). Esse Plano previa uma série de ações integradas e descentralizadas em relação ao polo econômico de São Paulo. Grande parte do crescimento econômico e industrial do período decorre das ações e investimentos aí previstos, buscando complementar a estrutura industrial nacional

em petroquímica e metais não ferrosos, contribuindo decisivamente para as transformações espaciais da indústria nacional (NEGRI, 1996).

De acordo com Bruna e Steinberger (2001), as cidades de porte médio estavam presentes em todas essas estratégias regionais: no Sudeste preconizou-se induzir a descentralização das atividades produtivas das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro para centros periféricos de médio porte. Complementarmente, foi proposta a desconcentração intrarregional com atuação preferencial sobre os núcleos urbanos com mais de 50 mil habitantes.

De acordo com Negri (1996) o II PND dedicou toda uma seção à política urbana, apoiada na PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. A PNDU apontava diretrizes para cidades de porte médio enquanto estratégia de desenvolvimento territorial, sintetizadas no Programa de Cidades Médias, idealizado para a realização de grandes investimentos em cidades médias, a fim de proporcionar infraestrutura adequada para que elas pudessem receber investimentos industriais privados, além de redirecionar a migração das grandes metrópoles para as cidades de menor porte. O Programa de Cidades Médias foi lançado efetivamente em 1974 e Araraquara se inseriu na região de Ribeirão Preto juntamente com São Carlos, Franca, Jaboticabal, Barretos e Bebedouro.

O primeiro pacote do Programa de Cidades Médias foi implementado entre 1976 e 1979 com recursos exclusivamente federais, sendo que das 76 cidades objeto desse financiamento 40 localizavam-se no interior paulista. O II PND, ao propor uma política de desenvolvimento com foco na interiorização do desenvolvimento, incluiu o fortalecimento das cidades médias como uma das ações necessárias ao desenvolvimento econômico. Decorrencia disso é o fato de mais da metade das cidades contempladas com recursos na primeira etapa do Programa Cidades Médias ser representada por centros de porte médio do interior paulista. (CANO, 1985)

De acordo com Bruna e Steinberger (2001), para entender melhor essa política urbana é preciso considerar o seu contexto político e econômico.

O país ainda estava impregnado pela conjuntura do sucesso econômico dos anos do milagre (1967/73) e o governo pretendia manter o ritmo de crescimento, pressupondo que todos os segmentos sociais e todas as regiões do país seriam beneficiados. Nesse sentido, a organização territorial seguiu a estratégia de integração nacional do I PND, que visava à criação do mercado

interno por meio da implantação de polos regionais complementares ao eixo Rio-São Paulo, o desenvolvimento do Nordeste e a ocupação da Amazônia, sem prejuízo do crescimento do Centro-Sul do país. (...)

O ano de 1975 marcou o início do desmoronamento do milagre econômico. Mas o II PND ainda situava o Brasil como potência emergente, pois tinha-se a ilusão de que o Estado, com todos os mecanismos fiscais e monetários nas mãos, conseguiria manter o milagre e sobrepor-se às crises interna e mundial, absorvendo o primeiro choque do petróleo. (BRUNA e STEINBERGER, 2001: 45)

O programa se constituiu em liberação de fundos para investimentos em infraestrutura nesses centros urbanos. O maior foco do programa foi a ampliação da malha viária em todo o estado procurando facilitar as ligações entre as cidades do interior e a Região Metropolitana de São Paulo. Internamente aos municípios os investimentos foram direcionados para saneamento básico, pavimentação de ruas, construção de escolas, núcleos habitacionais e distritos industriais.

Em Araraquara é notável este investimento nos distritos industriais, cuja implementação se intensificou no município a partir de 1976 e, junto com a instalação destes háa implementação dos conjuntos da CECAP e da COHAB, que serão abordados posteriormente.

Para Negrelos (2005), o II PND, em 1976, refletiu-se em investimento estatal que substituiu o investimento privado que estava em queda, prolongando desta forma o crescimento por substituição de importações, à custa do aumento da dívida externa devido a uma conjuntura externa favorável. Seu esgotamento evidenciou a crise do período desenvolvimentista. O milagre econômico vivenciado a partir de 1967 sofreu o início de uma crise em 1973, devido a uma nova conjuntura de preços do petróleo imposta pelos principais países produtores e a exaustão da capacidade de consumo daqueles bens duráveis pela dificuldade de expansão do mercado consumidor.

Entre os anos de 1970 e 1980 o interior do estado alcançou acelerado crescimento e isto foi influenciado também pelo fato de em 14 de novembro de 1975 pelo decreto lei nº 76.593 é criado o Programa Nacional do Álcool – cujo principal objetivo era produzir álcool hidratado para consumo em veículos automotivos. O Programa Proálcool, que integrava o Programa Nacional do Álcool, também contou com grande investimento do governo federal atraindo diversas usinas e destilarias para o

interior do estado de São Paulo, principalmente para as regiões açucareiras de Piracicaba e Ribeirão Preto. (BIZELLI, 1990)

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Araraquara (2001) a região canavieira do município, anteriormente à implantação do Proálcool, possuía oito usinas com destilarias anexas, com uma capacidade de produção estimada em 460.000 litros de álcool por dia, destacando-se as usinas de médio porte Tamoio, Maringá e Açucareira da Serra com uma produção diária em torno de 100.000 litros de álcool e duas de médio porte, Zanin e Santa Cruz, com produção de 15.000 litros de álcool por dia.

Apos 1975, as destilarias anexas passaram a ser beneficiadas com financiamentos do governo federal a juros baixos e compensadores, dando início ao redimensionamento de seus parques fabris. Desta forma, com o Proálcool, abre-se espaço para um novo tipo de empreendimento agroindustrial, que ficou sendo conhecido como “destilaria autônoma”, desvinculada da produção açucareira, produzindo o álcool diretamente da cana-de-açúcar. (FERREIRA, 1987)

III. 4. Crescimento urbano, planejamento municipal e a elaboração do primeiro Plano Diretor de Araraquara

Foi essencialmente a partir da década de 1950 que o município de Araraquara intensificou seu ritmo de crescimento e expansão urbana. Esse processo se deu, em grande parte, em decorrência do desenvolvimento econômico regional que gerou um processo de modificação da estrutura urbana. Ocasionalmente pela nova política agrícola, essas transformações estruturais atendem a interesses específicos que atuam na sociedade buscando canalizar o processo de desenvolvimento para aquelas direções e projetos que criam as formas do ambiente urbano. Para Maricato (2011), o conceito de ambiente urbano consiste no uso do espaço público, ou seja, a utilização do espaço, que deve ser disciplinado por leis claras e, principalmente, socialmente aplicáveis.

Terra urbana é terra urbanizada, isto é, trata-se de um pedaço de superfície ou mesmo de um imóvel servido de água, esgoto, rede de drenagem, pavimentação, iluminação pública, serviços como coleta de lixo e manutenção da infra-estrutura citada, sinalização, equipamentos coletivos públicos e privados nas proximidades. Enfim,

estamos falando de um pedaço de cidade ou uma parte do ambiente construído como preferem alguns estudiosos. A localização desse pedaço de cidade é fundamental para qualificá-lo e fixar seu preço em comparação com os demais. A condição jurídica de ser propriedade privada permite ao seu possuidor captar a valorização decorrente, principalmente das vantagens de localização. A cidade é um ativo disputado por todos, mas que beneficia poucos. O patrimônio já construído foi bancado por toda a coletividade especialmente por meio de investimentos públicos e o direito à cidade, melhor dizendo, a justiça social e territorial exige a distribuição desse ativo, mas ele é dominado pelo mercado imobiliário. Essa característica de “ativo” que tem o ambiente urbano construído (...). (MARICATO, 2011)¹

Foi também a partir da década de 1950 que a população de Araraquara tornou-se efetivamente urbana (ver Tabela 01), com a implantação de melhorias na infraestrutura urbana (água, esgoto, energia elétrica e asfaltamento das vias públicas); com a instalação de núcleos regionais de administração pública (DER, Secretaria da Fazenda e Contadoria da Estrada de Ferro Araraquara); com a criação das faculdades de Filosofia e Ciências e Letras, de Química, de Farmácia e de Odontologia. Esses aparatos institucionais deram suporte às indústrias locais, especialmente a Lupo Meias S/A e a Nigro Alumínios Ltda., que alcançaram projeção nacional.

As primeiras agroindústrias se instalaram no município e na região na segunda metade da década de 1950, vinculadas à crescente produção de cítricos e cana-de-açúcar. É importante ressaltar que a implantação de loteamentos, a partir da década de 1950, foi muito relevante no processo de expansão urbana, quando o estabelecimento das agroindústrias também conferiu à região uma transformação no seu perfil produtivo. Durante esse processo de transformação a população urbana do município equiparou-se a rural a partir da década de 1940 e a ultrapassou nos anos 1950, como pode ser observado na tabela 1:

¹http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:catid=28&Itemid=23, acesso em 27.12.2013.

Anos	População Urbana	População Rural	Total
1940	33.552	34.552	67.724
1950	36.476	26.212	62.688
1960	60.591	22.307	82.898
1970	84.582	15.884	100.466
1980	118.778	9.331	128.109
1991	156.462	10.270	166.732
2000*	173.332	8.903	182.238

Tabela 1: Evolução da população de Araraquara 1940 – 2000

Fonte: RAIÁ JÚNOR (1995, p.31) citado por LIMA (2002, p.128) baseado nos Censos demográficos do IBGE de 1940 a 1991. *Dados do IBGE, 2000

Inicialmente a instalação desses novos loteamentos se deu de forma em relativa continuidade em relação ao centro e a malha urbana existente, mas verificou-se que esses loteamentos passaram a ocupar rapidamente o vetor norte da cidade onde começavam a ser instalados novos serviços urbanos (DAAE – Departamento autônomo de Água e esgoto e CTA – Companhia Trólebus Araraquara, responsável pelo transporte público urbano e que dinamizou o processo de mobilidade dentro do espaço urbano), abandonando o vetor sul, que em décadas anteriores era o mais prestigiado. (CINTRÃO, 2004)

De acordo com Toledo (2006), o desenvolvimento do primeiro Plano Diretor de Araraquara está relacionado a dois principais motivos. Primeiramente ao enfoque dado à questão urbana no Brasil a partir da década de 1950, e especificamente no estado de São Paulo, que passa a ser encarada como um problema social a ser resolvido pelo Poder Público Municipal. Em segundo lugar, pelo aprofundamento de políticas de desenvolvimento urbano, sistematizadas pelo instrumento do planejamento urbano. Na verdade, esse sistema só veio a se institucionalizar a partir da década de 1960 com a criação do SFH – Sistema Financeiro da Habitação – e com instrumentos como os PDDIs – Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado e a conseqüente Lei de Uso e Ocupação do Solo, com o Zoneamento.

Na pesquisa que se realizou no Arquivo Histórico de Araraquara foram levantados dados sobre o início da elaboração dos primeiros trabalhos que objetivavam a criação de um plano diretor para o município. No ano de 1950, o Rotary Club, a Associação de Engenharia de Araraquara e o Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (CEPEU) atuaram efetivamente na sensibilização da população local para a elaboração do plano

diretor de Araraquara, esse primeiro contato entre a população e o planejamento urbano teria se dado através de palestras promovidas pelo Rotary Club em sua sede, que contaram com a participação de diversos estudiosos.

O desenvolvimento desses debates talvez tenha agradado de maneira particular a Luís Ignácio Anhaia Mello que, como urbanista, valorizava o modelo americano da participação da opinião pública na elaboração dos planos urbanísticos. “É de importância excepcional que o público em geral tenha uma noção perfeita e exata daquilo que a cidade deve e pode ser e qual o verdadeiro fim da vida urbana.” (MELLO in SOMEKH, 1997: 114)

A elaboração desse plano diretor teve como referência teórica os estudos produzidos por urbanistas da FAU-USP, destacando-se o próprio Prof. Anhaia Mello. O poder público local optou por romper sua principal característica, o centralismo decisório (TOLEDO, 2006), e, com a participação daquelas instituições citadas, concretizam-se na década de 1950 as primeiras etapas de elaboração do plano diretor, que findará apenas no ano de 1977, com a última das sucessivas modificações pelas quais passa a Lei 1.794 de 26 de julho de 1971.

Naquele momento, provavelmente, essas associações dispunham de forças econômicas e políticas suficientes para mobilizar a sociedade local em torno da proposta do plano diretor para a cidade de Araraquara. O que norteou esse debate foi o processo de desenvolvimento urbano pelo qual a cidade estava passando. Além desse aspecto, a proximidade que essas associações mantinham com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP possibilitou um amplo debate que se prolongou por cerca de dez anos – de 1950, quando ocorrem os primeiros encontros em Araraquara, com a participação de personalidades políticas e intelectuais paulistas, até o início da década de 1960, quando é iniciado o processo de elaboração do plano diretor.

De acordo com Toledo (2006), o debate em torno da metodologia levou em consideração estratégias que pudessem mobilizar a população e setores sociais em torno do tipo de cidade que seria planejada para o processo de desenvolvimento a que assistiam. É possível identificarmos como pano de fundo desses debates as divergências entre as concepções e propostas urbanísticas de Anhaia Mello e Prestes Maia, que deram a tônica do debate sobre o planejamento urbano, sobretudo entre os profissionais da época, na década de 1950.

É significativa a participação de Anhaia Mello, a partir da década de 1950, em palestras na cidade de Araraquara. É possível que ele estivesse motivado pelos debates intelectuais travados com Prestes Maia e tenha se transformado em um divulgador de suas propostas urbanísticas no interior paulista, mais especificamente em Araraquara. Diante disso, uma das hipóteses a ser considerada é a possível influência das propostas urbanísticas de Anhaia Mello na formulação do processo de debate e construção do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado na cidade de Araraquara. É provável que suas proposições tenham sido escolhidas para serem as balizas da elaboração do plano diretor de Araraquara em 1950, porém para fazer tal afirmação seria necessário um estudo mais apurado das proposições de Anhaia Mello especialmente implementadas no PDDI em Araraquara, que é o que se busca demonstrar ao longo deste trabalho.

Outro personagem que influenciou fortemente o processo de formulação do Plano Diretor do município foi Boaventura Gravina. De acordo com Toledo (2013), Gravina foi um entusiasmado articulador das propostas urbanísticas geradas em São Paulo, especificamente àquelas do CEPEU para Araraquara. Proprietário diversas residências, de grandes áreas que margeavam o município e loteador, Gravina era um grande investidor imobiliário e financiou, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, vários bairros da cidade “ditando os rumos do desenvolvimento de parte da malha urbana do município”.

Filho de um imigrante italiano que se estabeleceu em Araraquara no início do século XX, Gravina formou-se em engenharia na Itália junto com mais dois irmãos: Osvaldo Gravina e Pedro Gravina. De acordo com Toledo, Pedro Gravina alçou carreira internacional e atuou por longo período como professor, primeiramente, da Faculdade de Engenharia de Milão e, posteriormente, pela Universidade de Roma. Pedro Gravina retornou ao Brasil já aposentado e desempenhou diversas atividades junto a urbanistas paulistanos, inclusive Anhaia Mello que, certamente já havia entrado em contato com ele na Itália, na Universidade de Roma, pois era assíduo frequentador de Congressos no exterior, principalmente na Europa e Estados Unidos. (TOLEDO, 2013)

Assim que retornou de seus estudos na Itália, Boaventura Gravina passou a trabalhar com Manoel Rodrigues em projetos de estradas de rodagem e ingressou no Rotary Club.

Segundo dados do Rotary Club Araraquara, no final de 1948, o engenheiro Boaventura Gravina, retornando de sua viagem aos Estados Unidos e ao Canadá (em comitiva composta por engenheiros e industriais, da qual faziam parte vários sócios do Rotary Club de São Paulo), sensibilizado pela troca de ideias que mantinha com industriais e homens de negócios em Araraquara, imaginou a retomada das funções do Rotary Club que estavam paralisadas desde 1940, sendo, posteriormente, presidente e governador do Club nos anos de 1958-59.²

Gravina representou por diversas vezes o presidente do Rotary Nacional em países da Europa, dentre eles: Itália, Portugal, Suíça, França e na Espanha e devido a isto alcançou o posto de representante do consulado da Itália em Araraquara, dirigindo o escritório consular do município.

O contato privilegiado com o meio político local, a participação em clubes de serviços e o seu envolvimento em comissões urbanísticas fizeram com que direcionasse os seus investimentos na aquisição de terras nas regiões de expansão da malha urbana do município. Esse procedimento colocou nas mãos de Gravina, estrategicamente, áreas que, a partir da década de 1980, eram importantes para os projetos políticos de instalação de equipamentos urbanos, órgãos do governo federal e estadual assim como empresas. Gravina se utilizou muito desse expediente para construir uma proximidade com o poder público local.

A propriedade de diversas áreas na cidade de Araraquara também colocava Gravina como um interlocutor indispensável na instalação de equipamentos e órgãos do governo Estadual e Federal. Por meio de doações de áreas, Gravina sedimentava a sua relação com o poder político e, ao mesmo tempo, promovia ganhos imobiliários com a valorização da terra, que permanecia de sua propriedade, nas proximidades da instalação do equipamento urbano ou órgão Estadual ou Federal. (TOLEDO, 2013: 81)

No que diz respeito à introdução das concepções urbanísticas de Anhaia Mello em Araraquara, o papel do arquiteto e funcionário público local, Arnaldo Palamone Lepre foi decisivo. Lepre havia se formado em arquitetura no Rio de Janeiro, pela antiga Escola Nacional de Arquitetura, depois Universidade Federal de Arquitetura e

² http://www.nossosaopaulo.com.br/Rotary/4540/Araraquara/Rotary_Historia.htm, acesso em 12.10.2013.

Urbanismo. Para Rocha Filho, além de Lepre, os irmãos Barbieri, Nelson e Paulo, também exerceram forte influência na disseminação das concepções urbanísticas de Anhaia Mello.

III. 5. Poder Local e o Plano Diretor de Araraquara: cronologia e definições

Durante a República Velha, Araraquara se constituiu em um importante centro político regional dentro do sistema oligárquico nacional. De acordo com Bizelli (1990), “a cidade era dominada pela família Carvalho, grande proprietária de terras que se destinavam à cafeicultura. Apesar de sofrer oposição dos monarquistas, representados na cidade pela família Mendonça, que se constituía de banqueiros e latifundiários, os Carvalhos mantiveram um poder incontestável, controlando o distrito eleitoral em favor do Partido Republicano Paulista (PRP)”. (BIZELLI, 1990: 183)

A partir da década de 1920 começou a se articular no município uma oposição ao PRP liderada fundamentalmente pelo Partido Democrático, que reunia basicamente fazendeiros dissidentes da oligarquia e profissionais liberais. Com a revolução de 1930, a família Carvalho perdeu o poder, que foi assumido por membros do Partido Democrático, conseguindo manter-se no poder até 1937. (BIZELLI, 1990)

Entre as décadas de 1920 e 1940 os problemas verificados em aglomerações urbanas de grande porte, como São Paulo, colocaram em pauta a ideia de intervenção do poder público como forma de ordenar o crescimento urbano através de uma distribuição mais equilibrada seja de habitações, do sistema de transportes ou de equipamentos públicos.

Entidades como a Sociedade de Amigos da Cidade de São Paulo (1934) e a SAGMACS, fundada em 1947 se estruturaram em resposta às organizações populares que reivindicavam soluções eficientes aos problemas urbanos e Anhaia Mello foi fundamental na defesa do planejamento das cidades.

De 1937 a 1945, durante o Estado Novo, a cidade foi governada por sucessivos interventores nomeados segundo a conveniência do governo estadual. A partir do governo do presidente Dutra, Araraquara atravessou um período político de calma até 1964. Entre 1945 e 1955, a cidade não conhece nenhuma liderança de grande expressão e a administração pública é comandada em geral por engenheiros. Muito

mais ligados ao cumprimento de atividades burocráticas, esses engenheiros são egressos do DER (Departamento de estradas de Rodagem) ou da EFA (Estrada de Ferro Araraquara) e o tamanho de sua influência pode ser sentido inclusive pelo fato dos primeiros edifícios de arquitetura moderna em Araraquara terem sido justamente a sede regional do DER, de 1948, projetada pelo arquiteto Oswaldo Arthur Bratke, marco do primeiro contato da cidade com a arquitetura moderna, e a sede da EFA, também de 1948. Foi no período dominado pela elite burocrática do DER e da EFA que surgiram as primeiras preocupações em elaborar um Plano Diretor para a cidade de Araraquara. (BIZELLI, 1990)

A partir a segunda metade dos anos 1950 consolidou-se o domínio político da família Lupo, grandes empresários do setor têxtil que até então não tinham demonstrado interesse direto na conjuntura política local. Posteriormente, os irmãos Aldo e Rômulo Lupo atingem grande projeção no cenário político não só local como também estadual. Através da ascensão dos Lupos, todo um grupo de empresários locais ligados desde o fornecimento de matérias primas para a EFA até o setor de transportes rodoviários ascendeu ao poder também.

Em março de 1955 por iniciativa do Rotary Club, da Prefeitura Municipal e da Associação Araraquarense de Engenharia e Arquitetura, Anhaia Mello viaja até a cidade para proferir uma série de palestras e é a partir daí que se constitui a Comissão do Plano Diretor por várias personalidades e estudiosos da cidade, iniciando-se os trabalhos que já foram descritos no tópico anterior.

Em 3 de fevereiro de 1955 tomava posse a nova diretoria da Associação de Engenharia de Araraquara tendo como presidente Boaventura Gravina que, na ocasião, falou sobre o programa que pretendia realizar, dando destaque ao Plano Diretor de Araraquara. (TOLEDO, 2006)

Foi o primeiro registro por nós encontrado nos arquivos da imprensa local sobre a necessidade de elaboração de um Plano Diretor. Com esse objetivo, Gravina afirma já ter apresentado a proposta a Luiz Ignácio de Anhaia Mello, professor da área de Construções Civas, Arquitetura e Urbanismo, da Escola Politécnica de São Paulo e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – FAU-USP. De acordo com Toledo (2006), Gravina propôs ao Professor Anhaia Mello que aproveitasse os trabalhos disciplinares dos estudantes da FAU-USP para, sob sua orientação, elaborar o Plano Diretor de Araraquara. Anhaia Mello respondeu que a sugestão

veio ao encontro do que ele efetivamente pretendia fazer em um Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos, a ser criado ainda naquele ano na FAU. A finalidade do centro seria colaborar com as prefeituras na elaboração dos Planos Diretores nas cidades do estado de São Paulo.

O então Prefeito de Araraquara, Engenheiro Antonio Pereira Lima, se interessou pela proposta em meados de fevereiro de 1955. Desse interesse resultou uma visita ao Professor Anhaia Mello e, posteriormente, uma Portaria, número 870 de 28 de fevereiro de 1955, nomeando a Comissão do Plano Diretor de Araraquara. (TOLEDO, 2006)

No Clube 22 de Agosto, no dia 6 de março de 1955, o Professor Anhaia Mello proferiu uma palestra que contou com a cobertura jornalística do Jornal *O Imparcial* com o título “Um Plano Diretor para a região de Araraquara”. Nela, Anhaia Mello expôs conceitos e discutiu pontos de vista de um plano regulador de caráter regional.

Os trabalhos se iniciam pelo prefeito Pereira Lima (1951-1955) e atravessam os mandatos de Rômulo Lupo (1956-1959) e Benedito de Oliveira (1960-1963), sendo que, em 1961, a FAU-USP, através do CEPEU, encaminha um modelo de lei que visava a criação, nos municípios interessados, de uma estrutura local de planejamento para a elaboração dos Planos Diretores. O desenvolvimento urbano acelerado e sem diretrizes pré-definidas que tomou conta das cidades médias tornou-se preocupação inclusive do regime político que se implantou com o golpe militar de 1964. Os municípios passaram a ter a obrigatoriedade de elaborar Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDIs), sem os quais nenhum recurso financeiro federal ou estadual seria concedido. (TOLEDO, 2006)

Em 3 de novembro de 1960, o jornal *O Imparcial* publicou artigo com o título “Professor Anhaia Mello fará conferência sobre o Plano Diretor”. Nesse artigo, Anhaia Mello retomou o tema na cidade de Araraquara colocando a necessidade do desenvolvimento de uma regulamentação de uso e ocupação do solo que assumisse um caráter regional. Mello deu destaque aos problemas gerados pelo crescimento acelerado das cidades brasileiras e apontou como alternativa a construção de planos diretores regionais de urbanismo. Também apresentou as exigências legais no estado de São Paulo, que colocava como obrigatória a elaboração de Planos Diretores nas cidades.

Anhaia Mello, em palestra no Rotary Club de São Paulo, em 17 de fevereiro de 1962, discorreu sobre “Planejamento dos municípios – Um novo tema para os serviços rotários”. Anhaia Mello defendeu a ideia das representações locais do Rotary Club liderarem campanhas para a elaboração dos Planos Diretores de suas cidades. De acordo com Anhaia Mello, todo governo deveria ter um programa; todo programa deveria ser planejado.

Anhaia Mello destacou, ainda, que um Plano Diretor não deve se ater somente na segunda fase, a de projeto e concluiu com um chamado aos rotarianos para que assumissem a função de gestores de planos nas 150 cidades em que o estado de São Paulo estava constituído naquele momento como forma de prestar seus serviços as coletividades. (GRAVINA, 1961)

No artigo escrito por Boaventura Gravina no jornal *O Imparcial* em 9 de abril de 1961, com o título de “Urbanismo e Plano Diretor”, há referência à necessidade de se elaborar na cidade de Araraquara, já com aproximadamente 100 mil habitantes, um Plano Diretor. Para Gravina, Araraquara tem plena consciência da necessidade de planejar seu desenvolvimento, que não poderia ficar a cargo de soluções parciais e muitas vezes contraditórias.

Gravina estava abordando em sua análise o processo de mudanças econômicas pelas quais a cidade de Araraquara estava passando e quais os impactos gerados na região. Como fator significativo desse processo, na década de 1960, ocorre a implantação de um parque industrial para a produção de suco de laranja concentrado, estimulando o plantio de laranja em toda região. Esta pode ter sido uma causa para a formulação da necessidade de se elaborar um plano diretor que atendesse às novas exigências de uma cidade para se tornar polo industrial.

Assim, em 3 de maio de 1961, *O Imparcial* noticiou sobre o Plano Diretor de Araraquara, informando que o Prefeito Benedito de Oliveira havia recebido em seu gabinete uma comissão de membros do Rotary com o objetivo de conduzirem a elaboração do Plano Diretor de Araraquara. Gravina propôs uma nova visita ao Professor Anhaia Mello, em São Paulo, com o objetivo de retomar o processo de elaboração do Plano. A visita foi feita em companhia do deputado Scalamandrê Sobrinho, na qual o Professor reiterou a necessidade de, inicialmente, ser criada uma Comissão do Plano Diretor de Araraquara.

O resultado imediato, foi a criação, em 9 de dezembro de 1961, pela Lei n.º 1.077, da nova Comissão do Plano Diretor de Araraquara pelo Prefeito Benedito de Oliveira. Foi uma comissão composta por 11 ou 15 membros indicados pelas associações de classe e entidades cívicas ou culturais existentes no município, além de representantes da Câmara e da Prefeitura. Competia à Comissão emitir parecer sobre todo projeto de lei ou medida administrativa de caráter urbanístico, promover estudos e divulgação de conhecimentos urbanísticos e elaborar seu Regimento Interno. Essa lei também criava um Escritório Técnico, junto ao Gabinete do Prefeito incumbido da elaboração do Plano sob a orientação do CEPEU-USP.

A Comissão foi instalada em 21 de maio de 1962, e iniciou os trabalhos com a formulação de um edital de concorrência pública para a elaboração do Plano Diretor do Município e julgou preferível remeter a elaboração do Plano a um escritório especializado ao invés de confiarem-no aos técnicos da Prefeitura Municipal de Araraquara. Tal edital foi publicado, em 17 de janeiro de 1963 pelo Edital 367/63, no jornal *O Imparcial*. O prazo para entrega das propostas expirava em 11 de fevereiro de 1963. O Plano Diretor deveria ser concluído até 20 de dezembro daquele ano. Exigiu-se que o vencedor da concorrência instalasse escritório em Araraquara a fim de evitar que fosse elaborado um plano à distância. A atualização do Plano ficaria a cargo da Comissão do Plano Diretor e de escritório técnico ligado aos poderes públicos com caráter de assessoramento. Em artigo publicado pelo jornal *O Imparcial* de 22 de janeiro de 1963 o acontecimento é celebrado nos seguintes termos.

Estamos às vésperas do planejamento do futuro do nosso município: o trabalho que encetamos há oito anos está no limiar de sua realização. Fazemos votos para que o Plano vencedor seja fantasioso sem ser fantástico e arrojado, sem ser utópico, conciliando nossa tradição com os tempos modernos e o passado, com o futuro: Plano para uma civitas e não para uma urbs. (O IMPARCIAL apud TOLEDO, 2006: 83)

É possível traçar um paralelo entre o trecho acima citado e a afirmação de Lúcio Costa sobre Brasília onde ele explicita o caráter democrático da capital. Costa (in XAVIER, 2003) entende que

Brasília valeu a pena e com o tempo ganhará cada vez mais conteúdo humano e consistência urbana, firmando-se como legítima capital democrática do país. Ela foi concebida e nasceu como capital democrática e a conotação de cidade autocrática que lhe pretenderam atribuir, em decorrência do longo período de governo autoritário, passará. (COSTA In XAVIER, 2003: 335)

Nesse mesmo ano de 1963, em 11 de fevereiro, realizou-se no gabinete do Prefeito Benedito de Oliveira a abertura das propostas recebidas, com a presença das autoridades locais, de membros da Comissão do Plano Diretor e de representantes do CREA, 6ª região. Pela Portaria n.º 1.497 de 20 de fevereiro de 1963, o Prefeito Benedito de Oliveira designou uma comissão para análise das propostas, constituída pelo Arquiteto Paulo Camargo de Almeida, da Escola de Engenharia de São Carlos, pelo Professor Roberto Cerqueira César, da FAU- USP e pelo Engenheiro Boaventura Gravina, membro da Comissão do Plano Diretor. Por decisão unânime, foi escolhida pela Comissão a proposta apresentada pelo Arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho, que, na sua equipe, contava com técnicos de reconhecida capacidade profissional.

Gustavo Neves da Rocha Filho graduou-se pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1962, porém, antes mesmo de se formar, em 1958, criou a revista Bem Estar – Urbanismo – Habitação, a qual ficou sob sua direção durante toda a sua existência que foi de dois anos e três meses e exatas seis edições.

Tal revista enfocava assuntos referentes a urbanismo e habitação com o intuito de difundir novas soluções para os problemas de habitação e planejamento, levando em consideração as características da sociedade brasileira. Além das questões referentes ao urbanismo e a habitação, a revista também contava com matérias voltadas a temática da educação e instrução profissional; ao tema da industrialização no Brasil e no estado de São Paulo³.

Em 1960, sempre preocupado com temas relacionados ao urbanismo, Neves da Rocha passa a integrar o quadro de funcionários do CEPEU como contratado autônomo. É durante este período, em 1963, que ele foi contratado para trabalhar na formulação do Plano Diretor de Araraquara.

³ <https://www.urbanismobr.org/bd/peridicos.php?.id=34>, acesso em 18.12.2013.

A partir de 1964, Neves da Rocha passa a lecionar disciplinas relacionadas a Arquitetura no Brasil e Planejamento na Universidade Presbiteriana Mackenzie e posteriormente na Universidade Braz Cubas até ingressar definitivamente na Universidade de São Paulo em 1974. Na USP, além de ministrar aulas em diversas disciplinas ao longo dos anos, desenvolveu vasta gama de funções atuando de forma bastante engajada em conselhos, comissões, consultorias e grupos de trabalho.

Paralelamente à carreira acadêmica, Neves da Rocha desenvolveu grande número de trabalhos técnicos para diversas prefeituras paulistas seja no levantamento do patrimônio histórico desses municípios, seja na formulação de planos urbanos⁴.

O contrato previa oito meses para elaboração do Plano Diretor e o prazo foi rigorosamente cumprido, com a entrega realizada em 22 de dezembro de 1963. Durante o processo de formulação do Plano, o Prefeito Benedito de Oliveira cedeu à Comissão do Plano um conjunto de salas no Edifício Bradesco, para a realização de debates de assuntos ligados ao Plano e para o estudo de outros que fossem importantes para os trabalhos, entre os quais a mudança da Estação Ferroviária de Araraquara.

Em dezembro de 1963, Gustavo Neves da Rocha Filho entrega, segundo as normas vigentes, o modelo de projeto de lei que se chamou “Normas Urbanísticas para o Município de Araraquara”.

De acordo com Birkhols (1989), o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, CEPEU, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU, tinha o seu campo de atuação especificado no artigo 7º do regulamento da Faculdade e determinava: a realização pesquisas, análises e inquéritos preliminares à execução de planos diretores parciais ou gerais; a organização planos diretores para os municípios que o desejarem, tendo em vista o interesse do mesmo e de pesquisa; a realização de estudos básicos para o planejamento territorial referentes aos estudos da teoria e a prática do planejamento territorial; a colaboração no ensino ministrado na faculdade e a divulgação os seus estudos e trabalhos. (BIRKHOLZ, 1989: 23).

⁴ Texto formulado com base no currículo de Gustavo Neves da Rocha Filho, localizado na Plataforma Lattes (<https://uspdigital.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=E7A36A163C7E>, acesso em 18.12.2013)

O processo de planejamento territorial das comunidades paulistas foi realizado pelo CEPEU com uma metodologia própria. Esse processo foi idealizado e desenvolvido pelo fundador e primeiro diretor do CEPEU, Professor Dr. Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello. O método admitia que a elaboração de um Plano Diretor Municipal se realizaria em três fases, a saber: A) Fase de Eclosão; B) Fase do Projeto e C) Fase de Execução. (TOLEDO, 2013)

Outra providência importante, quando a prefeitura optasse por realizar diretamente o Plano Diretor do município, era a constituição de uma Comissão Técnica cuja função seria a de órgão local de planejamento territorial. Esta Comissão funcionaria sob a orientação e em estreito contato com o CEPEU, cabendo-lhes instalar e dirigir o Escritório de Planejamento Local, para elaboração do Plano Diretor, a escolha da organização das equipes de trabalho local e a supervisão dos serviços. Durante a administração do Prefeito Rômulo Lupo (1956-1960), foram realizados os trabalhos preliminares do Plano: cadastramento imobiliário, levantamento aerofotogramétrico e a elaboração da planta cadastral e planialtimétrica da cidade. Esses dados foram aproveitados para o estudo da nova rede de água e esgotos da cidade. (TOLEDO, 2006)

Em 1964, a cidade passa pela segunda gestão de Rômulo Lupo. Foi um período em que o município recebeu grande contingente de população rural em sua área urbana. O prefeito, como empresário, “procurou impedir que indústrias de porte se instalassem na cidade sob a alegação de que esta não seria capaz de oferecer serviços públicos suficientes para suprir a demanda gerada por um grande acréscimo de população operária. Mas, o que ele realmente temia, era que a concorrência elevasse o preço da mão-de-obra operária, diminuindo a competitividade de mercado das industriais tradicionais sediadas no mercado, dentre estas as próprias indústrias têxteis do prefeito”. (BIZELLI, 1990: 186)

Apesar da tentativa de barrar novas grandes empresas, algumas acabaram por se instalar na cidade devido, notadamente, ao processo de interiorização da indústria paulista, dos incentivos estatais e da importância socioeconômica da região de Araraquara, a despeito das medidas impeditivas ou da falta de incentivos do poder local. É o caso da Nestlé e da Citrosuco Cutrale, que já encontrava na região o grande potencial sucroalcooleiro, sendo hoje uma das maiores do setor.

Em relação ao planejamento, quando Rômulo Lupo assumiu seu segundo mandato, o plano diretor da cidade já estava sendo apreciado pela Câmara Municipal e o prefeito, por sua parte, empenhou todos os seus esforços para que este instrumento não se efetivasse, procurando desmoralizar a comissão que subscrevia o plano. Para tanto, logo ao ser empossado, solicitou a devolução do documento ao Executivo e só o devolveu depois de um ano. Na Câmara, conseguiu arrastar o trabalho do Legislativo, sendo que a promulgação da lei que contemplava as normas urbanísticas só foi feita no final do ano de 1967. (BIZELLI, 1990)

É fundamental, para o entendimento desta situação, apreender a divergência que se estabeleceu entre o prefeito, acostumado a gerir a prefeitura como fazia com suas próprias empresas, e a comissão de planejamento urbano. A polêmica se estabeleceu quando o prefeito resolveu implementar duas medidas: através da primeira cedia um terreno público no centro da cidade – onde se localizava o Teatro Municipal – a uma empresa privada que se responsabilizaria pela demolição do teatro e pelo projeto e construção de um condomínio vertical, que obrigatoriamente contaria com um teatro novo e moderno em seu subsolo; com a segunda medida, criava um tributo especial, cobrado das empresas do município, para a construção de um hotel municipal e estes tributos seriam revertidos em forma de ações vinculadas ao empreendimento.(BIZELLI, 1991)

Os membros da Comissão do Plano Diretor se manifestaram amplamente contrários a tais medidas julgadas por eles arbitrárias em sessão da Câmara Municipal e, posteriormente, o Tribunal de Contas da União também considerou tais proposições inadequadas. Mesmo assim o prefeito seguiu em frente com as propostas e o condomínio acabou transformando-se na atual sede da Prefeitura de Araraquara e o projeto do hotel acabou por não se realizar.

Em 13 de março de 1967, as conclusões do Grupo de Trabalho foram encaminhadas ao Dr. Wilmo Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Araraquara. Dois anos após, em 8 de março de 1969, pela Portaria n.º 1.789, foi nomeada nova Comissão do Plano Diretor pelo Prefeito Rubens Cruz (gestão 1969 - 1973).

Um novo conjunto de subcomissões foi constituído: Assuntos Administrativos; Indústria e Comércio; Educação e Recreação; Saúde; Agricultura e Pecuária; Zoneamento; Plano Diretor e Código de Obras. Foi submetido às subcomissões vasto material enviado pela Prefeitura de Araraquara. Segundo Gravina, tais

propostas tiveram como base a análise de diversas estatísticas refletindo todas as atividades exercidas no município, equipamentos sociais de educação, a reformulação do Plano Diretor e do Código de Obras. (TOLEDO, 2006) Sobre todos os assuntos em pauta, a Comissão presidida pelo Arquiteto Nelson Barbieri manifestou seu parecer, tendo como base as conclusões das subcomissões, que fora encaminhado para o Prefeito Municipal Rubens Cruz. Em 5 de setembro de 1969, por Decreto n.º 3.244, o Prefeito estabeleceu as normas para o planejamento municipal.

Em 1971, assinada pelo Prefeito Rubens Cruz, é aprovada a Lei Municipal n.º 1.794 que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Araraquara, lei municipal que dispõe sobre a aprovação do plano diretor e a codificação de normas para as construções, loteamentos e planos de zoneamento.

Em novembro de 1972, o Presidente do Rotary Club Araraquara, Dr. Hugo Fernando Salinas Fortes, construiu um Grupo de Trabalho para estudo dos problemas de interesse da comunidade local. A apresentação dos assuntos considerados e das sugestões ocorreu em 11 de dezembro de 1972 tendo sido, mais uma vez, remetido um conjunto de conclusões ao Prefeito Municipal Rubens Cruz. (TOLEDO, 2006)

As conclusões elaboradas por essa Comissão foram difundidas pela imprensa local. Grande parte delas foi assimilada na administração do primeiro mandato do Prefeito Clodoaldo Medina (1973-1977).

O artigo de Gravina publicado em *O Imparcial*, em 3 de dezembro de 1977, faz uma análise do processo de execução do Plano Diretor de Araraquara, dizendo que haviam sido percorridos até então as fases de eclosão e elaboração do Plano Diretor de Araraquara, defendidas por Anhaia Mello. De acordo com o esquema do CEPEU da FAU, o processo concluiu-se com a fase de execução, que compreendeu o primeiro plano executivo de intervenção, de acordo com a ordem de urgência com prazo determinado (5 anos), a organização geral das obras, o programa financeiro de longo termo, a legislação e a atualização periódica. Gravina deu atenção nesse artigo ao tema da atualização periódica por dispor de maior número de dados. Para tanto, retomou a Lei n.º 1.607 de 17 de novembro de 1967, sobre “Normas Urbanísticas”⁵, a Lei n.º 1.661 de 15 de outubro de 1968, sobre “recuo do

⁵Ver apêndice temático p.170

alinhamento de edifícios residenciais” e a Lei n.º 1.662 dessa mesma data, sobre “construção de conjuntos residenciais”.

Até 1977, porém, a lei 1.794 sofrerá uma série de alterações buscando acompanhar e regulamentar o desenvolvimento urbano de Araraquara que não se dá de maneira regular. Alguns loteamentos implantados na década de 1970 desrespeitam as leis do PDDI, pois foram aprovados mesmo estando fora do perímetro urbano, como chácaras de recreio, embora, na verdade, fossem utilizadas como residências com características urbanas. Em resposta à ocupação fora do perímetro urbano, a Prefeitura Municipal fez aprovar sua ampliação em 1978, consolidando, assim, um território de parcelamento e ocupação formalizados e aprovados. (CINTRÃO, 2004)

A responsabilidade pelo ordenamento dos eixos de crescimento horizontal da cidade naquele momento foi atribuída ao setor de planejamento da prefeitura municipal que, a partir de 1979, passa a aplicar os princípios da Lei federal n.º 6.766 do mesmo ano, que regulamenta os parcelamentos de solo para os municípios. Para o desenvolvimento dessas atividades, é criada na estrutura administrativa da prefeitura a assessoria de planejamento, diretamente ligada ao gabinete do prefeito.

Observa-se que o planejamento da cidade era entendido como órgão de caráter administrativo-financeiro, inclusive por se tratar de um órgão de assessoria ligado diretamente ao gabinete do prefeito, vinculado às questões de gestão do território com planos de ordem econômica, posteriormente esse órgão deixa de ser assessoria para se transformar em secretaria, assumindo um caráter técnico e se distanciando dos planos de ordem econômica. (CINTRÃO, 2004: 42)

A análise desse processo de elaboração (eclosão) e implementação (execução) do primeiro Plano Diretor de Araraquara evidenciam uma série de conflitos. Os 14 longos anos de debate e a quantidade de comissões formadas para avaliação do Plano são prova disso.

A leitura dos planos destacados neste trabalho, o de 1963 de autoria de Gustavo Neves da Rocha⁶ e o plano diretor efetivamente aprovado em 1971⁷, produto da série de debates que se estenderam ao longo de oito anos, demonstra a discrepância entre ambos. O plano de Neves da Rocha se baseia no conceito de

⁶Ver memorial descritivo do plano de 1963 no apêndice temático p. 164

⁷ Ver anexo, p. 180

unidades de vizinhança e discorre detalhadamente sobre cada setor urbano prevendo, inclusive parâmetros de crescimento onde cada setor seria delimitado por vias principais de trânsito rápido, com largura de 25 metros, duas pistas e canteiro central. No interior do setor, as ruas permaneceriam com 12 metros, destinadas ao tráfego local. Dessa forma, argumentava-se que não haveria necessidade de alargamento das ruas da cidade. Após definir as zonas residenciais e comerciais, o Plano fixava um perímetro de expansão que permitiria o abrigo de 300.000 habitantes, número de referência para a população de Araraquara no ano de 1990, com a utilização de 100.000 automóveis. A viabilidade de execução do Plano estava justamente no fato de a escolha do sistema de vias principais ter recaído em ruas já com largura suficiente para que pudessem ser alargadas sem grandes despesas de desapropriação.

O Plano Diretor de 1971, contrariamente, se apresenta como um conjunto de leis que servem como diretriz para todos os programas de obras e serviços relacionados com o desenvolvimento e o ordenamento territorial da cidade. São criadas, com o Plano Diretor, nomenclaturas que caracterizam todos os tipos de intervenções urbanas que poderiam ocorrer segundo suas normas.

Essa sistematização promovida pelo Plano Diretor tinha por objetivo direcionar todas as intervenções urbanas e criar condições para a aplicação de multas em construções, e, como se verifica a seguir, em formas de exploração do espaço urbano.

Nesse sentido, o Artigo 4º do Plano representa um avanço significativo, pois determina as áreas necessárias à execução do sistema viário e do sistema de recreio como de utilidade pública. Além de criar essas áreas, instituem-se os termos “de utilidade pública” e “de interesse social”, para classificar as áreas necessárias à instalação do distrito industrial.⁸

Esses dois termos abriam possibilidade jurídica do poder público servir-se do instrumento de desapropriação, aplicando legislação vigente, para proceder às intervenções urbanas que julgasse necessárias.

Após a determinação sistemática das formas de intervenções urbanas do poder público e dos cidadãos, o Plano, em seu Artigo 5º, passa para a definição das zonas

⁸ Ver apêndice temático, p. 165

do município em: “I) Zona Urbana; II) Zona Rural; III) Zona de Expansão Urbana, que se destina a receber novos loteamentos, arruamentos e edificações fora do perímetro urbano, mas que irão integrar a Zona Urbana.”

As penalidades para as obras sem o respectivo alvará ou em desacordo com os critérios criados pelo Plano concentravam-se em duas: demolição e multa. A demolição aplicava-se nos casos de construção clandestina, construção em desacordo com o projeto aprovado e obra julgada insegura. As multas eram definidas pelo Código Tributário vigente.

Para que as normas de zoneamento fossem aplicadas, a definição de “área urbana” e de “expansão urbana” foi fundamental. O Zoneamento Urbano seguia a seguinte classificação (com definições ampliadas no Apêndice desta dissertação): “a) zonas estritamente residenciais; b) zonas predominantemente residenciais; c) zonas residenciais comuns; d) zonas comerciais; e) zonas predominantemente industriais; f) distrito industrial.”

O desenvolvimento do Plano Diretor de Araraquara (1963-1977) foi fundamental para o ciclo de desenvolvimento econômico pelo qual a cidade passou. Fica claro qual foi o suporte para o desenvolvimento do município na década de 1970: fixação da produção de laranja, o aumento da produção de cana-de-açúcar com o Pró-Álcool em 1975, a diversificada produção industrial, com a instalação de indústrias ligadas à fabricação de máquinas e implementos agrícolas e de empresas produtoras de equipamentos hidráulicos.

É possível notar a importância das associações de serviço, como o Rotary Club, no processo de elaboração e atualização do Plano Diretor. Todas as comissões de análise do Plano Diretor foram montadas sob os auspícios do Rotary Club e com efetiva participação de seus integrantes. Houve um intenso intercâmbio de profissionais, estudiosos da questão urbana como o Professor Anhaia Mello, o Professor Cerqueira César da Universidade de São Paulo, da FAU-USP. Constantemente realizando palestras e conferências, principalmente o Professor Anhaia Mello criou na cidade de Araraquara uma profusão de ideias, projetos e possibilidades de intervenção no espaço urbano antes nunca imaginado. O olhar para o espaço urbano estava passando por profundas transformações.

Essa nova dinâmica que a cidade assumiu fortaleceu, de forma evidente, as associações de serviços, como Associação Comercial, Sindicato do Comércio Varejista e Rotary Club, que tiveram papel fundamental na ascensão social e política da classe média, que passa a ter maior influência no processo decisório local, almejando ser suporte às candidaturas para influir e direcionar a administração municipal, sobretudo a partir da década de 1960.

O golpe final nesse processo foi o modelo socioeconômico impetrado no Brasil após o golpe militar de março de 1964. As mudanças institucionais impostas pelo novo regime colocaram o poder público do estado de São Paulo como o grande empreendedor.

Essas mudanças começaram com o Primeiro Ato Constitucional, AI-1, que suspendeu a imunidade parlamentar e os direitos políticos. O AI-5, de 13 de dezembro de 1968, o mais radical de todos, instituiu a linha dura dos militares com o fechamento do Congresso Nacional e a cassação dos direitos políticos dos opositores do Regime. As eleições de 1964 foram as últimas no regime pluripartidário.

Araraquara, nesse momento, tinha como prefeito Rômulo Lupo, empresário da indústria de meias. Em ascensão, as famílias Barbieri e Lupo, originárias de imigrantes italianos, servem como exemplo das mudanças que o processo de urbanização acarretou na estrutura social do município, pois permitiu mobilidade de grupos fora da estrutura tradicional rural. Essas famílias conseguiram capitalizar prestígio político face ao controle eleitoral, por via da nova organização partidária.

CAPÍTULO IV - PLANOS E INSTITUIÇÕES NA DINÂMICA URBANA DE ARARAQUARA E A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTO MODERNO E PLANEJAMENTO URBANO

IV. 1. O planejamento urbano e os projetos de arquitetura moderna no Brasil

Durante o Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas adotou medidas de caráter nacionalizante, nos âmbitos econômico, social e cultural. Dentre as medidas tomadas, no panorama cultural destacaram-se aquelas que buscavam contribuir para a construção da identidade nacional, fortalecendo-a, utilizando a arquitetura como ferramenta para exprimir as condições e as singularidades nacionais. Essa nova arquitetura se alicerçou num conjunto de profissionais que aproveitaram um momento de certa “liberdade” propiciado pelo governo Getúlio Vargas no novo regime que demandava uma produção que engrandecesse o país. (MARTINS, 1987)

A Revolução – ou Golpe - de 1930 marcou o início de um momento político em que o café e as elites agrárias ainda eram importantes para o quadro sociopolítico nacional, dividindo, espaço, porém com novas classes que, se não detinham poder econômico, eram fundamentais para as bases políticas do novo governo. Ao mesmo tempo, outros setores econômicos seriam estimulados, com destaque para a indústria, incentivada, entre outras formas, através da destinação do excedente de lucro que era gerado pelas produções agrícolas para o incremento industrial e pela implantação de indústrias de base pelo próprio Estado como suporte ao desenvolvimento. À proposta de desenvolvimento industrial, se aliaría um forte sentimento nacionalista que “implicava no desejo de independência política e econômica das potências internacionais, ao mesmo tempo em que se buscava uma atualização com a vanguarda internacional paralela à utilização de matéria prima regional na produção cultural” (MARTINS, 1987: 120).

A articulação entre industrialização e nacionalismo se denominou Nacional-Desenvolvimentismo, implicando na constituição de novos núcleos urbanos vinculados às indústrias de promoção estatal bem como na expansão do território em direção ao interior, sobretudo para o oeste.

O Estado brasileiro assume a liderança na organização socioeconômica e política do Brasil, determinando como princípio a construção de uma identidade brasileira, expressa no desenvolvimento nacional e no atendimento de questões sociais antes relegadas ao segundo plano. A partir desses princípios tomam corpo o incentivo estatal à industrialização e a valorização do trabalhador como cidadão brasileiro. Martins (1987) analisa a relação que se estabelece entre o Estado no período posterior ao Golpe de 1930 e a vanguarda moderna e revela um esforço de superação da divisão tradicional entre arte e técnica, que leva a arte a afastar-se de sua conotação metafísica e integrar-se ao processo de transformação social, caracterizando o aspecto construtivista da vanguarda nacional.

Durante o primeiro governo Vargas o chamado “modernismo” torna-se o movimento predominante com uma ampla difusão de seus preceitos e convicções, inaugurando um dos momentos de maior efervescência em termos de ideologia moderna comprometida com o desenvolvimento econômico e social. Edifícios como o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP, 1937-1943) e projetos como o conjunto da Pampulha (1940-1944), além do Pavilhão na Exposição de Nova Iorque de 1939, são precursores dessa tendência que vai se constituindo em hegemonia. A arquitetura moderna brasileira diferencia-se da vanguarda europeia por estabelecer um vínculo com o passado colonial brasileiro, reconstruindo sua identidade nacional histórica, juntamente com outras ações culturais, de forma a justificar, ou legitimar, a existência do Estado-Nação no país e sua busca pela resolução dos problemas do que se considerava “atraso econômico e social”. É importante ressaltar que a ideia de “atraso” é uma construção cultural questionada por Martins (1987). Assim sendo, o conjunto de arquitetos que atua efetivamente nos primeiros projetos da arquitetura denominada moderna, como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Afonso Eduardo Reidy, os irmãos Roberto, dentre outros e muitos que foram considerados por Goodwin, olhavam para o passado para construir o futuro através de uma reorganização seletiva nos âmbitos cultural e social da formação brasileira.

Lúcio Costa tem papel de destaque na formulação e defesa dessa arquitetura que, com o edifício do MESP inicia uma nova fase para a arquitetura brasileira, procurando dar forma, através da cisão e da troca entre culturas, a uma “tradição” local e tipicamente nacional. Em “Razões da Nova Arquitetura”, de 1936, Lucio

Costa lança os preceitos desta nova arquitetura. Para Lúcio, a crise da arquitetura contemporânea é o efeito do advento da máquina. (COSTA, 1995)

Fica evidente também a postura de Lúcio Costa com novas técnicas e materiais, pondo-se em linha com novas formas de industrialização na arquitetura que ganham expressão junto a obras arquitetônicas do passado e delimitando uma concepção de arquitetura moderna brasileira que permanece até a atualidade. Essa arquitetura é descrita na seguinte concepção:

O completo entendimento das características construtivas e dos repertórios formais que no Brasil se difundiram e combinaram define, em Lúcio Costa, o raciocínio moderno sobre a base vernacular como o principal instrumento de projeto e inteligência. Sua maneira particular e erudita de combinar referências variadas estabelece um campo preciso dentro do qual é legítimo justapor extensos panos de vidro e quebra-sóis industriais a treliçados de madeira ou blocos cerâmicos, num entrosamento que flagra a gênese das formas como produto de diversas trocas culturais (...) (WISNIK, 2001: 62)

A arquitetura passa a ser chamada de moderna a partir do momento em que não mais se trabalha com um manual de formas. Nenhuma solução espacial preexiste à atividade projetual. O repertório da arquitetura moderna é de referências e não de formas arquitetônicas. E essas referências estão calcadas no processo de constituição da identidade nacional através da tradição brasileira na arquitetura, na ruptura com o passado imediato e com a valorização de um passado remoto, colonial ou primitivo.

A recuperação do passado brasileiro é demasiado importante para o projeto modernista para ser confiado exclusivamente à memória. Essa recuperação tem o sentido de uma tomada de conhecimento, mas também de uma investigação rigorosa, de uma leitura tanto do passado erudito quanto das manifestações do popular. Leitura realizada pelo olhar aparelhado da modernidade, ela objetiva uma síntese cultural própria. (MARTINS, 1992: 73)

Ao considerar Araraquara como universo de pesquisa, pareceu-nos importante relacionar o desenvolvimento urbano com a arquitetura implementada na cidade no período aqui abordado já que a Arquitetura traduz muitas das relações de poder e

explicita o resultado de tomada de decisões em favor de um ou outro grupo da sociedade local.

Em meados dos anos 1950, em São Paulo, uma nova geração de arquitetos recém-formados foi alçada a uma posição proeminente, reconhecida em concursos e premiações. É o início de uma década em que as metas da industrialização da construção civil e da cidade moderna informaram parte importante da produção de arquitetura. Um período em que, as decorações se tornaram menos presentes, a racionalidade construtiva foi valorizada, assim como a busca de flexibilidade no atendimento de funções.

O período seguinte, com a inauguração de Brasília em 1960, que consolidou a “marcha para o oeste” varguista e iniciou o aprofundamento da desejada “integração nacional”, assistiu em 1964, a tomada de poder pelos militares. Nesse período, houve uma crescente centralização política, econômica e administrativa, com forte integração do mercado nacional, implantação de redes de rodovias e de infraestrutura urbana e regional por todo país. A partir de meados dos anos 1960 parece haver uma maior abertura na pesquisa formal na arquitetura, inclusive com experiências que fogem da ortogonalidade ou que exploram outras tecnologias construtivas. No entanto, em alguns setores técnicos e políticos certa desconfiança no progresso tecnológico como fator inequívoco de melhora na qualidade de vida alimentou experiências e críticas à modernidade arquitetônica nacional, buscando valorizar o “vernáculo” e a participação dos usuários na produção de seus territórios, sobretudo a partir do final da década de 1970 e mais intensamente no início da década de 1980. (NEGRELOS, 2010a e 2010b).

A historiografia da arquitetura moderna brasileira se constitui internacionalmente a partir da Segunda Guerra Mundial com um processo de acumulação de recortes e textos de autores bastante distintos. Esta historiografia também foi marcada por uma particularidade inerente à arquitetura moderna: o caráter quase contemporâneo entre sua constituição física e a sua escrita historiográfica, principalmente pela primeira geração de historiadores. Nos primeiros documentos que discorrem sobre o caso da arquitetura brasileira há recorrentes referências a determinadas questões. Dentre elas, as de maior destaque são: a articulação entre tradição e modernidade, os mecanismos de controle climático e as soluções plástico-formais próprias da modernidade brasileira, a arquitetura que se abre ao exterior, o debate acerca do

formalismo brasileiro, a precariedade no que se refere ao planejamento urbano e às experiências habitacionais e a síntese das artes na arquitetura moderna brasileira.

A partir dos primeiros anos da década de 1950, em paralelo ao sentimento de bem-estar presente no meio artístico e intelectual brasileiro – associado, em grande parte, ao sucesso da arquitetura moderna brasileira no âmbito internacional, principalmente devido a publicações e exposições, como a organizada pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, em 1943 – começam a surgir as primeiras críticas, apontando os limites desta arquitetura, via de regra classificada como formalista. A arquitetura brasileira é alçada a um *status* de importância cada vez maior, mas esta fama repousa sobre o trabalho de poucos arquitetos como Oscar Niemeyer, Lucio Costa e Afonso Reidy, cujos projetos foram construídos em meados do século XX.

Como Banham afirmou em 1962, o Brasil foi o primeiro país a criar um estilo nacional de arquitetura moderna (BANHAM, 1962). A partir de 1920, o desenvolvimento do modernismo em todas as expressões artísticas brasileiras esteve ligado à busca de um projeto nacional.

Durante os anos 1940 e 1950, os primeiros a abordar a arquitetura moderna brasileira em seus manuais são Siegfried Giedion, Nikolaus Pevsner e Bruno Zevi. Estas visões ainda se apresentam restritas e pouco desenvolvidas sobre um processo bem mais abrangente do que as primeiras impressões, impressões essas que encolhem o movimento, que elegem favoritos e que desconsideram as várias facetas modernas no Brasil, mas que, ainda sim, lançam as bases da difusão da produção moderna brasileira.

Siegfried Giedion (2004) posiciona-se como um entusiasta da produção moderna brasileira, exalta o seu alto nível e acredita ser um fator de grande importância o seu desenvolvimento fora dos eixos tradicionais de produção. Credita grande parte deste sucesso ao aporte financeiro oferecido pelo Estado que, como cliente, oficializou a arquitetura moderna como o movimento vigente. Sua crítica afirma que a arquitetura brasileira busca novas formas de expressão fiéis aos princípios modernos para garantir a sobrevivência do movimento. Para ele são positivas a generosidade dos espaços, a movimentação das superfícies e a transformação de programas complexos em soluções simples.

Embora exalte a produção, Giedion também lança ao debate o tema da falta de estrutura da sociedade e a deficiência do planejamento, enfatizando a questão do processo especulativo da terra urbana no país. Em sua percepção, a arquitetura moderna brasileira não deve ser apenas creditada aos grandes nomes (Lucio Costa, Niemeyer, Reidy), já que a produção brasileira mantém sua qualidade também em nível médio, ou seja, além das edificações de maior representatividade, edifícios menores ou mesmo residências e equipamentos urbanos projetados por arquitetos menos conhecidos também possuem uma arquitetura de grande qualidade. Ele destaca a utilização dos elementos vazados nas fachadas (cobogós) e dos dispositivos de limitação da iluminação solar, os quebra-sóis (ou *brise-soleil*) como um fator positivo e de distinção que caracteriza a produção brasileira.

Outro ponto que merece a sua consideração é a relação proposta entre interior e exterior e a fundamental participação de Roberto Burle Marx neste processo.

Bruno Zevi (1970) apresenta um panorama da arquitetura moderna brasileira tendo o Brasil como o lugar em que o *Internacional Style* que, tendo fracassado na Europa e nos Estados Unidos, alcança enorme representatividade no caso brasileiro. Critica o que ele chama de “clichês le corbusianos” e a forma como os arquitetos brasileiros se apropriam desses elementos (quebra-sóis, pilotis) de maneira exagerada e sem método para solucionar problemas criados pelos próprios arquitetos, como as fachadas de vidro no caso dos quebra-sóis, que assumem o papel de protagonistas e elementos decorativos que são usados para fachadas que não os necessitam. Zevi vincula a questão do formalismo ao caráter oficial da arquitetura que se traduz na constante busca pela monumentalidade, notadamente presente na obra de Oscar Niemeyer. (ZEVI in XAVIER, 2003)

Numa análise bastante incisiva, afirma que:

(...) a arquitetura brasileira é a arquitetura da evasão. Em um país imenso, sem valores permanentes ou estabilidade econômica, a arquitetura reflete, na fluidez figurativa e na busca histórica por perfis licenciosamente novos, um estado de incerteza. O continente está em fase de crescimento; por isso os arquitetos tentam, mais que enfrentá-lo, servir-se dele e desafiá-lo, dando impetuosa vazão aos próprios complexos. Porém, no fundo, não estão satisfeitos: a aventura por si mesma começa a enfasiar os jovens mais cultos. Passada a euforia, são estes, hoje na sombra, que prevalecerão, e bastará um indício de crise econômica para recolocar em discussão

toda a linguagem arquitetônica oficial do Brasil. (ZEVI in XAVIER 2003: 165)

A partir do trecho acima, é possível concluir que Zevi não crê na tese de um movimento moderno brasileiro contínuo e vigoroso.

No início da década de 1950, alguns eventos trouxeram ao Brasil consagrados nomes da arquitetura internacional. Matéria apresentadas na revista inglesa *The Architectural Review* traziam uma coletânea de obras recentes e traçavam um panorama da arquitetura moderna brasileira através da síntese das opiniões destes arquitetos de renome sobre a vanguarda brasileira. O conjunto de críticas destes arquitetos é de caráter consideravelmente negativo, mas dentre eles, o mais contundente é Max Bill. Este debate mobilizaria personagens tão importantes quanto Walter Gropius, Ernesto Rogers, Siegfried Giedion em artigos publicados em *Casabella* e *Architectural Review*, e tinha como característica intrínseca a desconfiança a respeito do futuro dessa produção brasileira que privilegiava as qualidades plásticas do projeto. Max Bill, então diretor da escola de Ulm, é um fiel defensor dos princípios racionalistas do ideário moderno e foi nome que atraiu maior atenção por parte dos arquitetos, de críticos e da imprensa, pois não demonstrava nenhuma condescendência para com a arquitetura moderna brasileira, dizia-se conhecedor de tudo o que até então fora publicado no exterior sobre o tema e sua crítica integrava um debate mais amplo sobre o suposto formalismo da produção brasileira.

Bill acusa a arquitetura moderna brasileira, especialmente a de Oscar Niemeyer, de uma postura exacerbada na utilização de uma liberdade formal e de não levar em conta os aspectos de responsabilidade social, relegando ao segundo plano as necessidades funcionais para atender a um desejo de espetacularização em que a imagem da obra de arquitetura é o valor maior a ser alcançado. (BILL in XAVIER, 2003)

Para Max Bill, a arquitetura moderna brasileira corria o risco de incorrer num academicismo antissocial, devido à utilização meramente decorativa de elementos como a planta livre, os pilotis, as fachadas com panos de vidro e os quebra-sóis. Em sua concepção a forma livre seria útil quando necessária para atender uma função que tornaria o edifício mais flexível, porém no Brasil o emprego da forma ou planta

livre estaria sendo utilizado de maneira meramente decorativa. Discorre também sobre o emprego excessivo do *quebra-sol*, por vezes em até 4 fachadas dos edifícios brasileiros como forma de corrigir o emprego equivocado das cortinas de vidro em detrimento da busca de soluções técnicas mais adequadas às soluções locais. Na verdade toda a crítica de Bill acaba incidindo na forma como a arquitetura moderna é empregada no Brasil, que incorreria na sua aplicação sem as correções adequadas às condições brasileiras. (BILL in XAVIER, 2003)

Walter Gropius vem ao Brasil em 1954 para participar do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos e para receber o Prêmio São Paulo de Arquitetura. A perspectiva de Gropius sobre o Brasil era de um país em ritmo de crescimento acelerado, onde a infraestrutura não bastava para acompanhar os processos urbanos e sob esta condição é que ele passa a debater as questões de planejamento e a questão urbanística como prioritárias e latentes. Sua análise defende o caráter próprio da arquitetura brasileira e a crença de que não se trata de uma moda passageira, mas sim de um movimento vigoroso e com grande fôlego. A ênfase que parece mais entusiasmada é no Conjunto Pedregulho, de Reidy, que Gropius defende como modelo para o Brasil e para o mundo, tanto no aspecto estético como no aspecto social. (GROPIUS in XAVIER, 2003)

O fato é que a matriz em que Gropius trabalha é bastante distinta da brasileira, o que não propicia uma grande identificação com o projeto nacional. A produção arquitetônica moderna brasileira não manteve paralelo com os padrões de Walter Gropius ou da Bauhaus, se filiando desde o início à estética *corbusiana*, que pode explicar o aparente distanciamento da crítica do arquiteto alemão.

Para Rogers (in XAVIER, 2003) a arquitetura brasileira era, muitas vezes, objeto de críticas arbitrárias, antagônicas e quase sempre descabidas. Observar a arquitetura brasileira sob um ângulo particular levaria a incorrer numa crítica fundamentalmente formalista, que é justamente o que ele propõe combater. Desta forma ele assinala o fracasso da crítica frente à importância das construções e novidades da aparência. Rogers assume a defesa da arquitetura vinculada ao lugar. Sua perspectiva se coloca na ambientação da arquitetura moderna, porém ele não a isenta de deficiências e entende que:

(...) o julgamento de um fenômeno é condicionado não só pela definição de cada uma das partes que o determina, mas também e, sobretudo pela variável posição de cada parte no conjunto, é uma das mais penosas conquistas do pensamento moderno. (ROGERS in XAVIER 2003: 167)

Giulio Carlo Argan, assim como Giedion e Gropius, defende um movimento brasileiro bastante vigoroso que não apresenta apenas exemplos isolados de boa arquitetura moderna. Ele afirma que no Brasil a arquitetura moderna venceu sua batalha e era tratada com papel de oficialidade. Sobre a influência de Corbusier ele afirma que:

As formas permanecem basicamente o que eram, visto que se procurava justamente um cânone; mas sua aplicação se deu mediante adaptações e mudanças de escala que acabaram por produzir profundas mudanças de estilo. Também Le Corbusier foi, para os arquitetos brasileiros, um cânone e nada mais que um cânone (...); mas o fato importante é que os arquitetos brasileiros, após terem escolhido como exemplo aquele que julgavam ser o mais tipicamente europeu dentre os expoentes do movimento moderno, o tenham tomado como guia para o desenvolvimento de um amplo e indubitavelmente coerente programa construtivo. (ARGAN in XAVIER 2003: 170)

Em 1954, Argan escreve que ainda que fosse compreensível a opção inicial dos arquitetos brasileiros pela arquitetura fortemente marcada pela influência de Le Corbusier, uma vez ultrapassado esse estágio, seria necessário transcender os limites do formalismo técnico e promover a transição de uma arquitetura que sem dúvida alcançou um notável nível de qualidade para um urbanismo do qual não se viam senão os primeiros indícios.

Critica semelhante à de Argan, porém de caráter mais condescendente, é a feita por Mário Pedrosa (considerado o primeiro crítico brasileiro de arquitetura moderna) em 1953. Para ele, os arquitetos brasileiros estavam cada vez mais conscientes da questão urbanística e desta como um fator de organização social, prova disso seriam as então recentes manifestações de Lucio Costa em seus ensaios, em que pregava a união de arte e técnica para benefício da população. Porém, Pedrosa admite que o processo encontrava-se bem distante do ideal, já que o problema da habitação popular permanecia pouco explorado. O que se destaca neste quesito é o conjunto residencial Pedregulho, de Reidy (1947) que, apesar de ser uma obra

isolada, aponta um caminho no campo habitacional e é reconhecido por diversos críticos por sua relevância.

Em sua análise sobre os primórdios da arquitetura moderna brasileira Argan destaca que as ideias de Le Corbusier foram colocadas em prática na produção do Ministério da Educação, mas com um ponto de vista desvinculado da arquitetura europeia e que se preocupava com uma adaptação às questões locais. Uma importante análise de Pedrosa (in XAVIER, 2003) diz respeito aos termos econômicos e sociais do florescimento da arquitetura moderna brasileira que ele atribui a uma vinculação inicial do movimento com a ditadura Vargas, o que levaria a uma defasagem da arquitetura de orientação social que só viria a ser pensada em um momento posterior, de democracia. Outro aspecto que destacava fortemente Mário Pedrosa era seu entusiasmo por Brasília; visto por ele, após desconfianças iniciais, o processo da concepção da nova capital se torna um capítulo do desenvolvimento e da modernização brasileira e a possibilidade da realização de uma síntese das artes.

O aprofundamento dos estudos relativos à tradição moderna brasileira é bastante importante como forma de melhor visualizar a variedade e a multiplicidade de caminhos na qual ela se desdobra. É tarefa cuja compreensão plena está ainda a exigir amplos esforços de pesquisa e reflexão; daí a importância de promover o levantamento e análise da produção arquitetônica brasileira e seus elos com a cultura disciplinar global, como nesta oportunidade em que há a articulação da referida à produção arquitetônica em Araraquara e seus vínculos com os debates arquitetônicos e urbanísticos no Brasil e em outros países. Liernur (2002) ressalta que essas considerações são importantes para alertar sobre o cuidado com que se deve lidar com os projetos modernos e com as particularidades locais, já que, a rigor pode-se acabar reproduzindo as mesmas imagens fabricadas anteriormente.

O estabelecimento da modernidade como tradição na arquitetura moderna brasileira faz com que esta adquira um importante papel na construção e reiteração dessa tradição. As revisões e releituras promovidas permitiram compreender de maneira cada vez mais ampla essa tradição moderna da arquitetura, inclusive brasileira, permitindo percebê-la múltipla e diversificada, complexa e não desprovida de contradições e densidades, protagonizada por múltiplos personagens e cenários, reforçando o entendimento da tradição moderna brasileira como agente tanto ativo quanto receptivo no campo da cultura disciplinar arquitetônica internacional.

Ainda nesse período, a geração paulista, a chamada Escola Paulista, difundiu o que denominou “brutalismo” ao trabalhar com o concreto aparente, passando a empregar a linha curva nessas estruturas. Gradativamente, com o *boom* construtivo do chamado “milagre brasileiro” promovido pelos governos militares até sua crise em 1973, uma repetição no uso de materiais – concreto aparente, vidro e esquadrias de alumínio – foi associada à busca de soluções formais originais destacadas pela escala, invenção formal ou ousadia estrutural. Os anos de desenvolvimento também assistiram à difusão da produção arquitetônica moderna pelo território nacional, levando a um cenário bem mais complexo.

Trata-se de uma arquitetura marcada pela ênfase na técnica construtiva, pela adoção do concreto armado aparente e valorização da estrutura do qual o principal expoente, ou a principal liderança, é João Batista Vilanova Artigas.

Artigas destaca-se no interior da Escola Paulista não apenas por suas obras, mas também pelas posições políticas que informam a sua produção prática, didática e teórica. A arquitetura feita em São Paulo, a partir da sequência de projetos de Vilanova Artigas a partir de 1959 se caracteriza cada vez mais pela introversão, pela continuidade espacial expressa pela adoção de rampas e de iluminação zenital e também pelo emprego de grandes vãos gerando extensos planos horizontais de concreto aparente e exigindo o uso de técnicas construtivas elaboradas, como o concreto protendido. Mais do que uma busca estética ou técnica, essas características revelavam, na concepção de Artigas, um projeto político para o país, que apostava na industrialização para a superação do subdesenvolvimento. (LEMOS, 1996)

Dessa forma, caberia aos arquitetos contribuir para esse processo de desenvolvimento nacional, algo que só poderia ser realizado pelo investimento na modernização técnica da construção civil, empregando a técnica do concreto armado, a racionalização do desenho com ênfase na pré-fabricação e na mecanização do canteiro de obras.

Seja no âmbito do planejamento estatal como da produção arquitetônica, a passagem da década de 1950 para a de 1960 é marcada por um debate bastante abrangente a respeito da modernização do país. Levado a cabo sob o manto de uma modernização conservadora e no auge do projeto nacional-desenvolvimentista, ou exatamente por isso, o pleito por posições de destaque na produção moderna

brasileira não deixa de implicar em certas contradições por parte de seus partidários no que se refere aos organismos de planejamento estatal e, conseqüentemente, ao próprio papel do Estado na modernização do país.

Essa configuração se insere no quadro latino-americano no período que Gorelik (1999) denomina de “modernização conservadora”, no qual o processo de expansão urbana é entendido como fato negativo, precursor de desestruturação social e desordem, e se tenta combatê-lo com intervenções urbanísticas, majoritariamente obras de saneamento e embelezamento, que, paradoxalmente, acabam resultando em um novo espaço urbano. Estas obras visavam principalmente atender a questões sanitárias e de embelezamento da região central, área destinada à utilização pela elite e de onde se procurou afastar a população pobre e negra, sem a incorporação de medidas que de fato possibilitassem a melhoria das condições de vida das populações economicamente desfavorecidas e diminuíssem a disparidade entre ricos e pobres.

IV. 2. Arquitetura Moderna em Araraquara

No caso de Araraquara é notável a assimilação de distintos processos de produção modernos entre as décadas de 1950 e 1970, seja na implementação de edifícios institucionais (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Campus da UNESP, SENAI) e particulares (Hotel Eldorado Morada do Sol, Clube Araraquarense) produzidos a partir da lógica desenvolvimentista da arquitetura moderna brasileira, muitos deles por arquitetos renomados como Walter Toscano, Célio Pimenta, Escritório Técnico Rino Levi, seja na implementação de projetos do PAGE (Plano de Ação do Governo do Estado) ou ainda nos debates acerca da construção da legislação urbanística araraquarense e da formulação do primeiro plano diretor do município, aprovado em 1971.⁹

A passagem da década de 1950 para a de 1960 é já bastante conhecida pela intensificação de uma série de processos na trajetória de modernização da sociedade brasileira. Tal aceleração, proposta por Juscelino Kubitschek, bastante intensa já que pretendeu recuperar "50 anos em 5", revela-se afinado ao ambiente social em que é proposto, ao mesmo tempo que difunde ainda mais a ideia do

⁹Ver mapa 02 –p. 106.

“atraso”, combatida na historiografia recuperada como fonte para esta análise. Este discurso modernizador de fato concretiza-se diretamente no plano cultural em Brasília e também está presente em outros campos como música, televisão, cinema, teatro, artes plásticas, universidade e no pensamento social e econômico brasileiro da época.

A proposta aqui é constituir um breve histórico da inserção da arquitetura moderna em Araraquara como forma de evidenciar os fatores políticos, ideológicos, econômicos e sociais de constituição do discurso moderno na cidade cuja paisagem urbana foi gradualmente renovada por diversas edificações de arquitetura de linhas “modernas” e “funcionais” sem que, no entanto, esse conjunto arquitetônico fosse capaz de determinar em si uma “cidade moderna”. Essa contradição se expressa ao observar que tais edifícios “modernos” foram implementados de forma isolada na malha urbana e não alcançaram o objetivo de criar relações com seu entorno, além de não viabilizar situações urbanas de continuidade ou de integração e espaços de convívio significativo em termos urbanos. A implantação de tais edifícios determinou muito mais um aspecto formal e sua consideração como ícones dentro do contexto urbano do que uma tentativa de trazer novos componentes de uma cidade moderna, coletiva e funcional. Soma-se a esse aspecto da arquitetura o processo de desenvolvimento urbano desencadeado a partir da década de 1950 e suas tentativas de regulamentação, como já explicitado nos capítulos anteriores, sendo possível verificar em que medida se dá a articulação entre Arquitetura e Cidade, além da articulação entre Arquitetura e Poder visível nos edifícios institucionais tanto públicos quanto privados instalados na cidade no período.

Em Araraquara o processo de difusão da arquitetura moderna tem seus principais edifícios do movimento sendo projetados por arquitetos que retornam à cidade após um período de estudos ou por arquitetos de fora da cidade em sua maioria; porém, é necessário abordar essa produção não apenas do ponto de vista técnico e do seu caráter moderno, mas também avaliar o seu valor e sua capacidade de inserção urbana e seus desdobramentos, além dos impactos na malha urbana do município e sua relação com o processo de planejamento urbano em curso no período analisado.

A inserção dessa arquitetura na região central do estado de São Paulo se dá no quadro do desenvolvimento agroindustrial, calcado na produção agrícola e no

desenvolvimento tecnológico das indústrias do setor. É importante ressaltar que a maioria das edificações modernas que foram implantadas na cidade tem seus projetos e construções datadas principalmente das décadas de 1960 e 1970, relacionando-se, portanto, com o período de forte desenvolvimento do setor agroindustrial. Essa abordagem relacionada ao desenvolvimento econômico regional e aos seus agentes é importante para o estudo da organização sócio espacial e é um dos componentes que podem explicar a inserção da arquitetura moderna na cidade.

Como referência para o levantamento das obras de arquitetura moderna utilizou-se o texto de Sobrinho et al. (1999), que apresenta o processo de constituição do município e traça um panorama das edificações modernas.

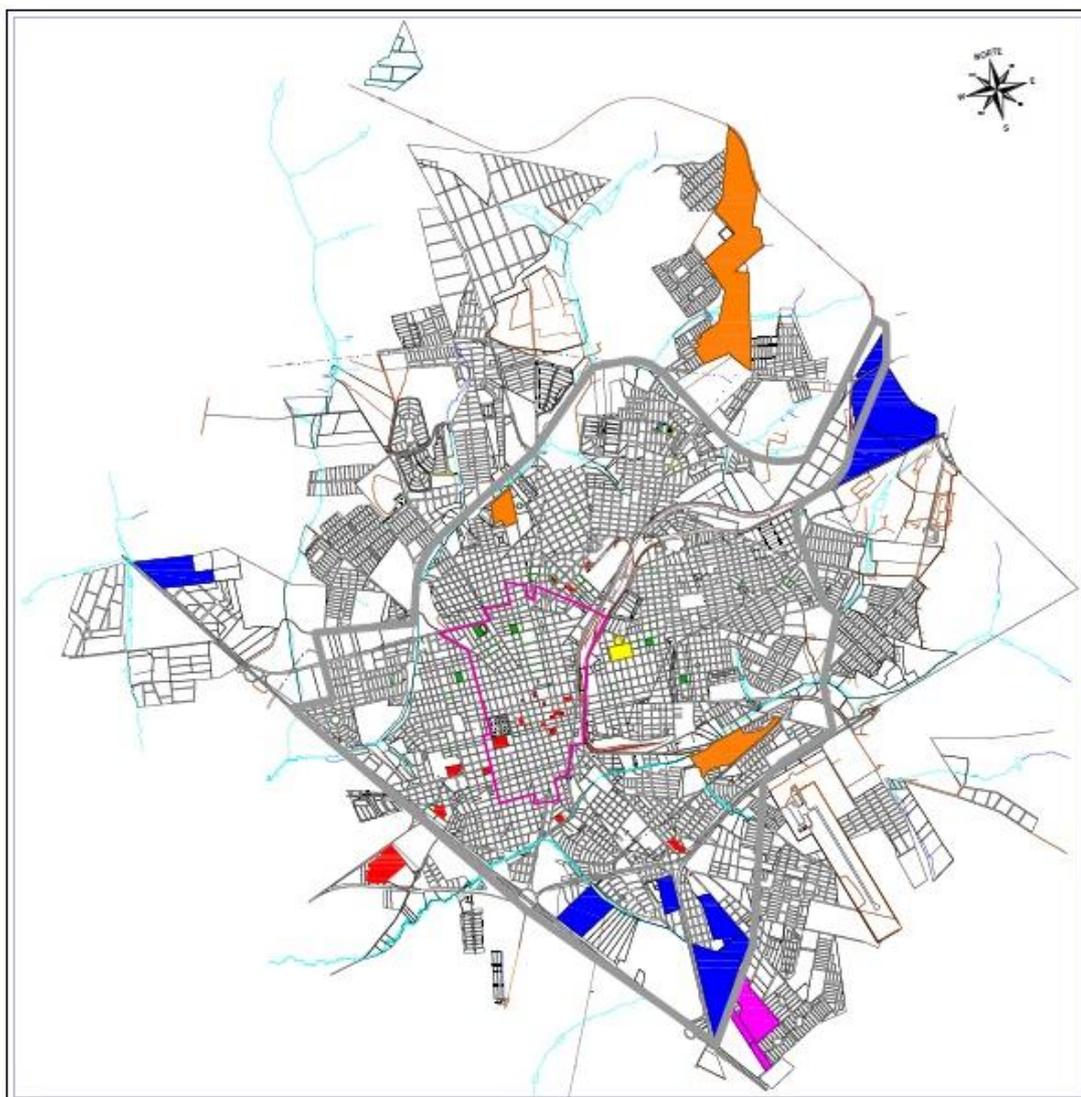
Parecem fundamentais, inclusive, as obras escolares e do núcleo de saúde realizados na década de 1960 pelo PAGE (Plano de Ação do Governo do Estado) na cidade de Araraquara, resultantes desse processo de difusão da arquitetura moderna no interior do estado de São Paulo e concebidas no âmbito da produção sistematizada do governo estadual apresentadas no próximo item.

A partir da associação da localização das obras de arquitetura moderna na malha urbana de Araraquara é possível notar que sua implementação se deu principalmente no núcleo original da cidade, ao redor da Matriz de São Bento, além dos eixos comerciais consolidados durante o processo massivo de urbanização e do investimento em desenvolvimento urbano. Vários dos corredores comerciais se estendem desde o centro da cidade até a rodovia Washington Luiz, um dos principais eixos rodoviários de ligação do interior paulista; esse aspecto é importante pela demonstração do papel estruturador das áreas comerciais e de serviços na malha urbana de Araraquara. Também é importante ressaltar que a maioria das edificações aqui denominadas modernas foi construída entre as décadas de 1960 e 1970, período de forte implementação da agroindústria no município e sua região e também época em que foram implantados os principais distritos industriais na cidade (1962 a 1976).

A seguir é possível visualizar, no mapa 2,a localização dos edifícios de arquitetura moderna, além dos conjuntos habitacionais e distritos industriais e, posteriormente, no quadro 1 a listagem de edifícios modernos de Araraquara e no mapa 3 sua localização ampliada.

Mapa 2: Localização das obras modernas, distritos industriais e conjuntos habitacionais em Araraquara

Fonte: elaboração própria (2014) sobre base da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, março e 2011.

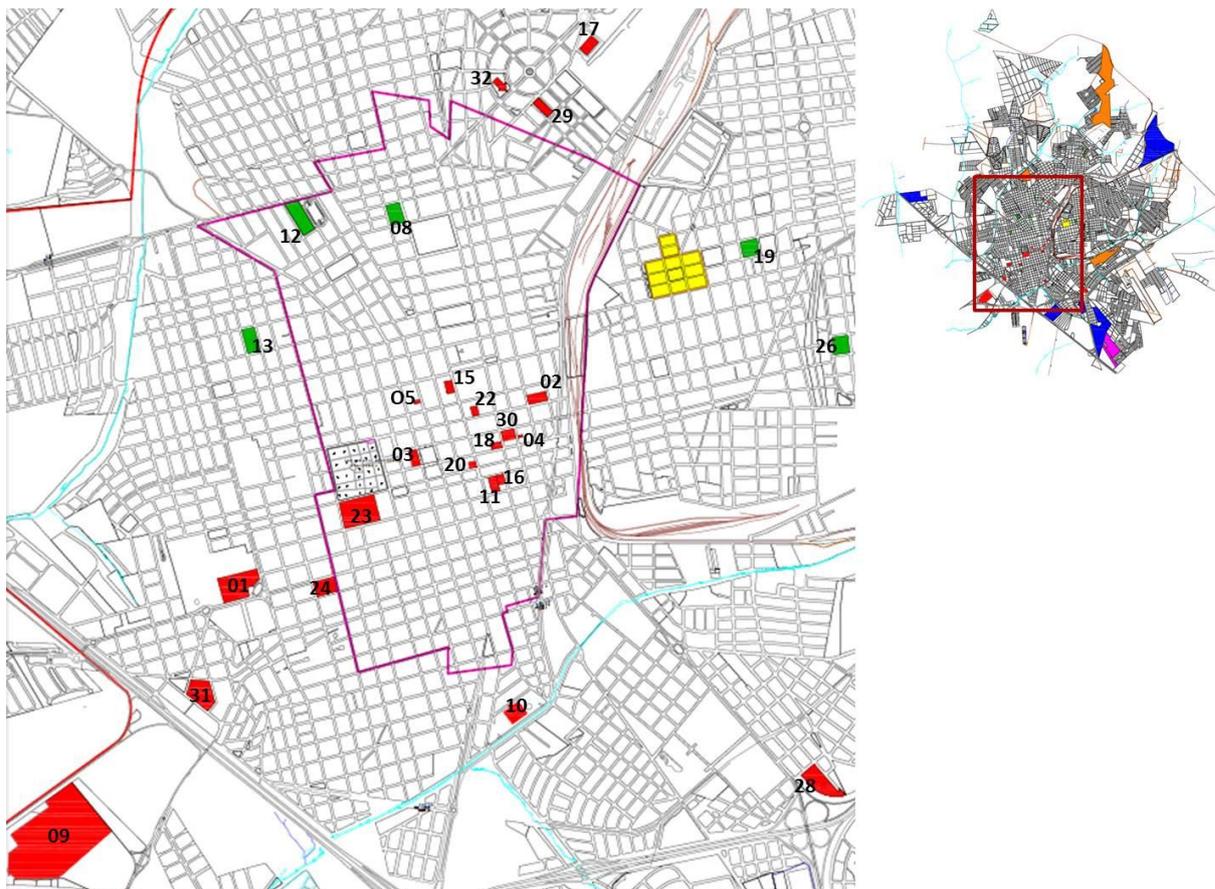


LEGENDA

- AREA URBANA DO MUNICÍPIO EM 1975
 - AREA CENTRAL
 - DISTritos INDUSTRIAIS
- CONJUNTOS HABITACIONAIS
- FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR(FCP)
 - CECAP – Parque Cecap, Altos do Cecap e Jardim Victorio De Santi
 - COHAB – Jardim D. Pedro I, Jardim Roberto Selmi Dei e Núcleo Residencial Yolanda Ópice
- EDIFICAÇÕES MODERNAS LEVANTADAS
 - ESCOLAS PAGE LEVANTADAS

	Obra	Ano	Autor Projeto	Processo
1	Edifício DER	1948	Oswaldo Arthur Bratke	executado
2	Edifício da EFA	1948	DOP	executado
3	SESA (Serviço Especial de Saúde)	1951	Oscar Valdetaro	executado
4	Ótica Lupo	1953	Nélson Barbieri	executado
5	Residência Salata (Rua 6)	1954	Abelardo Souza	executado
6	SENAC	1958	Eduardo Corona Oswaldo Correa Gonçalves	não executado
7	“Gimnasium” (PMA)	1958	Ícaro de Castro Mello	não executado
8	EE Bento de Abreu	1959	IPESP	executado
9	Campus da UNESP	1960	João Walter Toscano, OdiléaSetti Toscano, MassyoshiKamimura	executado
10	Estação Rodoviária	1960	Luiz Ernesto do Valle Gadelha Jonas Farias	executado
11	Hotel Eldorado Morada do Sol	1962	João Walter Toscano, OdiléaSetti Toscano, MassyoshiKamimura	executado
12	EE Pe. Francisco Colturato	1963	IPESP	executado
13	EE Narciso da Silva César	1963	IPESP	executado
14	Residência Lia (Rua 5)	1964	Luis Gastão de Castro Lima	demolida
15	Residência Afonso (Rua 4)	1964	Rubens Carneiro Viana	executado
16	Caixa Econômica Federal - Misto com habitação	1964	Célio Pimenta	executado
17	Ginásio Municipal de Esportes	1967	Luiz Ernesto do Valle Gadelha e Jonas Farias	executado
18	Conjunto Residencial Cidade Nova Araraquara	1967	Escritório Técnico Rino Levi	executado
19	EE Dorival Alves	1968	IPESP	executado
20	Banco do Brasil	1969	David Libeskind	executado
21	Residência De Lorenzo	1969	Francisco Segnini Júnior	demolida
22	Residência José Barbieri	1969	Nélson Barbieri	executado
23	Clube Araraquarense	1969	Escritório Técnico Rino Levi	parcialmente executado
24	Agência de Veículos	1970	Escritório Técnico Rino Levi	executado
25	Cemitério Municipal	1971	Luigi Villavechia, José Pedro de O. Costa,KoitiYamagushi	não executado
26	EE Prof. ^a Léa de Freitas Monteiro	1971	IPESP	executado
27	Residência Sadalla	1971	Joaquim Cláudio Barreto	executado
28	Hospital dos Fornecedores de Cana	1982	Escritório Técnico Rino Levi	executado
29	Igreja Nossa Senhora das Graças	1964	Cocibra	executado
30	Prefeitura Municipal Araraquara	1964	Sérgio W. Bernardes	executado
31	SENAI	1969	Clóvis Felipe Olga Mário Viotti Guarnieri	executado
32	Teatro Municipal	1982	Francisco Santoro	executado

Quadro 1: Edifícios de Arquitetura Moderna em Araraquara – elaboração própria, 2012.



Mapa 3: Obras modernas e escolas PAGE – elaboração própria, 2014.

É notável como a instalação dos edifícios de arquitetura moderna se dá em áreas distintas da cidade e em momentos distintos. As primeiras áreas de forte concentração são o centro tradicional e o eixo de ligação que se desenvolve ao longo da Avenida Sete de Setembro – que liga o centro rodovia Washington Luiz – como eixo comercial importante, sendo os edifícios presentes nestas áreas de uso institucional em sua grande maioria (ver mapa 3). Dentre eles estão os edifícios-sede do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) e da EFA (Estrada de Ferro Araraquara), os primeiros modernos implementados em Araraquara em 1948, que representam a classe dirigente da cidade no final da década de 1940, engenheiros egressos justamente destas instituições.

O Hotel Eldorado Morada do Sol, cujas imagens podem ser vistas na figura 1, foi concebido pelo grupo de arquitetos João Walter Toscano, Odiléa Setti Toscano e Massyoshi Kamimura, com obra concluída em 1962 e cuja construção fez parte do plano de crescimento da cidade idealizado pelo prefeito Rômulo Lupo.



Figura 1: Vista frontal, dos elementos de circulação e dos elementos vazados do Hotel Eldorado Morada do Sol em 2003

Fonte – José Ricardo da Silva in www.panoramio.com.br (31/08/2003) e fotos próprias (02/02/2014).

Para a Lupo, como já indicado anteriormente (item III.4) era essencial a construção de um hotel e de um edifício de escritórios no município a fim de alavancar seu desenvolvimento econômico e garantir uma estrutura adequada para que empresários e personalidades políticas fossem atraídos para a cidade já que esta passava por um processo de mudanças econômicas.

O edifício sede da Caixa Econômica Federal é um projeto de Célio Pimenta da década de 1960, e apresenta uso misto com habitação que denotou uma vontade de crescimento da cidade, pois na década de 1960 se instalam ali as grandes agências bancárias e arquitetos são chamados a desenvolver projetos que atendam ao “espírito” desenvolvimentista; tais obras são implantadas principalmente no centro urbano consolidado.



Figura 2: Edifício da Caixa Econômica Federal (à esquerda) e Edifício do Banco do Brasil (à direita)

Fotos: Isabela Zani Donato (02/02/2014).

Na esquina oposta ao edifício da CEF se encontra a agência do Banco do Brasil, com projeto de David Libeskind também da década de 1960. O edifício da Prefeitura Municipal de Araraquara foi construído durante o segundo mandato de Rômulo Lupo (1964-1967) e inicialmente foi concebido não como a sede da prefeitura, mas como um condomínio vertical de escritórios. A obra foi fruto de uma enorme polêmica ente o prefeito e o Poder Legislativo e a Comissão do Plano Diretor. O prefeito decidira ceder um terreno público no centro da cidade – onde se localizava o teatro municipal de arquitetura eclética – a uma empresa privada que se responsabilizaria pela demolição do teatro e pelo projeto e construção do condomínio, que obrigatoriamente contaria com um teatro novo e moderno em seu subsolo.



Figura 3: Edifício sede da Prefeitura Municipal de Araraquara em 1978 (à esquerda) e nos dias atuais (à direita)

Fonte – CD 100 anos de fotografia (Prefeitura Municipal de Araraquara, 1999) e foto própria (2013), respectivamente.

O embate entre Executivo e Legislativo ocorreu paralelamente à primeira tentativa de aprovação do Plano Diretor recém-entregue por Gustavo Neves da Rocha em 1963. Os membros da Comissão do Plano Diretor se manifestaram amplamente contrários a desapropriação do terreno do Teatro Municipal que julgavam arbitrária e, em sessão da Câmara Municipal, e posteriormente no Tribunal de Contas da União, contestaram tais proposições; mesmo com todas essas manifestações, o prefeito seguiu em frente com as propostas. O condomínio acabou transformando-se na atual sede da Prefeitura de Araraquara após desistência da proposta da torre de escritórios devido a falência da construtora.

Dentro das diretrizes desses edifícios citados há ainda o Clube Araraquarense, demonstrado nas figuras 4 e 5, e que era dominado pela elite de Araraquara, projeto do escritório técnico Rino Levi, de 1969 e uma série de edifícios comerciais.



Figura 4: Fachada do Clube Araraquarense

Fonte – foto própria (2013)

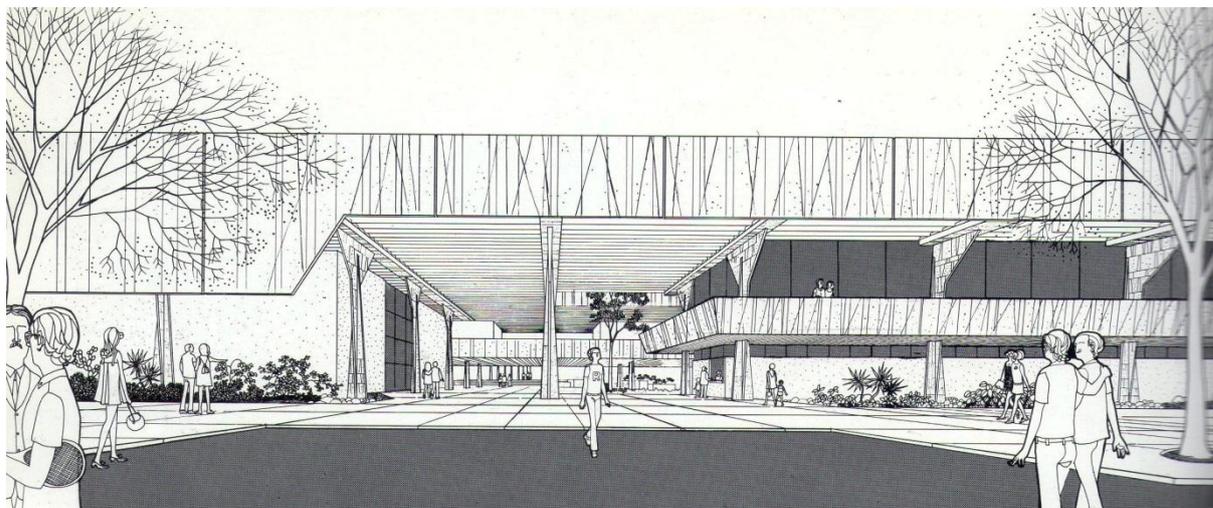


Figura 5: Perspectiva interna do Clube Araraquarense

Fonte – arquivo do Clube Araraquarense.

Provavelmente o único edifício deste primeiro período que se voltou para o uso efetivo da população tenha sido o SESA (Serviço Especial de Saúde) de 1951 com projeto de Oscar Valdetaro, e que pode ser visualizado na figura 6.



Figura 6: Vista do Edifício do SESA (Serviço Especial de Saúde) e detalhe da fachada lateral, respectivamente.

Fotos: Isabela Zani Donato (25/01/2014)

Em termos espaciais, o projeto que difere da dinâmica predominante é o *Campus* da UNESP, projetado por Walter Toscano em 1960. A maneira como Toscano propõe a implantação dos edifícios atende à observação do contexto físico e das virtudes visuais do entorno, dados que interferirão diretamente na elaboração da volumetria do edifício e na definição das aberturas, o que se pode observar na figura 7.

Em sua tese de doutorado, defendida em 1989, Walter Toscano esclarece que o projeto de arquitetura se baseou no estudo estatístico da forma pela qual se distribuem indivíduos ou grupos de indivíduos em classes de diferentes disciplinas, e o espaço deveria ser pensado de tal forma que proporcionasse um intercâmbio das informações objetivas gerais e especiais. Era também fundamental que permitisse a superação da usual compartimentação em unidades estanques, modelo de tantos *campi*. O programa solicitava uma estrutura integrada, em que as funções se complementaríamos na ação conjunta das unidades, possibilitando organizações horizontais permeadas de intercâmbio e de vivência.

Ainda que o projeto procure uma relação com o entorno e faça um contraponto com a proposta de cidade desenvolvida em Araraquara, uma vez que as relações propostas são bastante diferentes das relações urbanas, com a proposição da continuidade entre edifício e entorno, a sua distância em relação a cidade, no momento de sua implantação, acabou por não criar essa condição de integração. De

qualquer forma é importante discutir o projeto do *campus* da UNESP em relação aos outros projetos de arquitetura moderna em Araraquara. Enquanto os outros são estanques e contidos em seus lotes, o projeto do *campus* procura relações de continuidade e sociabilidade distintas.

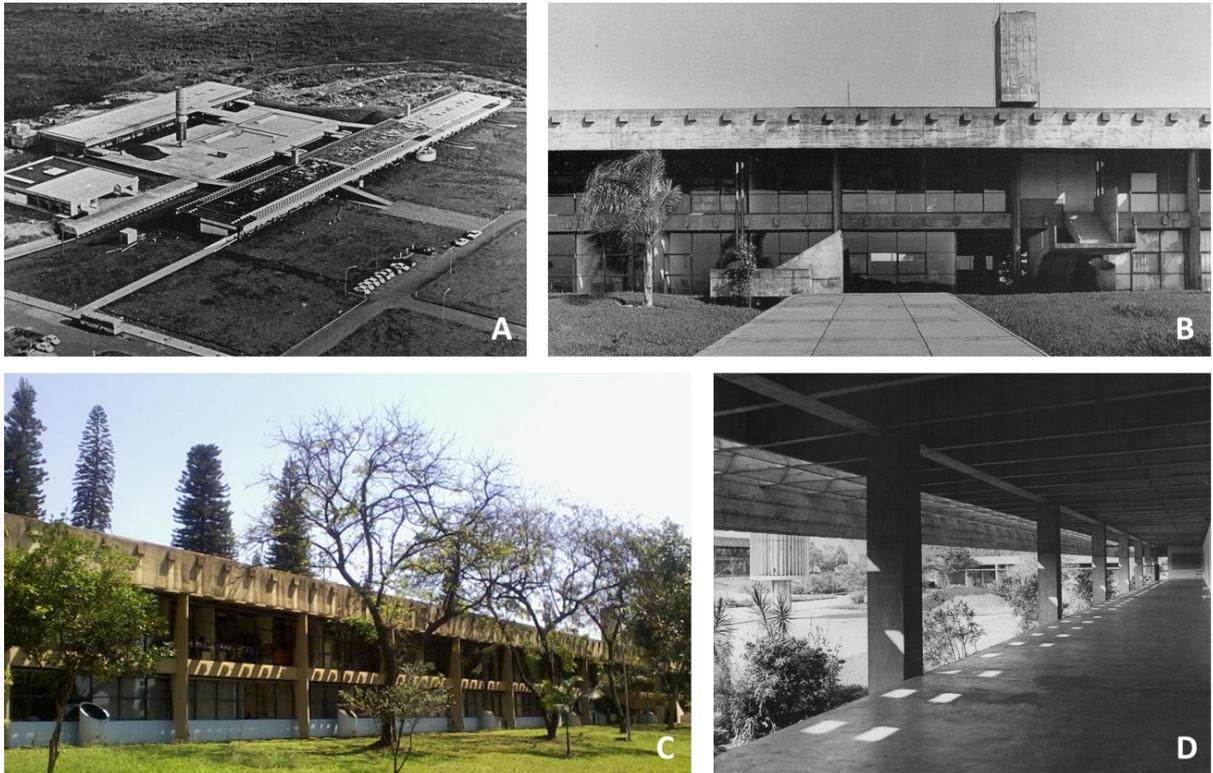


Figura 7: Campus UNESP Araraquara (A – vista aérea do conjunto; B – fachada de acesso aos departamentos; C – fachada posterior dos departamentos e D – circulação das salas de aula com vista para o pátio)

Fontes: Fotos A,B e D in ARTIGAS (2002) e C foto Isabela Zani Donato (25/01/2014).

Principalmente após 1964, a urbanização se intensifica no eixo da Avenida Bento de Abreu e da Avenida Francisco Salles Colturato (ver mapa 3) e os projetos aí implementados se voltam mais para o uso público e coletivo, sendo nesta área que se situam projetos modernos de igreja, ginásio poliesportivo e teatro. São projetos inseridos em praças e espaços mais amplos, viabilizando que a relação com o urbano se modifique, mesmo que ainda configurem lotes dentro de uma malha urbana pré-determinada e acabem por não gerar relações modernas com seu entorno.

IV. 3. O Plano de Ação do Estado de São Paulo (PAGE) e a difusão da Arquitetura Moderna

No início da década de 1960, o então governador do estado de São Paulo, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, institui o Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), no qual especificava as normas programáticas e administrativas com o objetivo de estender o que se entendia por “progresso” e “modernização” ao interior do estado através da implantação de serviços e construção de equipamentos sociais: escolas, unidades de saúde, fóruns, casas de lavoura e infraestrutura urbana.

Com a introdução do plano de governo com ideais modernizadores, jovens arquitetos acabam encontrando solo fértil para cultivar suas aspirações a uma arquitetura em que edifícios passam a ser concebidos associados a novas formas de relações sociais e de espaços democráticos, ainda que compatibilizados com as expectativas de um “Estado modernizador”. Em 14 de março de 1961, o governador Carvalho Pinto apresentava a mensagem que fundamentava as bases que apoiavam os objetivos traçados para o PAGE à Assembleia Legislativa:

(...) Ao elaborar o Plano de Ação quis fazer dele também o instrumento da elevação das condições de vida das populações interioranas – relegadas até há poucos anos ao abandono – precisamente pelo fato de reconhecer, como já declarei, as disparidades de que se assinala no progresso de São Paulo pelo gigantismo das áreas metropolitanas em confronto com o atraso do campo.(...) A verdade é que, desprovido, em outros tempos, de quase todos os recursos, o interior do Estado se transformou rapidamente graças às obras do Plano de Ação (...) energia, ferrovia, rodovias, aeroportos, navegação; obras públicas são os empreendimentos relacionados com a instalação dos estabelecimentos de ensino, de hospitais, de instituições penais, de casas de detenção, de unidades sanitárias, de casas de lavoura, de armazéns de abastecimento de água e com os serviços de esgoto. Além disso, o Plano de Ação prevê investimentos destinados ao equipamento das unidades construtivas à concessão de subvenções a instituições de assistência social e outros. (...) O Plano de Ação é assim, (...) um instrumento de humanização do nosso Estado. (LIMA, 2013: 59)

De acordo com o trecho acima é possível apreender a importância dos projetos executados na vigência do PAGE, que inicialmente tem como objetivo a construção

de equipamentos públicos de diversas funções por todo o estado, levando o desenvolvimento para o interior e alterando, assim, o perfil econômico do território paulista, acabando por alcançar muito mais que isso: constitui um conjunto de obras cujas realizações político-sociais traduzem as necessidades da população. Tais projetos influenciam os espaços públicos passando a valorizar a acessibilidade do usuário aos serviços em detrimento da hierarquia institucional dominante nesse tipo de edificação, assim como buscam dar uma nova identidade arquitetônica, procurando estabelecer com a cidade uma troca de informações e valores, bem como uma busca pela melhoria da qualidade educacional através da arquitetura e, conseqüentemente, do espaço a ela destinado, através dos conceitos difundidos durante a década de 1930 pelo educador Anísio Teixeira. (LIMA, 2013)

Na concepção de Carvalho Pinto, se pode afirmar que o “viés modernizador” do Plano, presente em ações que contemplavam “aumento da produtividade e da produção através de aplicações maciças na infraestrutura da economia – como energia, ferrovias, rodovias, aeroportos, pontes, armazenagem e ensilagem e abastecimento – e, diretamente nos setores agrícola e industrial, através de fomento e estímulo...” (PAGE, 1959: 18 in LIMA, 2013), foi claramente apoiado nos projetos desenvolvimentistas do presidente Juscelino Kubitschek. Para que essa modernização acontecesse em todo o estado e de forma organizada, fez-se necessário o estabelecimento de objetivos, prioridades e prazos de execução. As obras escolares realizadas em Araraquara a partir do PAGE são apresentadas nas figuras 8 e 9.¹⁰



Figura 8: Escola Estadual Bento de Abreu (PAGE).

Foto: Isabela Zani Donato (2012).

¹⁰Ver localização das obras escolares no Mapa 02 – p.108



Figura 9: Escola Estadual Dorival Alves e Escola Estadual Padre Francisco Colturato, respectivamente.

Fonte: Fotos de Camila Venanzi Lima (2012).

IV. 4. Desdobramentos do primeiro plano diretor no desenvolvimento urbano de Araraquara entre 1971 e 1982: o crescimento urbano e a formação de vazios

Araraquara não foge à regra da maioria das cidades médias paulistas, em que o intenso processo de mobilidade populacional entre o campo e a cidade contribuiu para o crescimento urbano, geralmente de forma desordenada, incentivado pelo processo de especulação de terras que promoveu a expansão do perímetro urbano, deixando para trás muitos "vazios urbanos". Conseqüentemente, o espaço *periurbano* do município tende a ser cada vez mais ocupado pelas atividades econômicas urbanas e por residências, seguindo as tendências das médias e grandes cidades do país. (CINTRÃO, 2004)

Nas décadas posteriores à de 1950, o processo de crescimento urbano em Araraquara baseia-se na incorporação de novos bairros periféricos, sejam esses voltados para a população de baixa renda através de loteamentos ou núcleos residenciais, sejam voltados para o contingente populacional de renda médio-alta através de condomínios fechados. Ambos os casos refletem o processo de espraiamento do crescimento do município que se deu de forma difusa e que propiciou o surgimento de grandes vazios urbanos que influenciam a expansão urbana do município até os dias atuais.

A partir dessas proposições é importante mencionar a abordagem de Cintrão (2004) sobre as propriedades urbanas no município, que foram se consolidando de forma a

atender os interesses de seus proprietários, assim as sesmarias foram divididas em fazendas que foram subdivididas em glebas que gradualmente foram subdivididas em loteamentos que conseqüentemente foram incorporadas ao perímetro urbano, num movimento determinado pelo poder local constituído por esses mesmos proprietários de terras. Cintrão (2004) denomina os grandes proprietários rurais do município como “latifundiários urbanos” e afirma que isso pode ser comprovado pelo fato dos grandes loteadores e/ou proprietários de loteamentos terem pertencido a famílias tradicionalmente proprietárias rurais o que explicita uma continuidade do monopólio da terra garantido pela permanência dessas famílias no poder.

Essas famílias atuam fortemente como agentes dominadores do processo de produção da cidade e, ao longo de sua história social e econômica, emergem com maior ou menor intensidade, porém nunca deixam de intervir na dinâmica urbana, principalmente participando ativamente da vida política do município e se inserindo no governo local e nas mais diversas instituições. Levando em conta tal aspecto, é importante recuperar um trecho de um texto presente no “Álbum de Araraquara”, de 1915 que já demonstra fortemente esta vocação do grande proprietário local para a vida política; trata-se de discurso comum entre grandes proprietários de terras do município sobre a importância de sua participação no poder local.

Ninguém pode recusar-se a servir a sua terra nos cargos municipais. Este conceito de um estadista inglês é profundamente verdadeiro e todo cidadão tem a obrigação de tomar parte, direta ou indiretamente, no governo local.

Com a nova organização municipal e as prerrogativas que ela assegura aos municípios, torna-se assaz delicado o seu governo.

Imaginem os contatos e privilégios por longo espaço de tempo, os gastos sem ordem, as dívidas que podem contrair, a perturbação que podem nos lançar em todos os serviços públicos, como os da higiene, da instrução etc., para logo se avaliar a necessidade de um governo municipal idôneo.

Às leis orçamentárias acham-se ligados os interesses do comércio, das indústrias, das empresas e outras manifestações da iniciativa particular.

Mesmo os preços das fazendas, prédios e terrenos estão dependentes de um bom governo local. Em município não longe deste, venderam-se imóveis por trinta por cento a menos, depois de odiosas lutas políticas.

Em Araraquara, hoje tudo se vende mais caro devido ao seu forte governo municipal sustentado por todos os elementos locais (...), o

governo municipal precisa, para bem preencher sua missão, do apoio do povo, de que esse governo aliás é simples mandatário; mas é bom frisar que esse apoio só pode vir da maioria esclarecida, honesta e conservadora e não das facções apaixonadas que muitas vezes, com flagrante violação dos verdadeiros princípios democráticos, querem impor sua vontade e dentro em pouco transformam a política em lutas de ódios, tornando completamente impossível uma boa administração.

O resultado é que os elementos melhores do município, não querendo expor-se a essas lutas irritantes retiram-se e aí temos, como consequência, um governo frouxo, sem o prestígio que lhe dá o povo.

O desenvolvimento da cidade deu-se inicialmente no sentido oeste, à direita do Ribeirão da Servidão, fato que se explica pela topografia favorável do terreno nesta área. No mapa 4, pode-se visualizar melhor tal ocupação.



Mapa 4: Conformação urbana do município de Araraquara em 1929

Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara (LIMA, 2002, p.127).

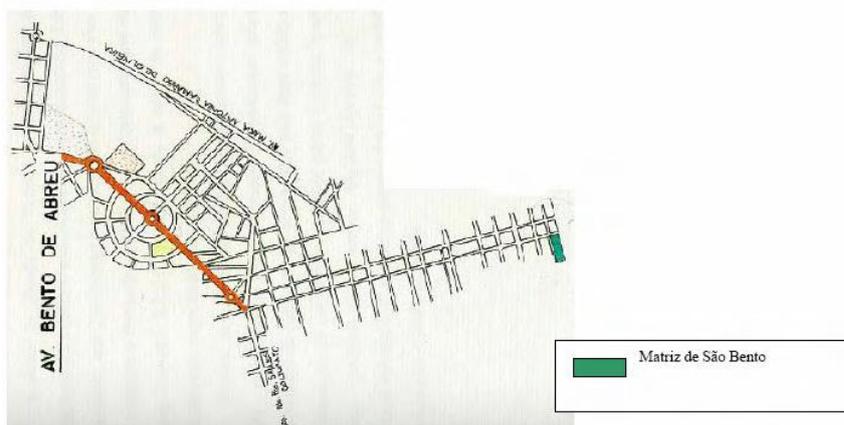
Inicialmente, os acessos à Estação Ferroviária eram problemáticos, uma vez que fora construída à margem esquerda do Ribeirão da Servidão, enquanto a cidade crescia à margem direita, fazendo-se necessária a construção de pontes para fazer as ligações. O bairro Vila Xavier, localizado a leste da Estação Ferroviária, também possuía dificuldades de acesso. No entanto, por ser um bairro importante e possuir depósitos de mercadorias, foram feitas ampliações e construções de vias, facilitando seu acesso ao centro da cidade. Na figura 10, é possível observar alguns aspectos da cidade de Araraquara em meados da década de 1960, destacando-se um dos viadutos, sobre os trilhos ferroviários, ligando a Vila Xavier (à esquerda) à área central, que já mostrava tendência ao processo de verticalização.



Figura 10: Araraquara em meados da década de 1960.

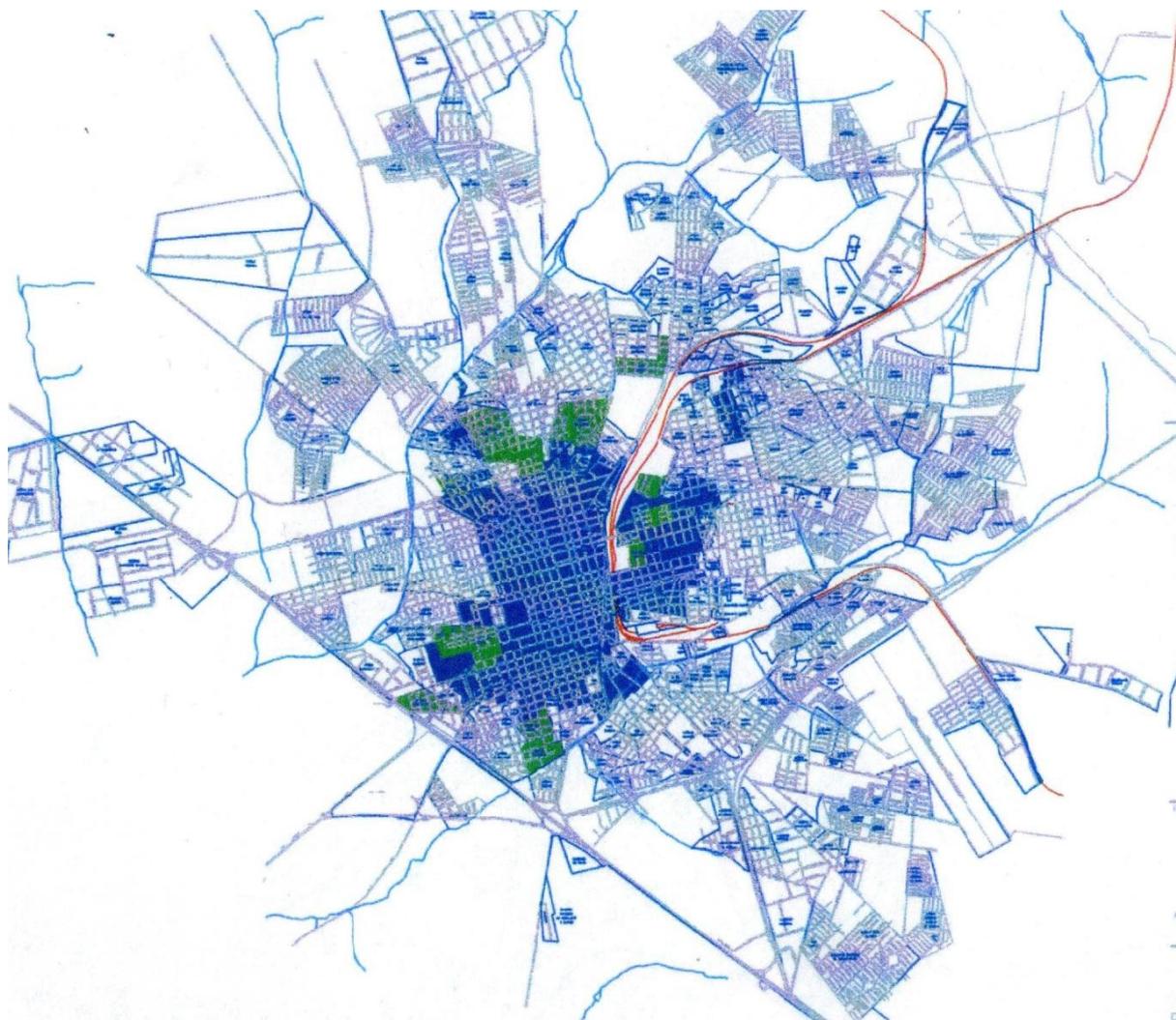
Fonte: CD 100 anos de fotografia (Prefeitura Municipal de Araraquara, 1999)..

A cidade foi crescendo e aproximando-se da Avenida Padre Francisco Salles Culturato e da Avenida Bento de Abreu (esquematizada no mapa 5), em meados da década de 1940o que possibilitou o acesso à Rodovia Washington Luís, a oeste, em direção ao município de Matão. A referida rodovia foi aberta entre 1948 e 1949 e asfaltada entre 1963 e 1965. Nesse período, foram extintas as voçorocas por meio de aterramento, o que valorizou as áreas atingidas pela erosão e que, urbanizadas, permitiram a expansão da área urbana também em direção a oeste.



Mapa 5:Mapa esquemático da Avenida Bento de Abreu

Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara. (LIMA, 2002, p.130).



- ocupação urbana até o anos de 1940
- Ocupação urbana entre os anos 1940 e 1950

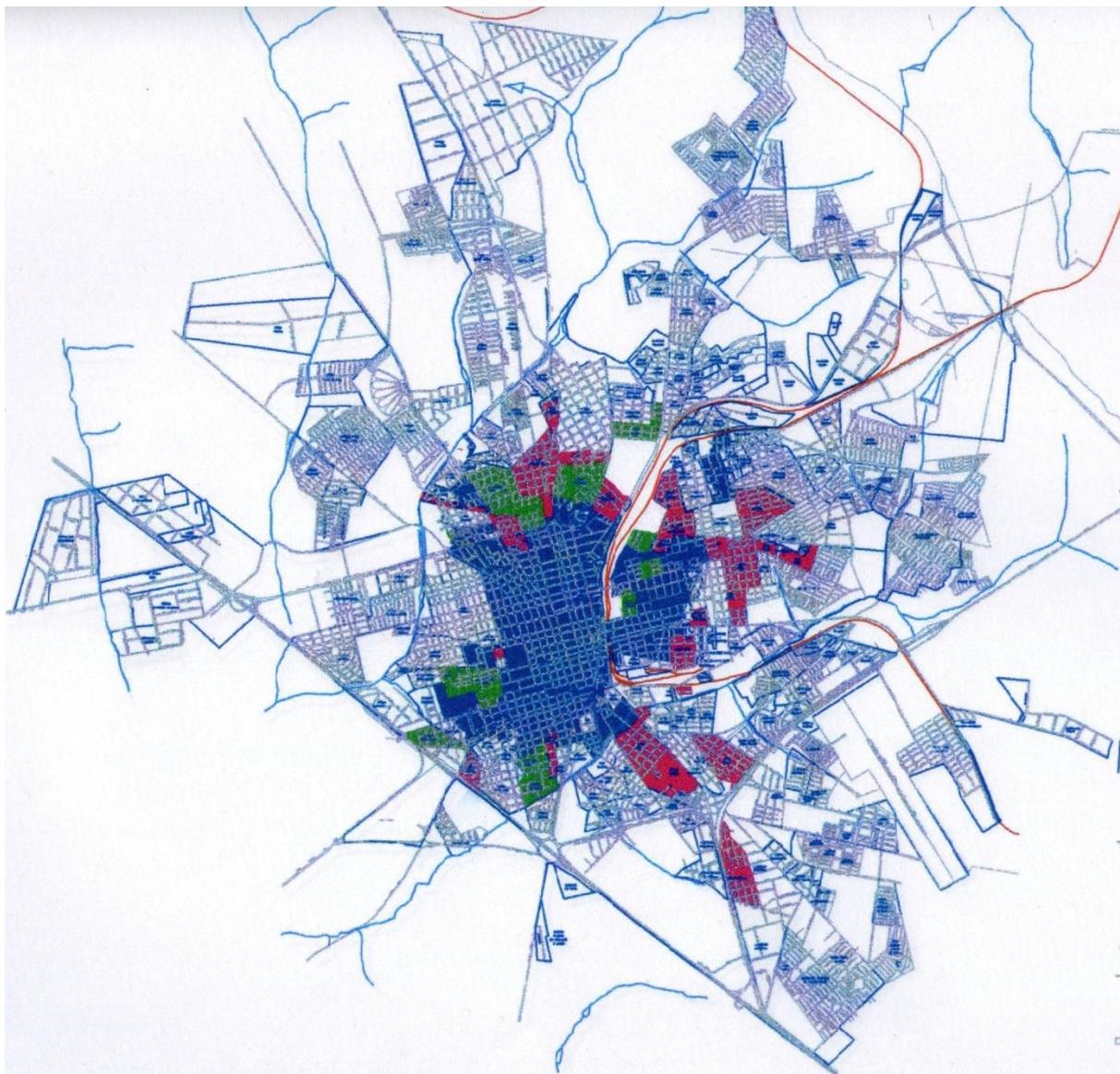
Mapa 6: Evolução dos loteamentos em Araraquara até 1950

Fonte - CINTRÃO (2004, anexo D)

Os novos núcleos de ocupação da cidade passaram, assim, a definir e a reelaborar um novo traçado para o limite da cidade, uma vez que estavam muito próximos do perímetro urbano na época. O crescimento da quantidade de loteamentos foi incentivado também pela publicidade e intensificado pelo processo migratório.

Nas décadas de 1970 e 1980, a cidade enfrentará seu maior surto de crescimento físico, mas a ocupação rarefeita favorecerá uma nova relação na proporção de lotes: ocupados e desocupados passam a se equilibrar, tal processo forçou o poder público a aprovar uma lei para restringir a aprovação de pedidos de abertura de novos loteamentos, que num primeiro momento tinha sido incentivado por ele mesmo e, a partir da década de 1950, passa a fazer constantes investimentos em

asfalto, telefonia, transporte coletivo (em 1958 é criada a Companhia Troleibus Araraquara), construindo equipamentos de saúde, educação, esporte, etc. (CINTRÃO, 2004)



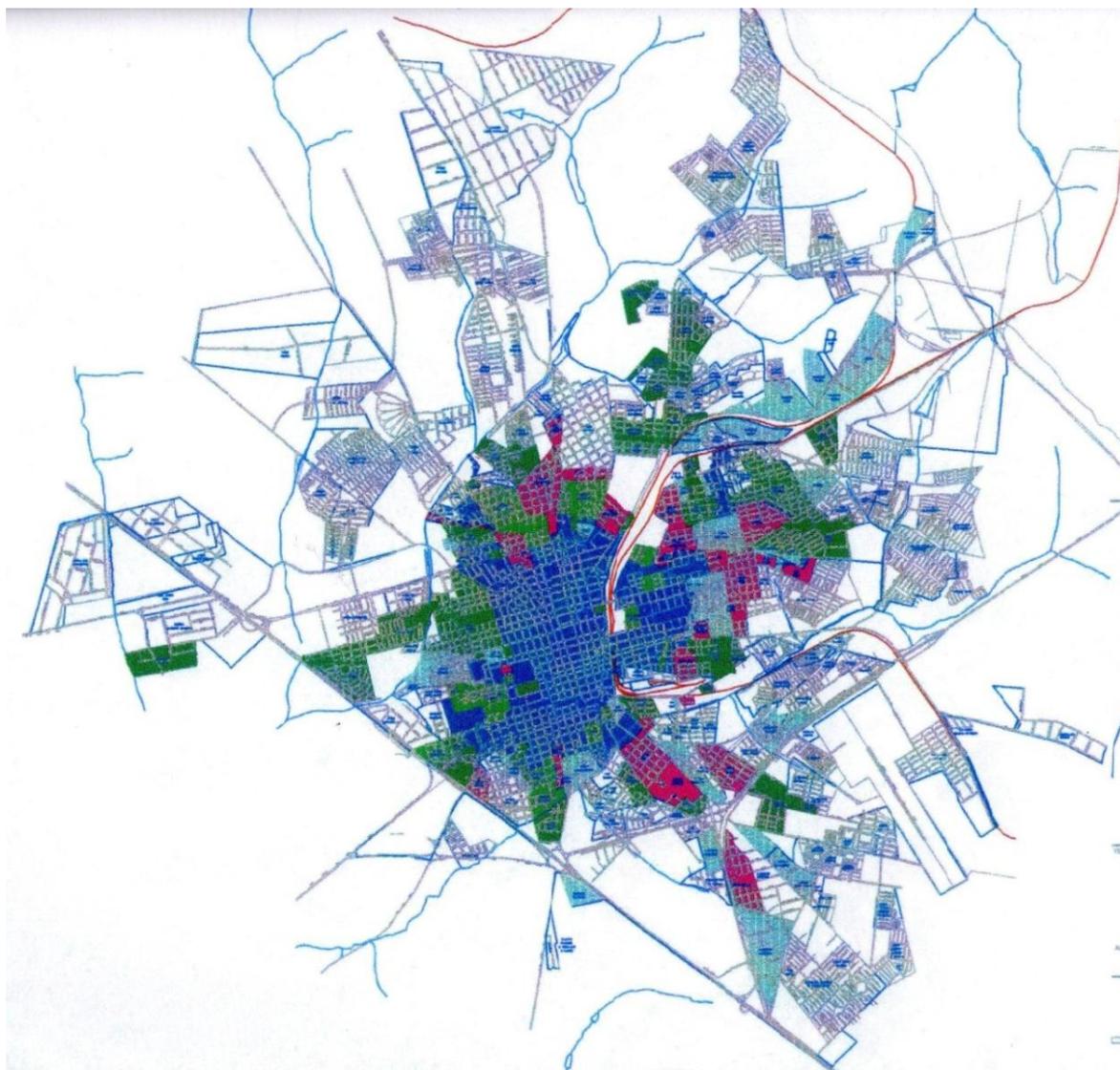
- ocupação urbana até o anos de 1940
- Ocupação urbana entre os anos 1940 e 1950
- Ocupação urbana nos anos 1960

Mapa 7: Evolução dos loteamentos em Araraquara até 1960

Fonte: CINTRÃO (2004, anexo D)

O poder público pode ainda atuar como instrumento do poder local privado na medida em que é capaz de conduzir as ações dos demais agentes urbanos que acabam por consolidar projetos e valorizar loteamentos da iniciativa privada, sendo seguido pelos demais investidores urbanos e pela população. Assim sendo, a partir

da década de 1960 são travados os intensos debates já indicados anteriormente acerca da implementação de um plano diretor para o município que, como vimos, apenas será aprovado em 1971, criando as condições necessárias para a manutenção do sistema então vigente na medida em que permitia o deslocamento de infraestrutura urbana para regiões periféricas e consolidava os vazios urbanos intrínsecos à evolução urbana em Araraquara.



- Ocupação urbana nas décadas de 1950 e 1960
- Ocupação urbana nos anos 1960
- Loteamentos aprovados entre as décadas de 1960 e 1970
- Loteamentos ocupados entre 1970 e 1975

Mapa 8: Evolução dos loteamentos em Araraquara até 1975

Fonte: CINTRÃO (2004, anexo D).

A possibilidade de parcelar uma gleba a partir de dois quilômetros de distância do perímetro urbano, onde já havia muitas glebas ainda não loteadas e loteamentos aprovados e ainda não ocupados e distantes da área densamente urbanizada, comprova a legalidade e o favoritismo das classes de maior poder econômico para a criação de condições necessárias à expansão territorial. Contemplando os então futuros loteamentos propostos nesse esquema de retenção especulativa de valor imobiliário, o Plano Diretor aprovado em 1971 estabelece um novo perímetro e cria a zona de expansão. (CINTRÃO, 2004)

Em virtude das demais exigências do Plano Diretor em relação às normas de aprovação dos loteamentos, estes terão seus valores calculados em função dos investimentos exigidos do loteador tais como: rede de água e esgoto, galerias pluviais, arborização, largura das vias, dimensões mínimas de lotes, das quadras e doação das áreas verdes e institucionais à municipalidade. À medida que as redes de infraestrutura se estendem ou melhoram as condições de acessibilidade nota-se a característica formal apresentada pelos loteamentos e eleva-se o valor do lote no mercado impossibilitando a população de baixa renda de adquiri-los, caracterizando processo de valorização imobiliária com forte caráter especulativo. (CINTRÃO, 2004)

Passa-se a exigir do loteador toda a infraestrutura, desde a *"rede distribuidora de água e respectivas derivações prediais e das necessárias à inflação de hidrantes, e, ainda, conforme o caso, captação, recalque e reservatórios de água, bem como rede coletora de esgotos e respectiva derivações prediais"*, galerias para águas pluviais, até *"colocação de guias, sarjetas, plantação de grama e arborização"* e obras de pavimentação (Lei n.º 2.467, de 11 de junho de 1979, poucos meses anterior à Lei Federal de Parcelamento 6766, de 19 de dezembro do mesmo ano), alterando também a forma de devolução da caução, firmada quando da regularização do loteamento, que passa a ser feita em parcelas conforme terminem as obras de instalação da infraestrutura (CINTRÃO, 1995).

Cabe aqui salientar que essa expansão urbana ocorreu sobre as áreas anteriormente rurais, que, com a proximidade da cidade, se tornaram supervalorizadas; junta-se a isso a necessidade de criação de novas áreas de habitação popular. Rosa (2004) lembra que muitos desses bairros passam a ser ocupados por população (em geral, de baixa renda) que possui vínculo muito forte

com o meio rural, tendo em vista que muitos dali são oriundos, identificados com seus valores, atitudes e comportamentos vinculados a vivências anteriores.

Apesar do visível processo de expansão, Rosa (2004) atenta para o fato de não existir uma coincidência entre crescimento físico e crescimento populacional já que o maior crescimento demográfico se deu na década de 1950 com o advento do processo migratório, enquanto a maior expansão na área urbana deu-se nas décadas de 1970 e 1980. O crescimento do número de lotes nas décadas de 1970 e 1980 não foi acompanhado pelo incremento populacional, o que pode indicar que a expansão urbana significou uma gradativa ampliação dos chamados vazios urbanos para futura ocupação após sua intensa valorização pela implementação dos dispositivos de desenvolvimento urbano.

Os novos núcleos de ocupação da cidade passaram a partir da década de 1970, a definir e reelaborar um novo traçado para o limite da cidade, uma vez que estavam bastante próximos ao perímetro urbano da época.

Houve uma especial ênfase na modernização do complexo agroindustrial do açúcar e do álcool, que ocorreu no contexto da modernização da própria agricultura brasileira a partir do desenvolvimento de um novo padrão de produção agrícola já na década de 1960. Este padrão pode ser caracterizado pela intensificação das relações entre agricultura e indústria, pela expansão das exportações, por significativas alterações nas relações técnicas e sociais da produção, por inovações e utilização de insumos químicos e mecânicos e pela forte presença do Estado através de políticas financeiras, fiscais e de fomento tecnológico. Agregado a esses fatores, um forte movimento migratório regional contribuiu bastante com o desenvolvimento do complexo na região.

A citricultura foi uma atividade de fundamental importância para o desenvolvimento regional. A atividade desenvolveu-se nos anos 1960 a partir da produção de sucos cítricos e do surgimento de condições favoráveis, na época, para a exportação no mercado internacional. Nas décadas de 1970 e 1980 a agricultura e o processamento industrial cresceram sempre apoiados no mercado externo. O sucesso da região no setor tornou-a responsável por cerca de 40% de todo o processamento existente.

Nas cidades vinculadas a esse tipo de produção ocorre forte especialização na fabricação e um suporte de capacitação de materiais para a indústria de processamento de laranja, da mesma forma que, ocorre com a cana de açúcar. Segundo Gottdiener (2010: 233), a mudança da força de trabalho e na localização da atividade relacionada com a agricultura teve um efeito bastante significativo sobre as pequenas cidades nos EUA (sendo uma referência possível para uma parte da análise sobre esse processo vivenciado em Araraquara), produzindo uma transformação considerável nas áreas urbanas dos municípios. Para Gottdiener, a agroindústria tornou-se possível pela forma de inovação tecnológica associada ao capitalismo tardio. Assim as atividades da agroindústria produziram os mais diversos efeitos sobre o espaço, dentre eles, o deslocamento de mão de obra para os centros urbanos consolidando o processo de incremento populacional das cidades associadas à agroindústria.

Na esteira do desenvolvimento agroindustrial da região central do estado de São Paulo, calcada na simbiose entre a excelência da produção agrícola e o desenvolvimento tecnológico constante das indústrias do setor, que buscam dinamizar seus processos de produção, houve uma considerável expansão dos setores secundário e, particularmente, terciário da economia, significando um incremento da concentração populacional no município de Araraquara.

Como resultado do processo de desenvolvimento agroindustrial em Araraquara, entre 1962 e 1976, foram criados os distritos industriais, provocando explosão urbana em todas as direções e dando origem a muitos bairros populares diretamente relacionados a tais distritos. Entretanto, no final da década de 1970, o crescimento do número de loteamentos não acompanha a procura de lotes para construção. Para Bizelli (1990), o problema encontra-se na velocidade com que ocorria a criação de loteamentos, bem maior que sua capacidade de ocupação. Assim foram surgindo vazios urbanos à espera de valorização.

É necessário destacar que o maior percentual de crescimento demográfico na cidade ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 em decorrência da instalação das primeiras empresas dos setores de cana e laranja que levaram a um significativo processo de migração para a região, enquanto a maior expansão na área urbana deu-se nas décadas de 1970 e 1980, gerando uma ampliação das áreas de expansão urbana, ao mesmo tempo em que se ampliaram os vazios urbanos.

A partir desta análise, a conclusão é que ainda que o processo de elaboração do Plano Diretor tenha se iniciado já com as transformações urbanas na década de 1950 e tenha sido formalizado quase 30 anos depois, acompanhando todo o processo de expansão da cidade, essa primeira tentativa de legislar sobre o espaço urbano de Araraquara mostrou-se ainda incompleta para versar sobre todas as forças que agiam no contexto da cidade naquele momento.

Para Villaça (2005) no Brasil, a ideia de Plano Diretor se confunde com a de zoneamento. Entretanto, há também, em importantes setores da sociedade, uma generalizada convicção de que ambos são diferentes e esta distinção está longe de ser mera formalidade. Para Villaça, a diferença entre ambos tem grande importância, menos acadêmico-teórica do que social, ideológica e política.

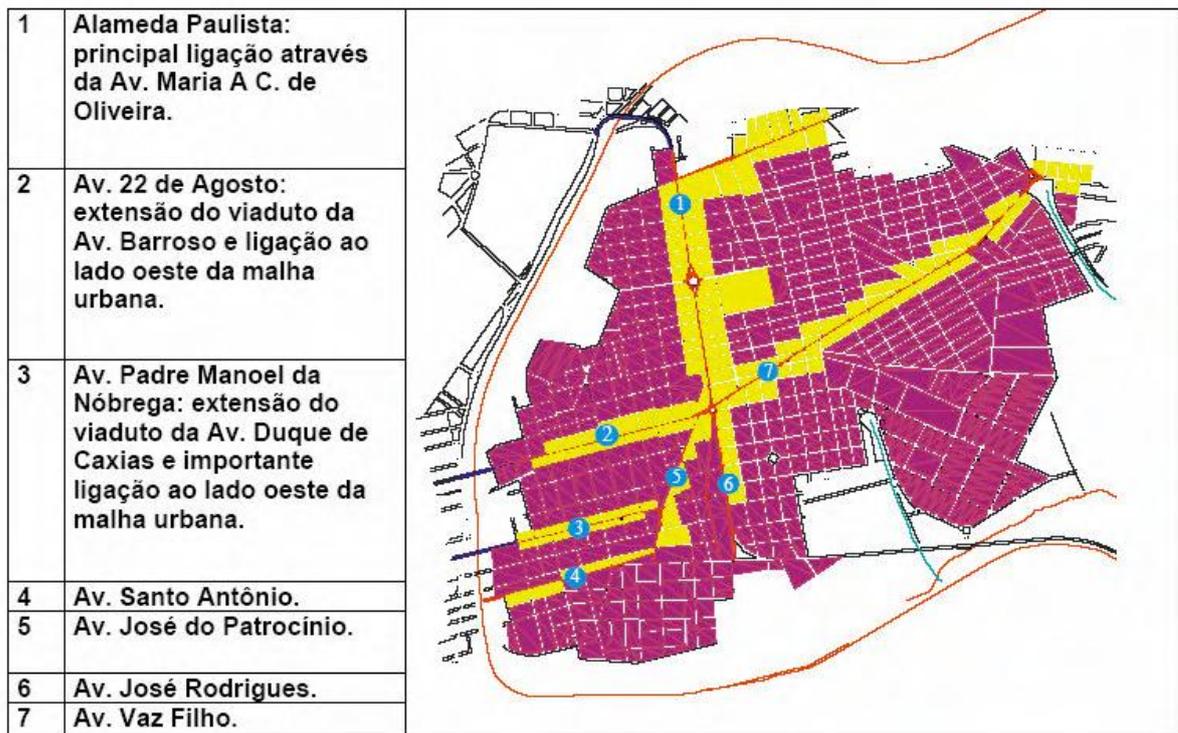
Mesmo que abrangendo problemas de estrita competência municipal, existe a ideia de que o Plano Diretor deve incluir propostas (além, evidentemente, de diagnóstico) de natureza social e econômica. Note-se que quando se fala em propostas de natureza social, por exemplo, não está se falando apenas na construção de escolas, parques ou hospitais. Está se falando de ação na própria esfera social, na natureza das atividades desenvolvidas nos parques e hospitais (...). A nosso ver, tais aspectos estritamente sociais ou econômicos dificilmente se encaixariam na natureza de um Plano Diretor. Uma intervenção de natureza sócia, da qual os equipamentos físicos seriam apenas instrumento, seria muito mais apropriada a um Plano de Governo do que a um Plano Diretor que, pelo menos pelo discurso dominante, deve ser de médio e longo prazos. (VILLAÇA, 2005: 09)

Conforme indicado anteriormente, o desenvolvimento da cidade deu-se inicialmente no sentido oeste da linha férrea, a partir de onde se formou a Vila de Araraquara e onde se concentra o centro comercial principal e de serviços, bem como o centro político e administrativo do município. Além disso, esta área apresenta o maior desenvolvimento e crescimento urbano não apenas pela topografia favorável, mas também por possuir ligação direta com a Rodovia Washington Luís.

Na região leste da cidade, originou-se o bairro que recebeu a denominação de “Altos da Vila Xavier”. A partir dessa região, novos bairros foram implantados, o que ampliou a cidade no sentido leste. É possível observar que nestas áreas existe a mistura de usos do solo, pois, embora predominem os diversos padrões de usos residenciais, é intensa a presença do comércio e dos serviços, sobretudo nos eixos

de ligação. No deslocamento do centro para a periferia de Araraquara, se nota que a malha urbana perde o traçado ortogonal original, como uma quadrícula. Algumas zonas da cidade podem ser identificadas em função do desenho das quadras e do traçado viário. Em bairros planejados, como é o caso da região da Fonte Luminosa, ao longo da Av. Bento de Abreu e demais alamedas, há largos canteiros que permitiram o plantio de árvores de médio e grande porte. Esta preocupação desaparece nos loteamentos populares, onde predominam ruas principais largas privilegiando o fluxo de veículos e ruas perpendiculares mais estreitas para a obtenção do maior número de lotes, conforme pode ser observado no mapa 9.

Assim sendo, Barbugli (2004) considera que, em função do uso e do padrão de ocupação, cada loteamento segue uma lógica própria, o que resulta na configuração de um desenho da malha urbana em forma de “colcha de retalhos”.



Áreas com predominância do comércio e dos serviços

Áreas com predominância uso residencial

Mapa 9: Principais eixos de comércio e serviços em Araraquara na região da Vila Xavier, à leste da malha ferroviária

Fonte: Barbugli (2004) - Região à leste da ferrovia - Bairro Altos da Vila Xavier. Araraquara (SP).

Por tudo o que foi mencionado, é importante ressaltar que ao longo da história do município de Araraquara sempre foi praticada uma política urbana conivente com o processo de valorização especulativa de terras ligada à expansão urbana e, desta forma, tal política acabou por determinar áreas de ocupação e usos, direcionando o crescimento da cidade e, assim construindo atrativos em áreas seja de importância socioeconômica, seja política ou de baixo valor econômico com o objetivo de transformá-las em áreas de interesse imobiliário.

Como em geral tais áreas são afastadas do centro, entre elas e as áreas edificadas são deixados vazios responsáveis pela alteração das características do seu entorno bem como do valor do solo. Nesse sentido, essa forma de ocupação do solo mostra um desequilíbrio social e espacial, que é resultado de um processo de valorização imobiliária baseada na retenção de terras com fins especulativos, apoiada pelos poderes públicos por meio de concessão de facilidades aos investidores do setor.

No caso de Araraquara, David (1993) afirma que

(...) embora desenvolvendo uma urbanização não caótica, atraiu para si a existência de vários "vazios urbanos" que vieram marcar um elemento bastante forte no processo de crescimento físico da cidade. Mesmo abrangendo um processo em que a deterioração urbana é relativamente controlada, são encontrados loteamentos bastante isolados espacialmente (...) (DAVID, 1993: 90).

Tal processo complexo resultou em um tipo de cidade que se expande horizontalmente em praticamente todas as direções, sofrendo intenso processo de verticalização das áreas centrais e de loteamentos nas áreas de expansão. Como consequência, o solo urbano sofre impactos como: "aumento do consumo de fontes de energia não-renováveis, aumento da poluição, ocupação de áreas agricultáveis ou de proteção e outros fatores de impactos"(LIMA, 2002: 141). Além disso, Cintrão (2004: 50-51) lembra que o processo de verticalização promove a valorização da área central de Araraquara, que também é reflexo do "próprio zoneamento de uso e ocupação do solo, que estabelece o centro (histórico e comercial) como uma área privilegiada, quanto à diversidade de uso e índices de ocupação a serem explorados pelo setor imobiliário".

IV. 5. Habitação promovida pelo Estado em Araraquara

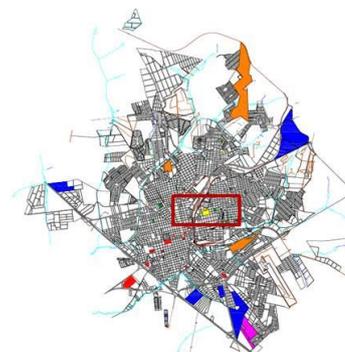
A intervenção estatal na produção de habitação social no Brasil remonta ao início do século XX e, a partir das décadas de 1930 a 1950, com o movimento de especialização da administração pública, são instituídas autarquias, institutos, fundações e as primeiras sociedades de economia mista, ganhando a política habitacional atenção especial, com a criação de departamentos especializados para o assunto. A Fundação da Casa Popular (FCP) foi o primeiro órgão federal criado para tratar da produção habitacional como questão a ser enfrentada pelo Estado. Formulada por Vargas no Estado Novo e efetivamente criada em 1946 por Eurico Gaspar Dutra, a instituição representou uma reestruturação da ação governamental na área da habitação, com a utilização dos fundos da previdência unificados para implementar uma produção massiva de moradias a ser conduzida por um órgão nacional de habitação. (BONDUKI, 1995)

A FCP foi efetivada por Dutra, logo no início do período denominado “democracia populista” (1946-1964), com o objetivo de atender aos mais necessitados, dando preferência aos trabalhadores autônomos, servidores públicos ou de autarquias, incluindo os trabalhadores fixados em zonas rurais que se dedicassem ao cultivo de produtos essenciais à alimentação popular.

A FCP também pretendia articular moradia e desenvolvimento urbano, prevendo a execução de infraestrutura junto às áreas residenciais, além de incentivos à indústria da construção civil e à pesquisa de novas técnicas construtivas que barateassem as obras. (FERRARI, 2013) No entanto, sem fonte garantida de recursos e alvo de constantes críticas, a FCP nunca atuaria da maneira esperada, produzindo ao longo de sua existência, menos unidades habitacionais que os Institutos de Aposentadoria e Pensões, algo em torno de 20 mil unidades distribuídas em 202 conjuntos. A produção da FCP limitou-se à construção de pequenos núcleos habitacionais em parceria com as prefeituras que se responsabilizavam pela doação de terrenos e pela solicitação para a implantação dos conjuntos. Dessa forma, a Fundação da Casa Popular adensou o sistema e buscou introduzir uma racionalidade institucional estatal que se mostrou impotente para a produção massiva. O alcance da FCP foi fragmentado como órgão normativo nacional com a decisão populista de Dutra da criação de departamentos e companhias de habitação estaduais, que, em São

Paulo, resultou na criação da Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP). (BONDUKI, 1998)

Em Araraquara encontra-se um conjunto financiado pela FCP localizado no bairro Vila Xavier, o mais antigo da cidade coetâneo à área central, bairro diretamente associado à estrada de ferro e ocupado por muitos armazéns, com população constituída por operários e funcionários públicos. O conjunto FCP da Vila Xavier conta com 172 casas e foi realizado em meados da década de 1950, porém hoje a maioria das casas se encontra descaracterizada devido a sucessivas reformas e ampliações. Na figura 11 são apresentadas duas fotos de casas da Fundação da Casa Popular em seus estágios atuais, e a demarcação de seus limites dentro da área urbana está presente no mapa 10.



Mapa 10: Demarcação dos limites da FCP dentro da área urbana

Fonte: Elaboração própria (2014) sobre base googlemaps acessada em janeiro de 2014.



Figura 11: Casas do conjunto FCP em Araraquara

Fonte: Foto própria (18.01.2014).

A partir de 1964, com o golpe militar, ocorrem diversas transformações institucionais, políticas e sociais que refletem no campo da produção habitacional. Inicia-se um período marcado pela concepção de política habitacional baseada na técnica financeira e de planejamento econômico na produção de habitação popular, bem como nos campos do desenvolvimento e planejamento urbanos; tal concepção se verifica já em agosto de 1964, com a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com o Banco Nacional da Habitação (BNH) como agente financeiro, o Plano Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e urbanismo – SERFHAU. (NEGRELOS, 2013)

No estado de São Paulo, o primeiro órgão destinado ao tratamento da questão foi a Caixa Estadual de Casas para o Povo – CECAP, a partir da descentralização das ações no campo da habitação, viabilizada por Dutra. Com o crescimento da população urbana aumentava a demanda por habitação e, conseqüentemente, a pressão por soluções sobre o governo paulista que procurava promover políticas habitacionais independentes da política nacional. A CECAP, da forma como foi

instituída em 1949, funcionava como autarquia vinculada à Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio. (BONDUKI, 1998)

Regulamentada em 1964, cabia à CECAP a função de agente promotor no interior do sistema SFH/BNH, exercendo a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, CEESP, a função de agente financeiro local. Nesse período, a CECAP funcionava dentro da lógica centralizada do SFH e, nesse sistema, em 1967 foram entregues as primeiras unidades da autarquia. Outro aspecto importante da política nacional no período foi a implementação, em 1968, do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS), para dar operacionalidade à aplicação de recursos em infraestrutura urbana, atuante no campo do desenvolvimento urbano. “A habitação é considerada o eixo da política urbana do novo regime, com investimentos em saneamento para a formação dos novos bairros habitacionais, disseminando-se a ideia da importância da casa própria em detrimento do aluguel ou outro tipo de garantia de acesso à moradia, buscando legitimação para a nova ordem”. (NEGRELOS, 2013: 15)

Entre 1972 e 1980, a CECAP produziu 13.965 unidades habitacionais, sendo 4.680 no Conjunto Zezinho Magalhães Prado, bastante estudado, construído em Guarulhos, que marcou decisivamente a construção de conjuntos habitacionais, sendo as demais unidades produzidas no interior do estado.

Em janeiro de 1981, a CECAP mudou seu nome para CODESPAULO, abrangendo outras funções, como promover a desconcentração do desenvolvimento industrial e urbano em São Paulo. Em documento de 1981, no qual se apresentavam os programas para a atuação da CODESPAULO, nota-se a intenção de que viesse a atuar também como indutora do desenvolvimento regional (ao menos no planejamento). Integravam o planejamento da Companhia para o início da década de 1980 diversos programas, destacando-se: atividades correlatas ao desenvolvimento da exploração de recursos minerais; implantação de conjuntos de habitações rurais; financiamento de materiais de construção; implantação de infra e superestrutura ambiental no entorno das usinas e destilarias de açúcar e álcool; transferência de população rural de áreas críticas e estoque de terra – estudo para utilização dos terrenos da Companhia. (TOMY, 2000)

Em 1983, na gestão de Franco Montoro, é criada a Secretaria Executiva de Habitação, subordinada diretamente ao governador do estado, sua função é o suporte técnico-administrativo a Secretaria de Economia e Planejamento. A partir daí

o governo anuncia a disposição de prever recursos orçamentários para intervenções habitacionais. Em 1984, a CODESPAULO muda de nome para Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH) e se vincula a Secretaria Executiva de Habitação. (DENIZO, 2007)

As Companhias de Habitação (COHAB), vinculadas ao SFH/BNH como agentes promotores locais, foram criadas a partir de 1965, e contavam com cinco sedes no estado de São Paulo: Santos (01/02/1965), Campinas (17/02/1965), São Paulo (16/11/1965), Bauru (01/04/1966) e Ribeirão Preto (03/02/1970), constituídas como sociedades de economia mista, uma vez que os diversos municípios de suas regiões aportam, até o presente, recursos para seu funcionamento. (NEGRELOS, 2013)

Conforme definição da ABC (Associação Brasileira das COHAB), as Companhias de Habitação têm como objetivo geral: "eficiência operacional de trabalho multidisciplinar, de modo a assegurar a melhoria da qualidade de vida das famílias mutuárias, e com isso, o nível de retorno dos financiamentos, promovendo-se o homem a partir da habitação"; e como instrumento "a casa ou habitação tecnicamente implementada, num contexto de desenvolvimento da comunidade, este como função primária".¹¹

A captação dos recursos para o sistema realizava-se junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1966, como poupança compulsória de recolhimento estatal, substituindo o anterior sistema misto de captação em associações, cooperativas ou institutos de aposentadorias e pensões. (ALMEIDA & CHAURTARD, 1976).

A produção habitacional através das COHAB era feita através de processo licitatório único para projeto e obra.

A racionalidade necessária às construtoras e a demanda governamental de produzir o maior número de moradias foram articuladas na formação de "bancos de terras públicas", principalmente grandes glebas, muitas vezes ainda rurais, nas periferias das grandes cidades, para a produção de megaconjuntos habitacionais (as "cohabs") construídos com os chamados "projetos-padrão" no esquema terraplenagem + unidade mínima, enquadrando o empreendimento no padrão de maior retorno financeiro. (NEGRELOS, 2013: 16-17)

¹¹in <http://www.abc.habitacao.org.br/>, acesso em 27.12.2013.

Em Araraquara, a partir da década de 1970, verifica-se a implementação de um conjunto CECAP e diversos conjuntos da COHAB instalados principalmente em áreas distantes da área central e alguns deles associados diretamente a distritos industriais.

A introdução de uma agricultura altamente capitalizada no município de Araraquara principalmente a partir da década de 1960 propiciou importantes mudanças no que se refere ao regime de trabalho rural através do emprego de um contingente cada vez maior de trabalhadores temporários. Somadas as safras anuais de cana de açúcar e laranja este contingente populacional, que antes se deslocava sazonalmente, passa a procurar residência em núcleos urbanos isolados em distritos rurais e mesmo na periferia urbana. Desta forma se consolidou a formação de uma parcela da população mobilizada pelo capital através do recrutamento como mão de obra para a agricultura. O fato dessa nova parcela da população ter optado pelo domicílio urbano em localidades periféricas – devido, em grande parte ao custo mais baixo do aluguel e também dos serviços urbanos – facilitou a esta população a procura por trabalho durante a entressafra. (BIZELLI, 1991)

O novo processo de mobilização da força de trabalho para a agricultura fez com que o município apresentasse altos índices em suas taxas de urbanização e, conseqüentemente, aumentasse a demanda por habitação, atingindo um índice de 93% de urbanização no ano de 1980, segundo dados do IBGE.

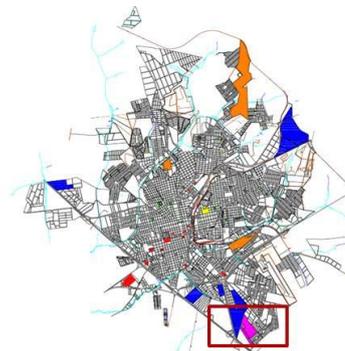
Araraquara sempre se destacou como um dos principais núcleos urbanos do interior do estado de São Paulo e, além do desenvolvimento de seu setor industrial, o setor terciário apresentou crescimento bastante significativo nas décadas de 1970 e 1980, conferindo à cidade um papel importante como centro de comércio sub-regional.

Este processo é um indicativo da lógica da exclusão urbana no município, afastando da cidade de Araraquara a população de baixa renda formada por trabalhadores de baixa qualificação, mobilizados sazonalmente pela agricultura, empregados em atividades urbanas na entressafra, principalmente na construção civil e como empregados domésticos. Dado o elevado preço do solo urbano, estes trabalhadores se veem obrigados a procurar locais de moradia mais baratos, consistindo esse processo em um dos fatores que desencadearam, a partir do final da década de 1960, a demanda por habitação popular em Araraquara. Embora a cidade não tenha sofrido uma forte explosão urbana, a organização de sua malha urbana acompanhou

o processo de mudanças pelas quais passou a maioria das cidades médias brasileiras. Se, por um lado, o crescimento das atividades econômicas atenuou o efeito das rápidas alterações sociais no espaço urbano, por outro acentuou os problemas relacionados principalmente com habitação, saneamento e transportes.

Em Araraquara, o processo de loteamento urbano do solo também acabou sendo mais rápido que sua ocupação efetiva e criou grandes vazios à espera de valorização imobiliária. Na década de 1980, de toda a área loteada na cidade, 37,6% pertenciam a loteadores particulares segundo dados da Prefeitura Municipal de Araraquara. (CINTRÃO, 2004)

A partir de 1970, a malha urbana, que vinha crescendo de forma agregada ao núcleo central começou a se diversificar rompendo com a continuidade e instalando conjuntos habitacionais distantes da área urbanizada. Um dos exemplos de conjunto habitacional deste período é o CECAP instalado durante o mandato de Clodoaldo Medina, entre 1973 e 1977, e cuja demarcação é visível no mapa 11. A construção do conjunto habitacional que tinha como tipologia única as casas térreas unifamiliares foi autorizada pelo Poder Executivo Municipal em dezembro de 1975 e teve sua obra atrelada à implementação dos dois novos distritos industriais na mesma região, que seriam instalados em 1976, posteriormente também seriam implementados dois outros conjuntos nesta área financiados pela CECAP, o Altos do CECAP e o Jardim Victorio De Santi. Entre o período de 1970 a 1984 foram registrados 54% dos loteamentos hoje existentes no perímetro urbano segundo dados da Prefeitura Municipal. A lei 6766 de 1979, bastante exigente quanto ao provimento de infraestrutura para os novos loteamentos, determinou certo arrefecimento no parcelamento do solo urbano a partir da segunda metade da década de 1980.



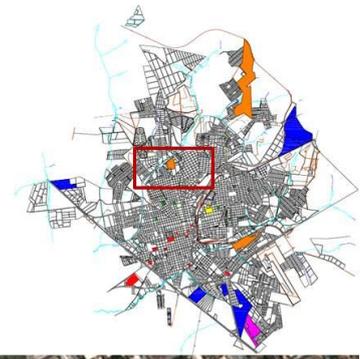
Mapa 11: Demarcação dos limites do CECAP dentro da área urbana

Fonte: Elaboração própria (2014) sobre base googlemaps acessada em janeiro de 2014.

Em 1970 o déficit habitacional estimado para o município girava em torno de 1.200 habitações e no período de 1970 e 1980 foram construídas cerca de 6 mil novas habitações sendo que deste total 6,6% foram construídos pela COHAB Bandeirantes, de Campinas, e outros 7% pela CECAP (BIZELLI, 1990).

Os terrenos utilizados nos empreendimentos habitacionais da COHAB Bandeirantes podiam ser adquiridos através de empréstimos concedidos pelo próprio BNH às COHAB, antes mesmo da elaboração do projeto do empreendimento (para garantir a disponibilidade de área para execução de projetos habitacionais num período de até quatro anos), ou ainda as áreas eram adquiridas através de doações das próprias prefeituras municipais. A COHAB-Bandeirantes utilizou-se dessa linha de crédito para aquisição de diversas glebas na cidade de Araraquara e implementou conjuntos habitacionais predominantemente na tipologia de unidades unifamiliares horizontais.

Os principais conjuntos realizados pela COHAB-Bandeirantes em Araraquara até 1982, marco temporal do período desta pesquisa, são: o Jardim Dom Pedro, representado no mapa 12, inserido no vetor de expansão norte da cidade e dividido em duas fases de implantação¹²; o Jardim Roberto Selmi Dei, de 1981, maior conjunto financiado pela COHAB-Bandeirantes a ser instalado na cidade¹³; e o Núcleo Residencial Yolanda Ópice, implementado no ano de 1982 na região leste da cidade¹⁴, e cuja demarcação é visível no mapa 13.



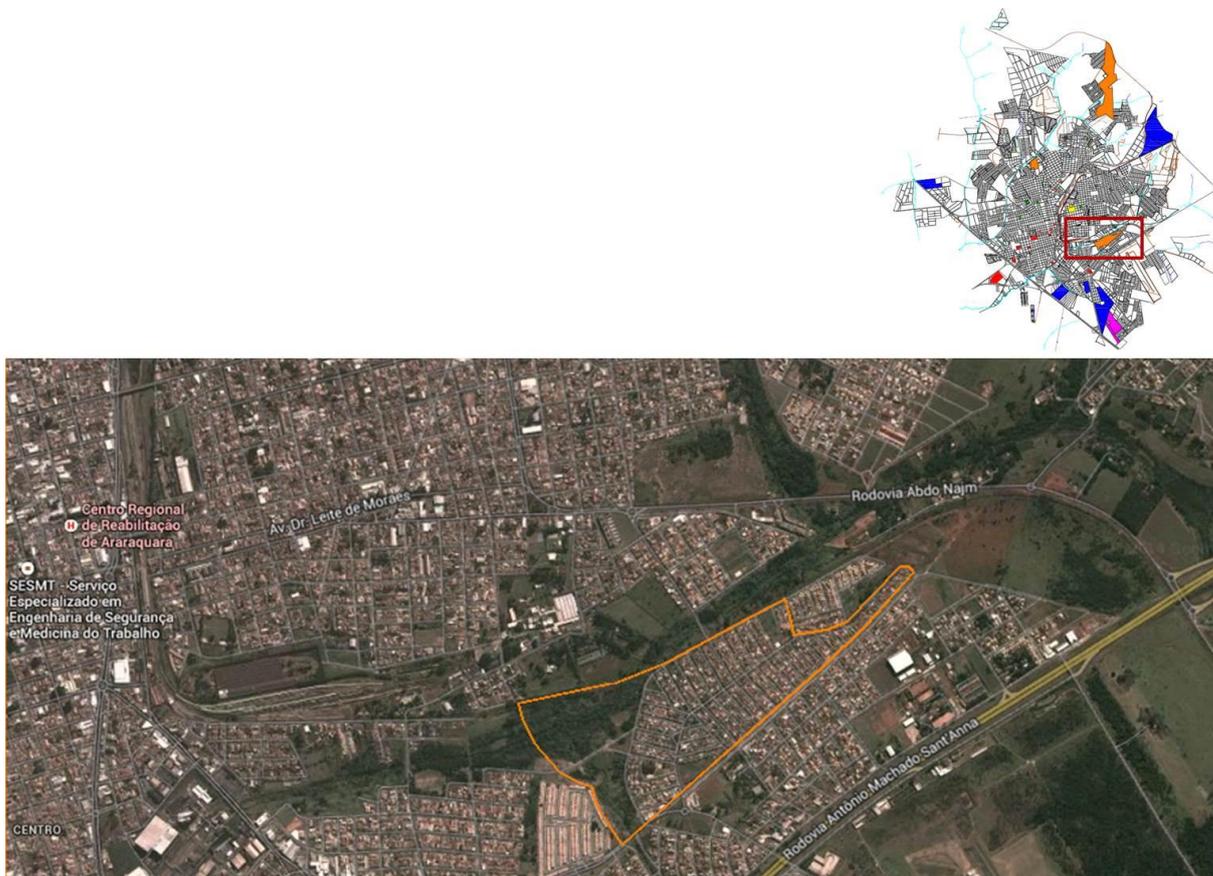
Mapa 12: Demarcação dos limites do conjunto D. Pedro I da COHAB dentro da área urbana

Fonte: Elaboração própria (2014) sobre base googlemaps acessada em janeiro de 2014.

¹² Na primeira etapa, em 1975, com 257 casas, e a segunda em 1979 com a implantação de mais 141 habitações; junto às habitações foram projetadas sete praças e jardins e um parque infantil, além do edifício que abrigava o centro comunitário e o escritório da administração. (POLEZZE; ZANI, 1978)

¹³ Contou com a construção de 1.000 habitações em sua primeira etapa.

¹⁴ Contou com 454 habitações e modelo similar ao Jardim Dom Pedro.



Mapa 13: Demarcação dos limites do conjunto Yolanda Ópice da COHAB dentro da área urbana

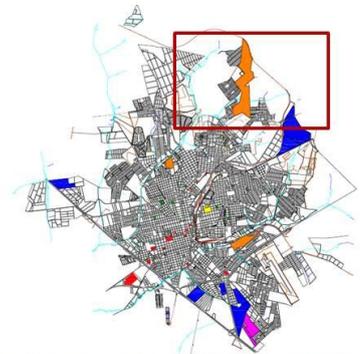
Fonte: Elaboração própria (2014) sobre base googlemaps acessada em janeiro de 2014.

Devido ao adensamento populacional urbano em Araraquara, ocasionado por processos de migração e imigração resultantes da expansão da atividade cafeeira e posteriormente pelos incentivos à interiorização da indústria, a questão da falta de moradias para os trabalhadores torna-se prioritária. Naquele momento em que a cidade se expandia, as práticas urbanísticas aspiravam ao moderno, porém ao invés de planos gerais de transformação da cidade e da sociedade, tais práticas urbanísticas constituíram projetos pontuais, que tinham como fim o embelezamento urbano, em especial das regiões centrais, áreas voltadas às necessidades da elite e de onde era em geral afastada a população pobre. Em Araraquara foi esse afastamento da população migrante e trabalhadora que norteou a instalação dos conjuntos habitacionais, que estão afastados das áreas centrais, localizados junto aos distritos industriais no limite da área urbana.

No Plano Diretor de 1971, as zonas onde se implementaram tais conjuntos ainda não estavam pré-determinadas para as suas construções, o que demonstra que

ainda que Araraquara se esforçasse pela implementação do plano diretor, os loteamentos eram implantados atendendo a interesses imediatistas e específicos.

Um conjunto que pode ser tomado como exemplo desta prática é o Jardim Roberto Selmi Dei (ver localização no mapa 14) que surgiu no momento em que a metalúrgica Villares (atual IESA) anunciou a instalação de uma unidade em Araraquara e a família Selmi Dei decidiu vender parte das terras de sua fazenda. Daí surgiu a iniciativa de um loteamento financiado pela COHAB - Bandeirante que reuniria os trabalhadores da empresa e seus familiares. A área escolhida para o loteamento foi a área de pastagem da fazenda que fica a apenas um quilometro da fábrica. O projeto foi aprovado em 1978 com previsão inicial de 700 lotes.



Mapa 14: Demarcação dos limites do conjunto Selmi Dei da COHAB dentro da área urbana

Fonte: Elaboração própria (2014) sobre base googlemaps acessada em janeiro de 2014.

O único projeto de conjunto habitacional localizado na área central é o conjunto FCP, no bairro Vila Xavier, adjacente ao centro da cidade e possivelmente por essa razão seja apenas esse que promova uma integração efetiva do morador à cidade.

Nos conjuntos tratados neste trabalho, a tipologia predominante seguiu o senso e os princípios mais elementares, com a opção pela casa unifamiliar, térrea, situada em loteamentos convencionais seguindo o padrão aceito como o ideal pelo gosto conservador. Bonduki (1998) ressalta que, sobretudo nas cidades pequenas e médias, utilizaram-se loteamentos convencionais já implantados, onde os órgãos ou instituições apenas construíram e financiaram as casas. Uma crítica a este modelo seria que estas casas unifamiliares nos conjuntos teriam uma postura de atraso cultural afirmando que a casa isolada com quintal propicia o modo organizado de vida em torno da família e dos ideais conservadores em detrimento do convívio com a diversidade social e cultural. (BONDUKI, 1998: 176)

Por outro lado Bonduki (1998) ressalta que a presença da casa isolada nos empreendimentos mostra como esse modelo era forte na sociedade brasileira dos anos 1940 e 1950 e as dificuldades para a implantação da arquitetura moderna nos empreendimentos habitacionais.

As casas entregues aos mutuários tanto conjuntos habitacionais da FCP, quanto nos conjuntos CECAP e COHAB, devido a sua formulação com casas isoladas em lotes individuais, possuíam como padrão plantas populares com dois quartos, sala, cozinha e banheiro e foram bastante alteradas ao longo dos anos. Com a adequação da habitação por cada morador a suas necessidades específicas tais casas acabaram por perder a ideia de conjunto, pelo menos no que se refere a seu caráter visual.

À GUIA DE CONCLUSÃO – MOVIMENTO MODERNO, PLANEJAMENTO E PODER LOCAL EM ARARAQUARA

Durante o século XIX foram debatidas e implementadas diversas teorias urbanas - principalmente no continente europeu e nos Estados Unidos -, muitas das quais acabaram por ser o cerne das transformações urbanas fundamentais de grandes cidades brasileiras, mas também das chamadas cidades médias. Aqui, as cidades médias são tratadas como aquelas que, por sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país, se constituíram como centros de valor estratégico para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política de organização territorial. (BRUNA e STEINBERGER, 2001).

Neste trabalho se buscou abordar questões que levaram ao desenvolvimento de uma política urbanística no município de Araraquara principalmente a partir da década de 1950 e, para tanto, se versou sobre os principais agentes envolvidos na produção de seu território neste momento. Dentre estes agentes destacam-se entidades profissionais e organizações de sociedade – a Associação Araraquarense de Engenharia e Arquitetura, o Rotary Clube Araraquara – e figuras como o professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello, que transitou no município durante o início da década de 1950 explicitando suas concepções sobre urbanismo e planos diretores em conferências e palestras proferidas em importantes salões da cidade; o engenheiro, empresário e empreendedor Boaventura Gravina, figura pública de ascendência italiana, esteve envolvido constantemente nas articulações para a implementação do plano diretor como participante ativo das comissões de elaboração e implementação do Plano. Outro personagem que cabe destacar é Gustavo Neves da Rocha, arquiteto contratado junto ao CEPEU, à qual foi atribuída a formulação do plano em fevereiro de 1963. Além destes citados personagens, marcantes neste processo, também é importante mencionar o poder público local como um fator inerente à formulação do plano, ora impulsionando e incentivando o processo, ora criando entraves à sua implementação em prol do atendimento de interesses específicos.

Porém, antes de chegarmos ao momento de elaboração, de fato, de um plano urbano para o município de Araraquara foi importante traçarmos um perfil acerca da conformação das terras de Araraquara, da implementação da estrada de ferro, da cafeicultura e economia local até 1929, além da legislação sanitária e das transformações urbanas desencadeadas a partir das epidemias na década de 1895 – 1930. Discutimos de forma sucinta as modificações econômicas e demográficas pelas quais o município passou durante as décadas e 1930, 1940 e 1950 as formas pelas quais tais modificações acarretaram transformações no espaço urbano.

A ocupação inicial da região ocorreu em fins do século XVIII com a implantação do caminho para Cuiabá/MT, buscando a integração entre a capital paulista e o sul do país com o centro-oeste, conferindo grande importância para a região de Araraquara e a de São Carlos. A vila de Araraquara se estruturou a partir de 1832, ao redor do largo da Matriz de São Bento, marco zero da cidade. Durante a segunda metade do século XIX, com o avanço da cultura do café o município tornou-se um centro produtor de grande importância.

A partir de 1850, ocorreu o auge da expansão cafeeira na região de Araraquara que, no final do século XIX, coincidiu com a crise do trabalho escravo, disseminada em função das pressões do capitalismo internacional, sobretudo da Inglaterra, bem como da efervescência do movimento abolicionista. A necessidade de mão de obra foi suprida por trabalhadores nacionais e europeus. Neste momento, no perímetro do centro tradicional, as praças se estabeleceram como pontos de referência na sucessão de quadras edificadas nos alinhamentos dos lotes, sendo nelas implantados os edifícios de destaque como o Teatro Municipal e a sede do Clube Araraquarense; tais praças cumpriam a função de grandes jardins para o passeio e contemplação públicos.

Durante as décadas de 1910 e 1920, a cidade sofre alterações urbanas importantes, pois a Praça Esplanada das Rosas (onde se localizava o Teatro Municipal) passa por amplas modificações: numa visão progressista os oitões são removidos, os passeios públicos laterais são drasticamente reduzidos, a pavimentação de paralelepípedos é substituída pela pavimentação asfáltica e os casarios frontais, também ecléticos, são demolidos com o intuito da utilização do espaço para a construção de agências bancárias. Dessa forma, as ruas que conformam o centro e os principais eixos de atividades adquirem novas formas e usos, com modificações

que integram o Plano de Embelezamento urbano de 1906, resultante, em grande parte, das leis sanitárias promulgadas pela Câmara Municipal em 1902 como forma de erradicar os últimos resquícios das epidemias de febre amarela desencadeadas entre 1895 e 1897.

A partir da revolução de 1930 configurou-se o fim da política dos coronéis, alçando ao poder local novos atores políticos ligados ao getulismo, sinalizando, da mesma forma, para o fim da hegemonia da cultura cafeeira, promovendo uma redefinição das atividades econômicas regionais. Os cafezais foram erradicados, houve queda no valor das terras, proporcionando uma fragmentação da propriedade, ao mesmo tempo em que se expandiu o cultivo do algodão, de outros gêneros alimentícios e da cana-de-açúcar. A decadência do café na região exigiu a ampliação e a diversificação da produção agrícola e isso se acentuou de forma substancial a partir da década de 1950.

A partir de 1950 inicia-se com o processo de modificação da estrutura urbana de Araraquara, com a intensificação do seu ritmo de crescimento e expansão urbana. Ocasionalmente pela nova política agrícola, essas transformações estruturais atendem a interesses específicos que atuam na sociedade buscando canalizar o processo de desenvolvimento para aquelas direções e projetos que criam as formas do ambiente urbano, numa articulação entre economia, política e espaço.

A sede regional do DER, Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, de 1948, projetada pelo arquiteto Oswaldo Arthur Bratke, marca o primeiro contato da cidade com a arquitetura moderna.

As primeiras agroindústrias se instalaram no município e na região na segunda metade da década de 1950, vinculadas à crescente produção de cítricos e cana-de-açúcar. É importante ressaltar que a implantação de loteamentos na cidade, a partir da década de 1950, foi muito relevante no processo de expansão urbana, quando o estabelecimento das agroindústrias também conferiu à região uma transformação no seu perfil produtivo.

O período marcado pela ditadura militar, nos anos de 1960 e 1970, foi decisivo para a inserção da região no eixo de crescimento econômico, com o processo de interiorização da indústria paulista, que contava com o direcionamento de fortes incentivos governamentais para a implantação de complexos agroindustriais no

interior: as agroindústrias regionais da cana e laranja, a indústria metal mecânica e os segmentos de base tecnológica, estes últimos principalmente localizados no município de São Carlos. Nesse novo cenário, a cidade de Araraquara beneficiou-se com a introdução e fortalecimento da cultura de cana-de-açúcar e também na citricultura.

Houve uma especial ênfase na modernização do complexo agroindustrial do açúcar e do álcool, que ocorreu no contexto da modernização da própria agricultura brasileira a partir do desenvolvimento de um novo padrão de produção agrícola. Este padrão pode ser caracterizado pela intensificação das relações entre agricultura e indústria, pela expansão das exportações, por significativas alterações nas relações técnicas e sociais da produção, por inovações e utilização de insumos químicos e mecânicos e pela forte presença do Estado através de políticas financeiras, fiscais e de fomento tecnológico. Agregado a esses fatores, um forte movimento migratório regional contribuiu consideravelmente com o desenvolvimento do complexo na região.

Na esteira do desenvolvimento agroindustrial da região central do estado de São Paulo, calcada na simbiose entre a excelência da produção agrícola e o desenvolvimento tecnológico constante das indústrias do setor, que buscavam dinamizar seus processos de produção, houve uma considerável expansão dos setores secundário e, particularmente, terciário da economia, significando um incremento da concentração populacional nos principais polos da região: Araraquara e São Carlos.

Essa abordagem relacionada ao desenvolvimento econômico regional e aos agentes por ele responsáveis foi muito importante para o estudo da organização sócio espacial que pode explicar, segundo os objetivos, a inserção da arquitetura moderna na cidade, seja em obras institucionais e particulares, seja nas escolas implementadas pelo PAGE. Outro aspecto importante a ser ressaltado com a política de interiorização da indústria foi a implementação de diversos distritos industriais no município e a conseqüente produção de conjuntos habitacionais a eles associados, que caracterizaram-se de forma uniforme por casas isoladas em lotes individuais.

É de importância fundamental destacar a atuação de Anhaia Mello que, em seu trabalho junto ao CEPEU, transformou-se no personagem responsável por difundir, no interior do Estado de São Paulo, as propostas urbanas calcadas na concepção

dos Planos Diretores. De acordo com Toledo (2006), com o sucesso apresentado pela elaboração de Planos Diretores para os municípios de São Paulo foi o CEPEU procurado por diversas prefeituras para que elaborasse os planos de seus municípios. A FAU-USP cobrava um valor reduzido para a realização dos trabalhos, pois cobria somente as despesas com material gasto e com pessoal envolvido no projeto. No entanto, essa característica é o que fez com que o CEPEU tivesse vida relativamente curta, pois passou a ser pressionado, principalmente, pelo Instituto de Engenharia e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, de São Paulo, uma vez que as diretorias afirmavam que a USP estava fazendo concorrência desleal aos escritórios de Engenharia e Arquitetura.

Mesmo contando com essas pressões de membros do poder local que buscavam atender a interesses específicos, houve grande troca de conhecimentos entre a Prefeitura Municipal de Araraquara e o CEPEU, alavancada pela presença de Anhaia Mello em Araraquara que passou a ser constante na década de 1950.

Como resultado dessa troca de conhecimentos ocorrem as primeiras iniciativas que culminaram no Memorial Descritivo do Plano Diretor de Araraquara elaborado por Rocha Filho no ano de 1963, em que apresenta de maneira clara as influências das concepções urbanísticas de Anhaia Mello, classificando o solo urbano segundo usos e padrões de ocupação, o zoneamento, tão defendido por Anhaia Mello em seus artigos – com o objetivo de regular o seu uso e a forma de crescimento urbano. Anhaia Mello tratava a cidade como objeto técnico, onde a prioridade era estabelecer padrões de qualidade para o seu funcionamento.

A dinâmica engendrada pelo município a partir da década de 1950 para a elaboração de seu Plano Diretor, com a centralização dos debates na Associação de Engenharia e no Rotary Club, representou uma centralização dos agentes formuladores do plano, pois é dessas associações que surgirão os novos quadros administrativos que ocuparão o Executivo Municipal.

Por outro lado, é certo que um instrumento como o Plano Diretor – ainda mais em um momento de aumento da complexidade das relações econômicas locais -, fez com que o município prescindisse de auxílio de personalidades formuladoras do pensamento urbanístico brasileiro para a condução do processo.

Em 1950, Araraquara já contava com profissionais com condições técnicas para executar o Plano. No entanto, os políticos locais viram a necessidade de convocar um renomado urbanista de São Paulo para realizar diversas palestras para sensibilizar a elite local da necessidade de elaboração de um Plano Diretor. É certo também que, nesse período já existia uma orientação do Governo do Estado de São Paulo para que cidades com mais de 20 mil habitantes produzissem suas normas urbanísticas. No entanto, essa troca de conhecimentos não foi formalizada em termos de parceria, mas em um contrato de assessoria com o CEPEU. O Centro chegou a fornecer um modelo de lei constituindo comissões e escritório local de planejamento que foi utilizado na íntegra pela Prefeitura de Araraquara para instituir a Comissão do Plano Diretor em 1962. Nesse modelo, a concepção urbanística, por anos construída por Anhaia Mello, se cristaliza na forma de um conjunto de normas rígidas que conferia à Comissão do Plano Diretor um certo poder deliberativo sobre as melhores escolhas para o município.

A hipótese inicial da pesquisa, de que o processo de construção de uma legislação urbanística e o desenvolvimento urbano do município de Araraquara teve grande influência de agentes particulares (Anhaia Mello e Boaventura Gravina), de instituições de classe e entidades da sociedade (Associação de Engenharia e Arquitetura de Araraquara e Rotary Clube), além do poder político local, foi demonstrada através de narrativas e documentos.

Na tentativa de confirmar que as articulações para a formulação do Plano Diretor influíram decisivamente na formação do espaço urbano, foi apresentada a forma como o município acabou por se desenvolver ao longo dos debates do plano diretor até 1977, ano em que a lei é aprovada de forma definitiva, e posteriormente até 1982, ano em que se inicia no município um processo de modificação da estrutura política, onde novos agentes passam a ter espaço, influenciados pela conjuntura de redemocratização pela qual passava o país. É importante ressaltar que se tratam de dois planos distintos, o de 1963 de Gustavo Neves da Rocha e o posterior, de 1971, frutos dos debates de diversas comissões ao longo dos oito anos subsequentes.

Desta forma, acredita-se que o resultado alcançado possa auxiliar os debates acerca dos processos de elaboração de planos diretores, bem como futuras investigações sobre o tema, que, inegavelmente, não se esgota nesta dissertação.

NOTAS METODOLÓGICAS

Em vista do trabalho desenvolvido, acredita-se ser altamente relevante apresentar os procedimentos metodológicos adotados ao longo do processo de pesquisa, em primeiro lugar porque parte deles foi modificada ou ampliada desde o plano de pesquisa encaminhado à Comissão de Pós-Graduação do então Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, atual IAU-USP, conforme o andamento das atividades e, em segundo lugar, porque após a banca de qualificação o foco principal deste trabalho foi alterado.

É possível sintetizar em três as etapas metodológicas desta pesquisa, compreendendo cada uma vários procedimentos, conforme se descreve na sequência:

1. Revisão e delimitação do marco teórico
 - a. revisão da bibliografia
 - b. pesquisa de documentos em acervos;
 - c. conformação de temas centrais.
2. Caracterização e desenvolvimento dos objetos de análise;
3. A análise e síntese de dados.

Revisão e delimitação do marco teórico

A revisão bibliográfica - através de livros, artigos nos mais diversos periódicos, anais de seminários e congressos, publicações de universidades, dissertações, teses, arquivos públicos e informações disponíveis em redes de computador – mostrou-se importante para o embasamento deste trabalho e, desde o início, delineou temas relevantes a serem abordados e desenvolvidos, dentre os quais as linhas de interesse, no princípio foram:

- Cidade em Araraquara: formação das terras de Araraquara, panorama do desenvolvimento urbano e legislação urbanística; onde seriam desenvolvidas as discussões sobre: a formação histórica das terras de Araraquara e seu processo de expansão; poder local e desenvolvimento urbano; cronologia do desenvolvimento e implementação da legislação urbana e do plano diretor em

Araraquara e o desenvolvimento urbano de Araraquara entre as décadas de 1960 e 1980: crescimento do perímetro do município, implementação de novos núcleos habitacionais e formação de vazios urbanos.

- Arquitetura Moderna no Brasil, arquitetura moderna paulista e suas manifestações em Araraquara: com debates sobre arquitetura moderna brasileira, arquitetura moderna paulista, o Plano de Ação do Governo do estado de São Paulo e a difusão da Arquitetura Moderna pelo interior do estado, com a cronologia da Arquitetura de Araraquara e implementação das edificações modernas na malha urbana.

Com base nestes temas, procedeu a revisão e a delimitação do marco teórico, que permitiram o esclarecimento de questões essenciais para a compreensão dos objetos da pesquisa e, portanto, para fundamentar o desenvolvimento da mesma.

Caracterização e desenvolvimento dos objetos de análise

A pesquisa bibliográfica levou a questionamentos e discussões e, a partir da Banca de Qualificação em 05 de fevereiro de 2013, houve um debate que orientou a discussão de caráter teórico metodológico sobre: 1) as alternativas de realização da articulação entre a arquitetura moderna em Araraquara e o processo de desenvolvimento urbano do município; 2) a discussão sobre o ponto de vista histórico e das origens do urbanismo no Brasil e no estado de São Paulo e o vínculo com a trajetória profissional de Anhaia Mello e, 3) a discussão, de caráter metodológico sobre o interesse em trabalhar com um inventário geral das edificações modernas na cidade, contendo levantamento fotográfico e um pequeno texto descritivo ou com estudos de casos que elucidassem a hipótese geral.

Atendendo às recomendações dos professores Paulo Bruna (FAU-USP) e Luis Espallargas (IAU-USP), membros da banca, o trabalho foi reorientado no sentido de dar maior ênfase no entendimento da conjuntura política e do poder local em Araraquara no processo de elaboração do primeiro Plano Diretor municipal, descartando o caráter de um inventário rígido das edificações modernas na cidade. Desta forma passou-se a fomentar a pesquisa sobre os temas da política brasileira e da política local durante o período, no desenrolar do processo de elaboração do Plano Diretor, além de questões associadas a interiorização da indústria paulista e cidades médias, que têm impacto nos processos de planejamento local.

Nesse sentido, a ênfase da pesquisa se voltou para a questão da habitação, entendida como um elemento de fundamental importância na constituição urbana além de construir uma compreensão sobre o papel das edificações de caráter moderno, que eram a proposição inicial deste trabalho.

Análise de dados

Tendo concluído a revisão do marco teórico e a caracterização e desenvolvimento dos objetos de análise, foi possível avaliar conjuntamente os dados referentes ao processo de desenvolvimento do Plano Diretor de Araraquara levando em consideração o papel de seus mais diversos agentes, bem como o processo de desenvolvimento urbano do município ressaltando também as influências externas que participaram deste processo.

Acreditamos que no âmbito das competências da pesquisa de Mestrado tenha sido possível discutir amplamente a questão proposta, no que concerne ao entendimento dos processos que levaram à formulação de uma legislação urbana para a cidade de Araraquara e seus vínculos tanto com a constituição do espaço urbano quanto com a reflexão sobre a implementação da Arquitetura Moderna. Além disso, foi importante poder contribuir para o adensamento da reflexão e das fontes de pesquisa que viabiliza futuros aprofundamentos neste tema pelos pesquisadores que se interessem pelo debate aqui oferecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma perspectiva histórica. In: James Giacomoni; José Luiz Pagnussat. (Org.). **Planejamento e Orçamento Governamental**. Coletânea. 1.^a ed. Brasília: ENAP, 2006, v. 1, p. 193-228.

ALMEIDA, W.J.M. de; CHAURTARD, J.L. FGTS, uma política de bem estar social. In **Coleção Relatórios de Pesquisa IPEA**, vol. 30, 1976. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. [http://www.cartilhadofgts.com.br/?category_name=a-criacao-do-bnh, acesso em 13/11/2014].

ANDRADE, C. R. M. de (1992). De Vienna a Santos: Camilo Sitte e Saturnino de Brito. In Andrade, C.R. M. de (Ed.), **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos** (pp. 206-234). São Paulo: Editora Ática.

ANHAIA MELLO, L.I.R. de. A cidade, problema de governo. In **Boletim do Instituto de Engenharia**, São Paulo, n.43, dez.1928, p.278-287.

_____ Problemas de Urbanismo: Bases para a resolução do problema técnico. In **Boletim do Instituto de Engenharia**, 1929.

_____ Urbanismo. In **Boletim do Instituto de Engenharia**, São Paulo, n.42, nov.1928, p.235-240.

_____ Urbanismo: regulamentação e expropriação. In **Boletim do Instituto de Engenharia**, São Paulo, n.45, fev.1929, p.55-64.

_____ Urbanismo e suas normas para organização de planos. In **Boletim do Instituto de Engenharia**, São Paulo, n.89, abr.1933, p.209-218.

_____ Habitação e Urbanismo. In **Engenharia**, São Paulo, n.31, set.1945, p.02-03.

_____ Um plano regulador para o município: orientação planológica e organização administrativa. In **Engenharia**, São Paulo, n.39, nov.1945, p.87-93.

ANDRADE, L.A. G e AZEVEDO, S. **Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

ARTIGAS, R.C. (org.) **João Walter Toscano**. São Paulo: UNESP/Instituto Takano de Projetos Culturais Educacionais e Sociais, 2002.

BAENINGER, R. **Região Administrativa Central: Região de Governo de Araraquara e Região de Governo de São Carlos**. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos da População (NEPO), 1995.

BARBUGLI, R. A. **Influência do ambiente construído na distribuição das temperaturas Araraquara/SP**. Dissertação de Mestrado em Construção Civil. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. São Carlos, 2004.

BENÉVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 4ª edição, 2009.

BENINCASA, V. **Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara, 1830-1930**. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BIRKHOLZ, L.B. **O Centro de Pesquisa e Estudos Urbanos, CEPEU, da Universidade de São Paulo**. Seminário Plano Diretor Municipal – FAU – USP, pp.23-27, 1989.

BIZELLI, J. L. **O Planejamento municipal e o poder local em Araraquara**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Dissertação de Mestrado, 1990.

BIZELLI, J. L. **As armadilhas do governo local: a tentativa de reforma administrativa em Araraquara**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Tese de Doutorado, 2002.

BNDES. **BNDES 50 anos - Anos 70**. Brasília, setembro de 2002.

BONDUKI, N.G. **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BONDUKI, N.G. Habitação social na vanguarda do movimento moderno no Brasil.[1996]. In GUERRA, A. (org.). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira: v.2**. São Paulo: Romano Guerra, 2010, pp. 91-111.

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 4. ed. - São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BRUNA, P. **Os Primeiros Arquitetos Modernos. Habitação Social no Brasil 1930-1950**. Tese de Livre-Docência, FAU-USP, São Paulo, 1998.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, **Lei Orgânica do Município de Araraquara**.2002. Disponível em: <<http://www.camaraarq.sp.gov.br/legislacao/Lei%20Organica.doc>>. Acesso em: 02/07/2005.

CAMPOS, C.M. **Os Rumos da Cidade. Urbanismo e Modernização em São Paulo**. São Paulo: SENAC, 2002.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: 1977.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

CHOAY, F. **O Urbanismo**. 5a.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

CINTRÃO, L.M. **Estrutura da produção da cidade processo, função e forma: estudo de caso – Araraquara – SP**. São Carlos: FAU-EESC-USP, Dissertação de Mestrado, 1995.

CINTRÃO, L. M. **Os vazios urbanos na estruturação da cidade de Araraquara**. São Paulo: FAU-USP, Tese de Doutorado, 2004.

COUTINHO, L. O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação. In: **Regiões de cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano**. Organizadores Maria Flora Gonçalves, Carlos Antônio Brandão, Antonio Carlos Figueiredo Galvão. São Paulo: Editora Unesp: ANPUR, 2003.

DAVID, E. **Morar e viver no Selmidei: conquistas e apropriações do espaço de Araraquara.1993**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 1993.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1977.

DENIZO, V. **Os produtos da Política Estadual de Habitação na Região Metropolitana de São Paulo: elementos para análise de uma política metropolitana de habitação**. Tese de doutorado. FAU – USP, São Paulo, 2007.

FARIA, R.S. **Urbanismo e Movimento Municipalista no Brasil: considerações para se pensar as discussões urbanísticas nos Congressos Nacionais de Municípios Brasileiros (1946-1964) – uma proposta de investigação**. In http://www.ifch.unicamp.br/ciec/documentos/artigo_pesquisaPD.pdf, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2ª edição, 1994.

FELDMAN, S. **Planejamento e Zoneamento. São Paulo 1947-1972**. São Paulo, Tese(doutorado). FAUUSP, 1996.

FERRARI, C. **Projetos de habitação popular como projetos de cidade moderna: os conjuntos habitacionais dos IAP na Grande São Paulo de 1930 a 1964**. São Carlos: Dissertação de Mestrado, IAU-USP, São Carlos, 2013.

FERREIRA, E.R. **A formação da região canavieira de Araraquara: o papel do estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço**. UNESP: dissertação de Mestrado, Rio Claro, 1987.

FISCHER, S. **Ensino e Profissão - o curso de engenheiro arquiteto da Escola Politécnica**. São Paulo. Tese de Doutorado, Departamento de História, FFCL-USP, 1989.

FRAMPTON, K. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

FRANÇA, A. M. (organizador). Álbum de Araraquara. Câmara Municipal de Araraquara, In **O Imparcial**, Araraquara, 1915.

FURTADO, C. **A economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

GIEDION, S. **Espaço, Tempo e Arquitetura: O desenvolvimento de uma Nova Tradição**. São Paulo: Martins, Fontes, 2004.

GOODWIN, P.L. **Brazil Builds**. Nova York: Museu de Arte Moderna, 1943.

GORELIK, A. O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. In MIRANDA, W.M. (org). **Narrativas da Modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.55-80.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 2010.

GRAVINA, B. Urbanismo e Plano Diretor. In **Jornal O Imparcial**, 9 de abril de 1961.

HAAG, C. **A cidade dos engenheiros**. São Paulo: Pesquisa FAPESP, dezembro/2010, p.78-83)

HALL, P. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

JORNAL O IMPARCIAL de Araraquara. **Entrega do Plano Diretor de Araraquara. O Imparcial**, 27 de dezembro de 1963.

_____. **O Plano Diretor do Município de Araraquara**. 3 de dezembro de 1977.

_____. Plano Diretor do Município de Araraquara. In **Jornal O Imparcial**, 20 de novembro de 1987.

_____. **Estamos às vésperas do planejamento do futuro do nosso município**. 22 de janeiro de 1963.

JUNIOR, G. A de O. Redefinição da Centralidade Urbana em Cidades Médias. In **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (1): 205-220 jun. 2008.

LEME, Maria Cristina S. A Formação do Pensamento Urbanístico no Brasil. In: LEME, Maria Cristina (Org.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/ FUPAM, 1999.

LEME, M. C. da S. **Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional**, Tese de Livre Docência, FAU-USP, São Paulo, 2000.

LEMOS, A. **História de Araraquara**. Edição do Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria e Prefeitura Municipal de Araraquara: Tipografia Fonseca Ltda, s/d;

LIERNUR, J. F. The South American Way. El "milagro" brasileño, los Estados Unidos y la Segunda Guerra Mundial (1939-1943). In **Block**, número 4, dez. 1999, pp.23-41.

_____. Nacionalismo e Universalidad en la Arquitectura Latinoamericana. In **Escritos de Arquitectura del siglo XX em America Latina**. Madrid: Tanai, 2002, p.19-26.

LIMA, A. **Ocupação de vazios na cidade de Araraquara – Uma proposta de gestão urbana**. São Carlos: UFSCAR, Dissertação de Mestrado, 2001.

LIMA, C.V. **As escolas implementadas no interior do estado de São Paulo pelo Plano de Ação do Governo do Estado entre os anos de 1950 e 1963**. Dissertação (Mestrado), IAU-USP, São Carlos, 2013.

LIMA, R. P. **Limites da legislação e o (des)controle da expansão urbana. São Carlos (1857-1977)**. São Carlos: Edufscar, 2008.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, E. Nossas cidades estão ficando inviáveis. In **Revista IPEA**, Ano 8 . Edição 66 - 27/07/2011, in http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:catid=28&Itemid=23, acessado em 23.12.2013.

MARTINS, C. A. F. **Arquitetura e Estado no Brasil. Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; a obra de Lucio Costa (1924-1952)**. Dissertação (Mestrado). FFLCH-USP, São Paulo, 1987.

_____. **Razón, Ciudad e Naturaleza: la Génesis de los Conceptos en el Urbanismo de Le Corbusier**. Tese de Doutorado, UPM - scuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Madrid, 1992.

MONTE-MÓR, R. L. (1994). Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In M. S. Santos, Maria Adélia A. de; Silveira, Maria Laura (Ed.), **Território: globalização e fragmentação** (pp. 169-181). São Paulo: Hucitec/Anpur.

NEGRELLOS, E.P. A moderna habitação econômica como questão de estado na produção capitalista da cidade. Fases de expansão e redução dos componentes modernos da cidade e da habitação no Brasil – estado de São Paulo – no período de 1930-1985. In **Anais do III Congresso Internacional de História Urbana. Cidade e habitação na América Latina 1930-1960**. Brasília, 25 a 29 de novembro de 2013.

_____. Habitação Social Pós-1964 no Município de São Paulo. Contribuições ao Debate sobre o Moderno e a Produção da Cidade. In **Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. A construção da cidade e do Urbanismo: Ideias têm lugar?** Vitória/ES, out. 2010. (2010a).

_____. Habitação Social Pós-1980 no Município de São Paulo: Heranças da Ruptura com o Projeto moderno. In **Anais do III SILACC – Simpósio Iberoamericano Cidade e cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas**. São Carlos/SP, ago-set. 2010. (2010b).

_____. **Técnica e Estratégia Política. Grandes Projetos Urbanos na Região Metropolitana de São Paulo.** São Paulo: FAU-USP, Tese de Doutorado, 2005.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

PACHECO, C. A. **Café e cidades em São Paulo: um estudo de caso da urbanização na região de Araraquara e São Carlos.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. **PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (1971) – Lei Municipal no.1.794/71 — SP.** Disponível em <http://www.camara-arq.sp.gov.br/antigo/camverweb/leimun/01794.html>.

POLEZZE, M.C.; ZANI, L. **Da participação social à formação de comissões.** Trabalho de conclusão de curso: Faculdade de Serviço Social de Araraquara, 1978.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo** (S. Lencioni, Trans.). São Paulo: Hucitec, 1978.

REIS, N. G. **Dois séculos de projetos no estado de São Paulo: grandes obras e urbanização.** São Paulo: EDUSP, 2010.

REZENDE, V.F. **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: EDUFF, 2012.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOBRINHO, E. L.; SANTORO, F. J.; NUSDEU, R. A. **Arquitetura Moderna em Araraquara – Inventário.** In **Anais do III Seminário DOCOMOMO Brasil**, 1999.

SOMEKH, N. **A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador.** São Paulo: Studio Nobel/ EDUSP/FAPESP, 1997.

SOUZA, J. M. V. **Araraquara – 170 anos de política.** São Carlos, SP: Editora Compacta, 2003.

STEINBERGER, M. & BRUNA, G. C. **Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado.** In: ANDRADE, T. A. & SERRA, R. V. (orgs.). **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 35-77.

TAVARES, J. **As instituições administrativas e o planejamento territorial paulista: 1938-1967.** In **Anais do III Congresso Internacional de História Urbana. Cidade e habitação na América Latina 1930-1960.** Brasília, 25 a 29 de novembro de 2013.

TELAROLLI, R. **Poder local na Primeira República.** São Paulo: Nacional, 1977;

_____. **Para uma história de Araraquara: 1800-2000.** Araraquara: UNESP/FLC, Laboratório Editorial, 2003;

TELAROLLI JR, R. **Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

TOLEDO, R. A. Anhaia Mello X Prestes Maia: do embate de ideias à formulação de uma corrente urbanística. In **Anais do Congresso internacional de história, 2011**, disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/131.pdf>.

_____. **O desenvolvimento sustentável na formulação de políticas públicas e sua proposta de gestão cidadã em Araraquara no período de 2001 – 2004**. Dissertação de mestrado. Araraquara: UNESP, 2006.

_____. **Trajetórias do planejamento urbano no município de Araraquara: centralismo decisório ou participação?** Tese de doutorado. Araraquara: UNESP, 2013.

TOMY, C.A.V. **Processos construtivos empregados na habitação popular no âmbito do SFH: os conjuntos da COHAB-Bd (1967-2000)**. Dissertação de Mestrado: Unicamp, Campinas, 2000.

VALE, A. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara, SP**. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas - UNESP, Tese de Doutorado, 2005.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**, São Paulo: Studio Nobel , 2001.

VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In. DEAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos(Orgs.). **O processo de Urbanização no Brasil**. FUPAM/ EDUSP: São Paulo, 1999. ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Centro de Estudos de Sócio Urbanismo. Guia do Urbanismo. Disponível em: <http://w.urbanismoportugal.com/textos/guiadourbanismo/txt_guia_3.html>.

APÊNDICE TEMÁTICO - CRONOLOGIA E DEFINIÇÕES DO PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA

O objetivo deste breve apêndice é apresentar alguns documentos de relevância no processo de elaboração do Plano Diretor de Araraquara.

Apesar dos debates sobre o plano terem sido iniciados já no final da década de 1940, com as palestras do professor Anhaia Melo na cidade, além das reuniões com participação de diversas entidades de classe, profissionais e representantes de diversos setores sociais, o processo se efetiva de maneira oficial com a portaria 870.

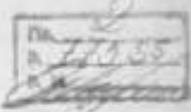
O primeiro documento que mostramos é a portaria número 870 de 28 de fevereiro de 1955, lançada pelo Prefeito Antonio Pereira Lima, nomeando a Comissão do Plano Diretor de Araraquara.

A seguir, como já descrito no item III.4 desta dissertação, em 1961, a FAU-USP, através do CEPEU, encaminha um modelo de lei que visava a criação, nos municípios interessados, de uma estrutura local de planejamento para a elaboração dos planos diretores. Segue a reprodução desse documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

PORTARIA Nº 870
De 28 de fevereiro de 1.955



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a necessidade da elaboração de um Plano Diretor para Araraquara, inegavelmente uma medida de real valor e interesse na vida administrativa municipal;

CONSIDERANDO que, no exercício de 1.952, estiveram o Executivo e o Legislativo Municipal empenhados, na elaboração do respectivo Plano, o qual só não se tornou realidade, até o momento, por questões de ordem financeira;

CONSIDERANDO vir essa medida de encontro à iniciativa tomada recentemente pela Associação de Engenharia de Araraquara;

CONSIDERANDO que os estudos relativos à elaboração do Plano, receberão a preciosíssima colaboração e direção de Prof. Anália Mello, DD. Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, de São Paulo;

R E S O L V E :-

1) - Nomear os senhores abaixo indicados, para constituírem a Comissão do Plano Diretor de Araraquara:

OTTO HERNANI MÜLLER - Presidente da Câmara Municipal;

ENGE BOAVENTURA GRAVINA - Presidente da Associação de Engenharia de Araraquara;

DR. ORLANDO DRUMOND MURCHEL - Diretor da Estrada de Ferro Araraquara;

ENGE ALBERTO MARICATO - Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem;

DR. JOSÉ PERICLES FREIRE - Diretor do Serviço Especial de Saúde;

ANDRÉ LIA - Presidente da Associação Comercial e Industrial;

COM. HÉLIO MORGANTI - Delegado Regional da CIESP;

DR. ITAMAR CAIADO DE CASTRO - Presidente da Associação Agropecuária; e,

JOSÉ BENEDITO DE CARVALHO MELLO - Presidente do Rotary Club.

Portaria que determina o início dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor de Araraquara. Na mesma Portaria foram nomeados os membros da Comissão do Plano Diretor.
Fonte: Arquivo Histórico (intermediário) Municipal de Araraquara, processo no 775/55.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CENTRO DE PESQUISA E ESTUDOS URBANÍSTICOS

- 1960-

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O PLANEJAMENTO

Proc. n.º	775-55
Fl. n.º	29
Protocolo	/

Numerosos municípios do Estado de São Paulo vêm-se interessando ultimamente pelo planejamento de seu desenvolvimento. Quase que semanalmente chegam ao Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos solicitações para colaborar na preparação de planos diretores e outros estudos.

Torna-se evidente que um novo campo profissional, integrado nas administrações municipais, está surgindo. Dentro de poucos anos teremos condições excelentes para que as atividades de planejamento municipal se desenvolvam em alto nível, produzindo desta forma resultados de grande utilidade aos administradores do interior.

Há porém, no momento, uma grande deficiência de pessoal habilitado para desempenhar tarefas de planejamento. Embora já se possam contar com dezenas de técnicos dedicando-se ao problema, esse número é ainda altamente insuficiente para atender às necessidades de nosso interior.

Acreditamos porém que muito material pode ser preparado desde já, contando apenas com a colaboração de elementos locais, desde que devidamente orientados.

Por esse motivo, julgamos ser de interesse geral a divulgação de um anteprojeto de lei, preparado pelo Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, visando criar em cada município uma estrutura local de planejamento.

Esse anteprojeto apresenta as últimas conclusões tiradas da experiência do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos e foi, inclusive, examinado pelo consultor jurídico do Centro.

Naturalmente, sua aplicação em cada caso está sujeita a pequenas adaptações em função de condições locais peculiares.

-2-

MODÉLO PARA LEI CONSTITUINDO
COMISSÕES E ESCRITÓRIO LOCAL
DE PLANEJAMENTO
LEI Nº

Proc. nº	775-55
Fls. nº	30
Protocolo	

Constitui a Comissão do Plano Diretor do Município e dá outras providências.

Artigo 1º - Fica instituída a Comissão do Plano Diretor do Município de *Município*, presidida pelo prefeito, com a constituição e as atribuições definidas neste lei.

Artigo 2º - A comissão presidida pelo prefeito será constituída de 11 a 15 membros, nomeados pelo prefeito e indicados pelas entidades de classe e associações cívicas ou culturais existentes no município, além de representantes da Câmara e da Prefeitura.

§ 1º - A comissão elegerá, em sua primeira reunião, dentre seus membros, um vice-presidente, um secretário e o relator do regimento interno, a ser aprovado dentro de 30 dias.

§ 2º - O mandato do membro da comissão terá caráter cívico, gratuito e de serviço relevante, e será exercido por seis anos, no mínimo, renovável bienalmente, pelo terço, sendo permitida a recondução.

§ 3º - O membro da comissão que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas, ou deixar de emitir parecer em assunto sujeito à sua consideração por mais de 30 dias, sem justificativa aceita pela comissão, perderá automaticamente o mandato, devendo ser substituído dentro de 20 dias da última falta.

Artigo 3º - Compete à comissão:

I - emitir parecer sobre todo projeto de lei ou medida administrativa de caráter urbanístico, ou relacionados com os serviços de utilidade pública do município;

II - promover estudos e divulgação de conhecimentos urbanísticos e especialmente do Plano Diretor do Município;

III - elaborar o seu regimento interno e realizar os seus trabalhos, observados os seguintes princípios: a) realização de, pelo menos, uma reunião por mês; b) deliberação por maioria absoluta; c) registro, em ata e arquivos adequados, de todas as deliberações, pareceres, votos, plantas e demais trabalhos da comissão e de seus técnicos; d) publicidade de suas reuniões e de seus trabalhos.

-3-

Processo /

Artigo 4º - A comissão deverá instalar-se e iniciar os seus trabalhos dentro de 30 dias da nomeação dos seus membros.

§ único - Desde a instalação da comissão nenhum projeto de lei ou medida administrativa referentes a zoneamentos, arruamentos, loteamentos, construções, espaços verdes, obras e serviços de utilidade pública poderá ser aprovado ou executado, sem prévio parecer da Comissão do Plano Diretor do Município.

Artigo 5º - Fica criado um Escritório Técnico junto ao gabinete do prefeito, incumbido da elaboração do plano diretor.

§ 1º - Os trabalhos do Escritório Técnico serão coordenados por um engenheiro ou arquiteto.

§ 2º - Os trabalhos do Escritório Técnico serão desenvolvidos com a colaboração de pessoal residente no município especializado em problemas relacionados com o planejamento municipal. Esses assessores técnicos deverão ser principalmente: agrônomos, sociólogos, advogados e economistas. Outros especialistas disponíveis poderão também ser incorporados a essa assessoria.

Artigo 6º - Compete ao Escritório Técnico:

a) estudar todos os assuntos relacionados com o planejamento territorial do município; b) encaminhar os pareceres técnicos emitidos sobre os assuntos estudados à Comissão do Plano para a conveniente solução; c) manter permanente contato com o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos por intermédio do arquiteto coordenador, para receber a orientação geral dos trabalhos.

Artigo 7º - A Prefeitura deverá fornecer ao Escritório Técnico funcionários, local, material e demais meios necessários à realização de seus trabalhos, dentro da verba que for destinada, em cada exercício, no orçamento do município, ao plano diretor.

Artigo 8º - Toda colaboração dos integrantes do Escritório Técnico será dada "pro honore", salvo a dos funcionários ou especialistas cedidos ou que venham a ser contratados pela Prefeitura, para determinados serviços.

Artigo 9º - A elaboração e execução do plano diretor deverão ser orientadas pelo Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos mediante convênio.

Artigo 10º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serviço Documentação - F.A.U.U.S.P.
Publicação C.P.E.U.-FAU - Nº 9 - julho 1960

Modelo do projeto de lei fornecido pelo CEPEU da FAU USP para implantação da comissão do Plano Diretor.

Fonte: Arquivo Histórico (intermediário) Municipal de Araraquara, processo no 775/55.

Em 3 de maio de 1961, o Prefeito Benedito de Oliveira havia recebido em seu gabinete uma comissão de membros do Rotary Club com o objetivo de conduzir a elaboração do Plano Diretor de Araraquara. Gravina propôs uma nova visita ao Professor Anhaia Mello, em São Paulo, com o objetivo de retomar o processo de elaboração do Plano. A visita foi feita em companhia do deputado Scalamandrê Sobrinho, na qual o Professor reiterou a necessidade de, inicialmente, ser criada uma Comissão do Plano Diretor de Araraquara. (TOLEDO, 2006)

O resultado imediato foi a criação, em 9 de dezembro de 1961, pela Lei n.º 1.077, da nova Comissão do Plano Diretor de Araraquara pelo Prefeito Benedito de Oliveira. A Comissão foi instalada em 21 de maio de 1962, passando a redigir um edital de concorrência pública para a elaboração do Plano Diretor do Município e julgando preferível remeter a elaboração do Plano a um escritório especializado ao invés de confiarem-no aos técnicos da Prefeitura Municipal de Araraquara.

O prazo para entrega das propostas expirava em 11 de fevereiro de 1963. O Plano Diretor deveria ser concluído até 20 de dezembro daquele ano. O responsável pela sua realização foi Gustavo Neves da Rocha filho (como já descrito no item III.4).

A ideia fundamental no Plano Diretor de Araraquara era a setorização urbana. Cada setor passava a constituir uma unidade de vizinhança cuja população máxima seria da ordem de 10.000 habitantes.

ARQUITETO

PLANO DIRETOR DE ARARAQUARA

A idéia fundamental no Plano Diretor de Araraquara é a setori-
zação. Cada setor constitui uma unidade de vizinhança cuja população
máxima será da ordem de dez mil habitantes. Estes setores, em número
de 22, tem a mesma função das super-quadras de Brasília mas se cons-
tituem das quadras clássicas de 80 x 80 metros, existentes. Cada se-
tor fica delimitado por vias principais de trânsito rápido, com lar-
gura de 25 metros, duas pistas e canteiro central. No interior d o
setor permanecem as ruas com doze metros, destinadas a tráfego ape-
nas local, já que não são mais necessárias como vias de grande cir-
culação dada a existência das vias principais. Não terão, assim, ne-
nhuma necessidade de alargamento as ruas atuais; ou melhor, o seu
passeio deverá ser alargado ou permanecer com os três metros atuais,
para possibilitar a plantação de árvores copadas que forneçam sombra
e transformem cada rua em uma área verde para o passeio a pé e até
o brinqueado da garotada. O leito destas ruas não deverá ter largura
superior a seis metros, porque êle só será necessário para o acesso
de veículos das vias principais para as residências.

Mas para que a árvore possa crescer e transformar a rua num
verdadeiro parque ou bosque, é preciso que ela tenha espaço em todos
os lados; assim, plantada no passeio, estender-se-á sobre a rua mas
também sobre os lotes. É esta uma das razões pelas quais em tôdas as
ruas de Araraquara as construções deverão obedecer um recuo de seis
metros do alinhamento. As residências abrir-se-ão plenamente para es-
ta faixa de recuo obrigatório e assim poderão usufruir da sobre be-
néfica do arvoredos; sugere-se, mesmo, no novo Código de Obras, o apro-
veitamento desta faixa de recuo para ambientes de recreação tais como
pérgolas, varandas, etc.; e ainda mais: o abrigo do automovel e mesmo

ARQUITETO

algumas dependências de serviço poderão ser construídas nesta faixa.

Todos os setores terão como centro, como coração, uma escola primária, um grupo escolar. As crianças poderão alcançá-lo sem perigo de travessia de rua de movimento, e caminhando sempre pela sombra de uma árvore amiga; a delimitação dos setores foi feita de tal maneira que para uma localização conveniente do grupo escolar nenhuma criança precisará, na situação mais desfavorável, caminhar mais de 600 metros, isto é, mais de dez minutos.

Os setores que constituem a zona residencial R 1, "estritamente residencial", terão seus núcleos comerciais localizados em torno de uma praça pública e nas proximidades de uma via principal. Assim, poderão servir a mais de um setor e serem alcançados por automóvel. A própria carga e descarga de mercadorias não vai criar, com essa localização favorável, problemas de trânsito no interior do setor.

A permissão da construção de clubes abre à iniciativa particular a possibilidade de dotar cada um destes setores de áreas de recreação; entretanto, serão preservados nos novos loteamentos que cada setor irá receber na sua zona de expansão, espaços públicos para recreação.

Nos setores que constituem a zona residencial R 2, "predominantemente residencial", embora existam núcleos comerciais perfeitamente localizados, poderá contudo surgir pequeno comércio local onde ele for necessário. Como nesta zona são permitidos os blocos de apartamentos é claro que nestes pontos a densidade de população é mais alta e o comércio torna-se necessário. Permite-se, pois, o funcionamento do comércio até mesmo em construções mistas, com o comércio restrito ao rés do chão.

Um setor de alta densidade, denominado AD, misto comercial-re

ARQUITETO

residencial, juntamente com o setor C, "central", serão os únicos onde poderão surgir arranha-céus. É a parte velha da cidade e que embora hoje possua algumas magníficas residências recém- construídas, irá em pouco tempo constituir uma zona de deterioração, isto é, uma zona em que os prédios residenciais vão mudar de uso, recebendo clínicas, escritórios, pensões e finalmente cortiços, até serem demolidos para dar lugar a prédios de escritórios ou de apartamentos. Estes dois setores, diferentes dos 22 já citados, receberão uma população de cerca oitenta mil habitantes e a sua área ficou bastante limitada para que o ciclo de deterioração exposto acima fique reduzido ao mínimo de tempo. O setor AD constitui a zona residencial R 3.

A zona residencial R 4 é constituída pela zona industrial existente, isto é, onde já existem pequenas indústrias em funcionamento. As áreas de expansão destes setores são chamadas de "áreas para indústrias" e estas poderão ser instaladas desde que sejam afastadas a possibilidade de incômodos, perigo, ou nocividade para a vizinhança. Instalada com estas precauções, qualquer indústria poderá ser, num setor residencial, uma ilha de tranquilidade nas horas noturnas e nos dias de descanso. A legislação proposta para a instalação de indústrias obriga as mesmas a procederem ao arranjo paisagístico em seus terrenos e a tomarem aquelas medidas de precaução para evitar incômodos, perigo e nocividade.

A zona comercial, constituída pelo setor central C, completa o plano de zoneamento. Neste setor, a fim de permitir não só um embelezamento mas também um melhor aproveitamento dos lotes e das quadras, e um melhor aproveitamento do ar e da luz natural, serão proibidas as áreas internas para iluminação e ventilação e, em contrapo-

ARQUITETO

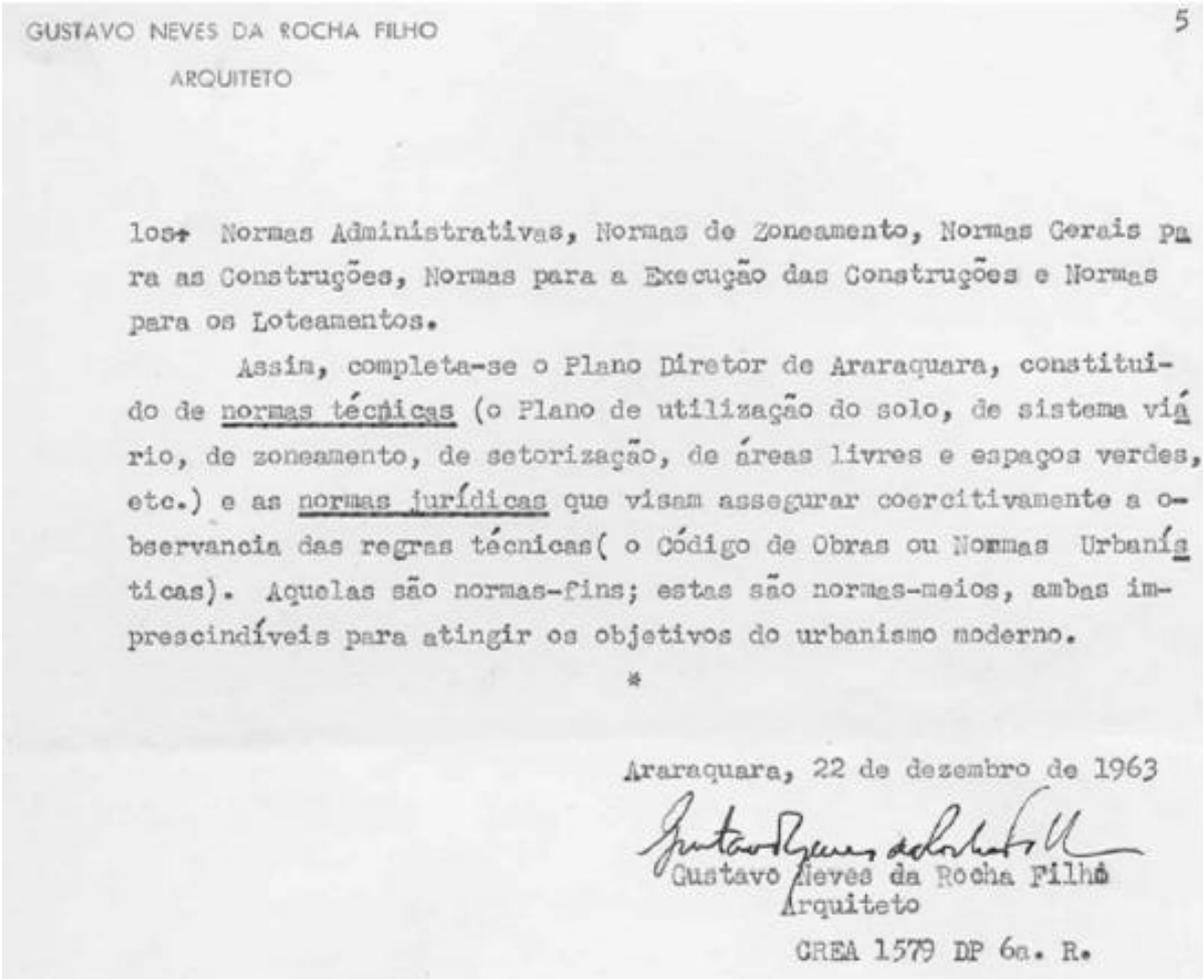
sigão, serão exigidos recúos laterais de três metros para as construções. A cidade ganha em beleza porque todos os prédios terão não só a fachada voltada para a via pública tratada arquitetonicamente como também as laterais; e a face da quadra não estará fechada totalmente como um muro a impedir a livre circulação da briza, tão necessária nesta cidade de clima quente e que por sorte possui esse "fabuloso aparelho de ar condicionado natural" que é o vento gostoso que sopra constantemente, durante o ano todo.

Finalmente, o sistema de vias principais tem as múltiplas funções de radiais e perimetrais, e interligam todos os setores e as zonas de residência, trabalho e recreação.

Cabe destacar, ainda, a fixação de um perímetro de expansão urbana, fora do qual ficam proibidos os loteamentos. A área delimitada permitirá o abrigo de 300.000 habitantes, número que adotamos para a população de Araraquara no ano de 1990; número que será atingido em pouco mais de um quarto de século. População que terá ao seu dispor cerca de 100.000 automóveis e que, por esta razão, o Código de Obras proposto vai exigir locais para estacionamento próprio em todos os prédios de residência, comércio, indústria e recreação (cinemas, teatros, etc.), tornando, por outro lado, desnecessário o alargamento das ruas, a não ser as que constituem o sistema de vias principais.

E a viabilidade da execução do Plano está justamente no fato da escolha do sistema de vias principais ter recaído em ruas já com largura suficiente ou que possam ser alargadas sem grandes despesas de desapropriação, sem nenhuma demolição; ou em vias que serão abertas com simples diretrizes para os novos loteamentos.

Acompanha o Plano Diretor de Araraquara um projeto de no Código de Obras, denominado Normas Urbanísticas e que contém cinco títulos



Memorial descritivo do Plano Diretor de Araraquara

Fonte: Processo 775/55 - Arquivo Histórico (intermediário) de Araraquara, 2011.

O Plano Diretor estava acompanhado pelo projeto de novo Código das Normas Urbanísticas dividido em cinco tópicos: Normas Administrativas; Normas de Zoneamento; Normas Gerais para as Construções; Normas para a execução das construções e Normas para os loteamentos. Dessa forma, o Plano Diretor constituía-se de Normas Técnicas (plano de utilização do solo, do sistema viário, de zoneamento, espaços verdes etc.) e de Normas Jurídicas (Código de Obras ou Normas Urbanísticas). Porém, o código de normas urbanísticas só foi aprovado efetivamente em novembro de 1967, quatro anos depois da entrega do memorial descritivo do plano.

Um dos fatores que contribuíram para esse longo período sem aprovação do código foi, provavelmente, o engavetamento do Plano Diretor por parte do prefeito de Rômulo Lupo para atender interesses próprios a seu governo, como já mencionado

no item III.4. Segue a lei n 1607, de 17 de novembro de 1967 sobre as Normas Urbanísticas.



Fôlha nº 2

Artigo 4º - As licenças serão concedidas quando solicitadas ao Prefeito por meio de requerimento do interessado e da apresentação dos demais documentos exigidos para cada caso segundo as normas vigentes.

CAPÍTULO II
Dos Profissionais

Artigo 5º - São profissionais legalmente habilitados a projetar, orientar e executar obras aqueles que satisfizerem as disposições do Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

§ 1º - As atribuições dos profissionais para o exercício de suas funções são as reguladas pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura CREA da 6ª Região.

§ 2º - A Prefeitura manterá um registro e fichário dos profissionais, separando-os nas categorias devidas.

Artigo 6º - A assinatura dos profissionais nos projetos e memoriais descritivos submetidos à Prefeitura será precedida da indicação da função que no caso lhe couber como "Autor do Projeto" e "Responsável pela Obra" e sucedida do nome, título e número da carteira do CREA da região a que pertencer.

CAPÍTULO III
Dos embargos e interdições

Artigo 7º - As obras não licenciadas e as que forem executadas em desacordo com o projeto aprovado estão sujeitas a embargo e ficarão suspensas até que o responsável cumpra as intimações - que se lhes fizerem.

§ 1º - As obras concluídas ou as existentes que não forem utilizadas para os fins constantes dos projetos aprovados ou de uso para o qual foram licenciadas pela Prefeitura, estão sujeitas à interdição e ficarão fechadas até que o responsável cumpra as intimações - que se lhes fizerem.

§ 2º - Aos infratores será permitido executar nas obras embargadas ou suspensas somente o trabalho necessário para o restabelecimento da disposição legal violada.

CAPÍTULO IV
Da Fiscalização e Vistorias

Artigo 8º - A Fiscalização exercerá a sua ação permanentemente sobre todas as obras ou serviços previstos nestas Normas, velando pelo cumprimento integral das plantas aprovadas e alvarás - concedidos e impedirá o que se iniciar sem a observância dessas e de outras formalidades, segundo as presentes Normas.

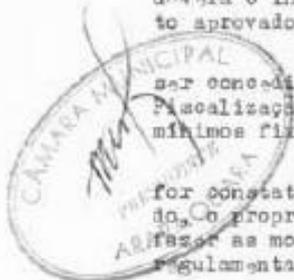
Artigo 9º - Os projetos aprovados e respectivos alvarás deverão permanecer no local das obras, resguardados da ação do tempo e acessíveis à Fiscalização.

Parágrafo único - É facultativo à Fiscalização desenvolver a sua ação fiscal a qualquer hora do dia ou da noite, tanto nos dias úteis como nos dias feriados.

Artigo 10 - Após a conclusão das obras - deverá o interessado requerer vistoria à Prefeitura para que seja no projeto aprovado lançado o "Visto" ou o "Habite-se".

Parágrafo único - O "Habite-se" poderá ser concedido em caráter parcial desde que as partes concluídas, à juízo da Fiscalização, possam ser consideradas independentes de todo e preencham os mínimos fixados pelas presentes Normas.

Artigo 11 - Se por ocasião da vistoria - for constatado que a obra ou serviço está em desacordo com o projeto aprovado, o proprietário e o responsável serão intimados a legalizar os mesmos e fazer as modificações e demolições necessárias para atender as exigências regulamentares.



CAPÍTULO VDas Emolumentos e das Multas

Artigo 12 - A expedição de alvarás de qualquer teor está sujeita ao pagamento de emolumentos de acordo com as tarifas vigentes.

Artigo 13 - Pelas infrações dos dispositivos das presentes Normas serão os proprietários ou os responsáveis passíveis da aplicação de multas e penalidades, de acordo com as tabelas e discriminações vigentes.

TÍTULO IINORMAS DE ZONAMENTOCapítulo IClassificação das Construções

Artigo 14 - As construções no Município de Araraquara são classificadas de acordo com a previsão de sua utilização e agrupadas segundo afinidades constatadas, da seguinte forma:

- I - Residenciais - assim denominadas as construções destinadas à habitação de uma pessoa ou família, a saber:
- a) - habitação isolada - quando a cada lote corresponder uma única habitação;
 - b) - habitação geminada - quando a cada lote corresponder duas ou mais habitações formando conjunto arquitetônico e dispoñdo cada uma de fração real do lote;
 - c) - habitação econômica - também chamada popular é a habitação isolada ou geminada que goza de benefícios e isenções segundo a legislação vigente, sem prejuízo da observância das presentes Normas, e
 - d) - apartamentos - são as habitações que constituem blocos residenciais e que a cada uma corresponde uma fração ideal do lote.
- II - Comerciais - assim denominadas as construções destinadas à função de comércio e prestação de serviços, a saber:
- a) - comércio de mercadorias;
 - b) - escritórios, consultórios e estúdios;
 - c) - depósitos, agências de despachos de cargas e encomendas e agências de distribuição de jornais e revistas;
 - d) - pequenas oficinas de artes e ofícios: curives, relojoeiro, funileiro, encanador, eletricieta, carpinteiro, marceneiro, sapateiro, alfaiate, costureiro, fotógrafo, vidraceiro, estofador, tinturaria, lavanderia e estabelecimentos similares;
 - e) - barbeiros, cabeleiros, manicures, institutos de beleza e estabelecimentos similares;
 - f) - hotéis, restaurantes, bares, cafés, sorveterias, casas de chá e estabelecimentos similares;
 - g) - cinemas, cinema-teatros, teatros, emissoras de rádio e televisão; e
 - h) - garagens coletivas para automóveis.
- III - Mistas - assim denominadas as construções destinadas unicamente para fins comerciais e residenciais.
- IV - Industriais - assim denominadas as construções destinadas a fins industriais, a saber:
- a) - grandes e médias indústrias: beneficiamento de produtos de origem vegetal e animal; de transformação de minerais não metálicos; metalúrgicas; mecânicas; de material elétrico e de comunicações; de construção e montagem de material de transporte; de madeira; de mobiliário; de papel e de papelão; de borracha e dos plásticos; de couro; pele e produtos similares; químicas; têxteis; de vestuário, calçados e artigos de tecidos; dos produtos alimentares; de bebida, de fumos; gráficas e editoras; instrumentos e utensílios para usos mecânicos; de instrumentos e material cirúrgico; de material de escritório; de brinquedos; de produtos farmacêuticos; de perfumaria, sabões e velas; e
 - b) - pequenas indústrias: assim denominadas as que necessitam de trabalho habilidoso, especializado, não estandardizado e desde que não empreguem mais de 10 (dez) operários e cuja força motriz total não seja -



FOIHA Nº 2

superior a 10 (d'z) HP, tais como - indústrias de artefactos de couro - e peles de uso pessoal; de tecidos elásticos e artigos de malha; vestuário, calçados finos e artefactos de tecidos; gráficas; instrumentos e utensílios para usos técnicos e profissionais; aparelhos de ótica; e estabelecimentos similares.

- V - Especiais - assis denominadas as construções que não se enquadram especificamente nos itens anteriores, tais como: igrejas, escolas, asilos, hospitais, clubes e outros.

CAPITULO IICondições Gerais para a Utilização dos Lotes

Artigo 15 - São as seguintes as condições gerais para a utilização dos lotes segundo a previsão de uso das construções que nêles se fizerem:

I - Residenciaisa) - habitação isolada

1. Será permitida a ocupação de 85% (oitenta e cinco por cento) da área do lote com edificação principal.
2. Serão exigidos recuos mínimos de 4 (quatro) metros do alinhamento da rua e de 1,50 (um e cinquenta) metro nas laterais do lado que tiver portas ou janelas sendo facultativo o recuo na lateral oposta.
3. Será permitida a ocupação da faixa de recuo do alinhamento para: abrigo de automóveis; pargelas e ambientes para recreio com cobertura horizontal sobre "pilotis" ou estruturas análogas, desde que não constituam recinto fechado.
4. Serão permitidos dois pavimentos: térreo e superior.
5. Os muros de fecho não poderão ter altura superior a 2,70 (dois metros e setenta centímetros) e os construídos no alinhamento da rua deverão estar em harmonia com a fachada do edifício não ultrapassando altura de 1,20 (um metro e vinte centímetros).

b) - habitação geminada

1. Será permitida a ocupação de 80% (oitenta por cento) da área do lote com a edificação principal.
2. Será exigido recuo mínimo de 4 (quatro) metros do alinhamento da rua, sendo facultativo o recuo lateral.
3. Será permitida a ocupação da faixa de recuo do alinhamento para: abrigo de automóveis, pargelas e ambientes para recreio com cobertura horizontal sobre "pilotis" ou estruturas análogas, desde que não constituam recintos fechados.
4. Não será permitida a ocupação da faixa de recuo do alinhamento com a construção de dependência de serviço.
5. Serão permitidos dois pavimentos: térreo e superior.
6. Os muros de fecho não poderão ter altura superior a 2,70 (dois metros e setenta centímetros).

c) - habitação econômica

1. Será permitida a ocupação de 80% (oitenta por cento) da área do lote com a edificação principal.
2. Serão exigidos recuos mínimos de 4 (quatro) metros no alinhamento da rua e de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) na lateral que tiver portas ou janelas sendo facultativo da lateral oposta, mas com vãos fixos à 2,00 (dois metros) de altura.
3. As construções deverão ser térreas.
4. Os muros de fecho não poderão ter altura superior a 2,70 (dois metros e setenta centímetros) sendo permitido o uso de ripas de madeira aparilhadas ou em tela de arame e postes.

d) - apartamentos

1. Será permitida a ocupação de 70% (setenta por cento) da área do lote com a edificação principal e a relação entre a área total da construção e a área do lote não poderá ser superior a seis.
2. Serão exigidos recuos mínimos de 4 (quatro) metros do alinhamento da rua, salvo nos setores central de alta densidade, em que o mínimo será de 4 (quatro) metros; e de 3 (três) metros das divisas laterais do lote.



FUNDO N.º 11

3. Será proibida a habitação dentro do lote, salvo para o pessoal da guar-
da diurna e noturna e serviços sociais tais como cantina, restaurante,
creche e jardim da infância que deverão, entretanto, ser protegidos -
da nocividade industrial.
4. Será exigido espaço servido por entrada adequada para carga e descarga
de caminhões e estacionamento de automóveis de passageiros de uso per-
soal dos empregados segundo o interesse da indústria, ressalvado e -
disposto na alínea seguinte.
5. Será exigido espaço não inferior a 10% (dez por cento) da área do lote
e que somado ao espaço referido na alínea anterior não poderá ser in-
ferior a 30% (trinta por cento) da área do lote, para arranjo paisagis-
tico, serviços sociais e recreação dos operários.
6. As áreas destinadas ao arranjo paisagístico poderão servir para algu-
mas das medidas que afastem a nocividade industrial desde que essas -
medidas incluam vegetação arbórea ou espelhos d'água.
7. Será exigida planta de localização da indústria e das instalações e -
maquinismos, suas características, horário de funcionamento e o mais
necessário ao perfeito conhecimento das condições de trabalho e do pe-
rigo, nocividade ou incômodo que possam causar à vizinhança.

b) - pequenas indústrias

1. Será permitida a sua instalação e funcionamento somente nos locais es-
pecificamente declarados para esse fim e desde que sejam tomadas pre-
cauções e adotadas medidas que afastem a possibilidade de perigos ou
incômodos à vizinhança, principalmente de deposição de resíduos, po-
lução atmosférica e ruídos.
2. Será permitida a ocupação de 80% (oitenta por cento) da área do lote
com a edificação principal.
3. Serão exigidos recuos mínimos de 4,00 (quatro metros) do alinhamento
da rua e de 3,00 (três metros) das dividas laterais do lote.
4. Serão permitidos dois pavimentos ou altura total do prédio não supe-
rior a 10,00 (dez metros).
5. Não será aprovado nenhum projeto cuja área total da construção for in-
ferior a 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados) e cuja indústria -
necessitar para o seu funcionamento de mais de 10 operários ou mais -
de 10 HP de força motriz.
6. Poderão ser utilizadas as construções comerciais para a instalação de
pequenas indústrias que tenham caráter artesanal, respeitadas as de -
mais exigências destas Normas.
7. As pequenas indústrias, obedecidas as normas estabelecidas para asse-
gurar o afastamento de perigo ou incômodos à vizinhança, principalmen-
te de deposição de resíduos, poluição atmosférica e ruídos, poderão -
ser instaladas fora da zona estabelecida para as indústrias, desde -
que, pelo menos, 60% (sessenta por cento) dos proprietários circunvi-
nhos, num raio de 50,00 (cinquenta metros), deem autorização.

V - Especiais

1. Será permitida a utilização dos lotes para construções especiais (igre-
jas, escolas, hospitais, clubes e outras) ouvida a Prefeitura e desde
que seja atendido o interesse social e sempre obedecendo as exigências
já estabelecidas pela presente Normas Urbanísticas.

Parágrafo único - Será permitido recuo menor ,
desde que não seja inferior a 4 (quatro) metros do alinhamento, nas constru-
ções de conjuntos exclusivamente residenciais, que atendam as modernas tén-
onicas de urbanismo.

CAPÍTULO IIIDivisão do Município em Zonas

Artigo 16 - Para os efeitos da aplicação destas
Normas, o Município de Araraquara compõe-se das seguintes zonas:

- I - zona urbana (da cidade e vilas) ;
- II - zona de expansão urbana (da cidade e vilas) ; e
- III - zona rural.

Artigo 17 - A zona urbana da cidade de Arara-
quara está contida dentro do perímetro descrito a seguir: começa com o rumo
38º N.W. no marco zero situado na interseção do Córrego do Ouro com a rode-
via Washington Luís, na distância de 1.855 metros vai encontrar o marco um,



onde, com uma deflexão à direita de $36^{\circ} 10'$, na distância de 300 metros vai encontrar o marco dois; do marco dois, deflexão à direita de 90° , distância de 605 metros vai encontrar o marco três onde, com uma deflexão à esquerda de $88^{\circ} 20'$, na distância de 1.035 metros vai encontrar o marco quatro, situado na interseção do prolongamento da Avenida Bandeirantes com o Ribeirão das Cruzes; do marco 4, sobe pelo ribeirão até encontrar o marco 5, situado na interseção do prolongamento da Avenida 48 com o Ribeirão das Cruzes; do marco 5, com uma deflexão à direita de 41° , na distância de 1.490 metros vai encontrar o marco 6, onde, com deflexão à direita de $32^{\circ} 30'$, distância de 665 metros vai encontrar o marco 7, defletindo à esquerda $104^{\circ} 30'$ e na distância de 235 metros vai encontrar o marco 8; do marco 8, com deflexão à direita de 90° , distância de 140 metros vai encontrar o marco 9, onde, com deflexão à esquerda de 90° , distância de 350 metros, vai encontrar o marco 10, onde, com deflexão à direita de 90° , distância de 210 metros, vai encontrar o marco 11, onde com deflexão à esquerda de 57° distância de 260 metros vai encontrar o marco 12; do marco 12, deflexão à direita de 25° , distância de 1.023 metros vai encontrar o marco 13, onde, com deflexão de 142° à direita, na distância de 1.926 metros, vai encontrar o marco 14, onde, com deflexão de 75° à esquerda, distância de 545 metros, vai encontrar o marco 15, onde com deflexão à esquerda de 90° , distância de 305 metros vai encontrar o marco 16, onde com deflexão à direita, distância de 370 metros, vai encontrar o marco 17, onde, com deflexão à direita de 106° , distância de 230 metros - vai encontrar o marco 18, onde, com deflexão à direita de 16° , distância de 310 metros, vai encontrar o marco 19, onde, com deflexão à esquerda de 39° , distância de 435 metros vai encontrar o marco 20, onde, com deflexão à esquerda de 111° , distância de 705 metros, vai encontrar o marco 21, onde, com deflexão à direita de 104° , distância de 580 metros vai encontrar o marco 22, onde, com deflexão à esquerda de 95° , distância de 690 metros, vai encontrar o marco 23, onde com deflexão à direita de 90° , distância de 70 metros, vai encontrar o marco 24, onde, com deflexão à esquerda de $46^{\circ} 30'$, distância de 395 metros, vai encontrar o marco 25, onde, com deflexão à direita de 120° , distância de 540 metros, vai encontrar o marco 26, onde, com deflexão à esquerda de 68° distância de 775 metros, vai encontrar o marco 27, onde, com deflexão à esquerda de 90° , distância de 350 metros, vai encontrar o marco 28, onde com deflexão à esquerda de 90° , distância de 450 metros, vai encontrar o marco 29, onde com deflexão à direita de $98^{\circ} 30'$, distância de 215 metros vai encontrar o marco 30, onde, com deflexão à esquerda de 89° , distância de 255 metros, vai encontrar o marco 31, onde, com deflexão à esquerda de $16^{\circ} 30'$, distância de 490 metros vai encontrar o marco 32, situado à margem do Córrego do Ouro; do marco 32, desce pelo Córrego do Ouro, distância de aproximadamente 1.170 metros até encontrar o marco 33, onde, com relação ao marco 32 deflete à esquerda 133° distância de 1.360 metros vai encontrar o marco 34 situado na margem da estrada estadual Araraquara-Ribeirão Preto; do marco 34, vai pela margem da estrada, continuando pelo anel rodoviário formado por essa rodovia e pela rodovia estadual Araraquara-Jaú, na distância aproximadamente de 3.650 metros, até encontrar o marco zero situado na interseção do Córrego do Ouro com a rodovia Washington Luiz.

Parágrafo único - O perímetro da zona urbana da cidade de Araraquara poderá ser modificado para atender ao crescimento da cidade e ampliando até os limites fixados para a zona de expansão urbana.

Artigo 18 - A zona de expansão urbana da cidade de Araraquara tem por perímetro uma linha que começa no marco zero, na interseção da rodovia estadual Washington Luiz com o Córrego do Ouro; vai por esta, na distância de 1.855 metros até encontrar o marco 1, onde, com uma deflexão à direita de 36 graus e 10 minutos, na distância de 900 metros passa sobre o marco 2 e vai encontrar o Ribeirão das Cruzes; sobe por este até o seu afluentes da margem esquerda que tem sua foz na represa de captação; sobe por este até a sua cabeceira, continuando em linha reta até o marco 17, conforme na estrada do Serralhal a 236 metros do cruzamento desta com a estrada para Atóia; do marco 17, distância de 500 metros, até o visdoto sobre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro; deste ponto, ao longe da margem da cidade estrada de ferro, na distância de 1.500 metros; deste ponto, com o rumo norte-sul, distância de 3.900 metros, até encontrar a rodovia estadual para Ribeirão Preto; deste ponto, por esta rodovia e continuando pelo anel rodoviário que liga com a rodovia Washington Luiz, até encontrar o marco zero na interseção desta com o Córrego do Ouro.



CAPITULO IVDivisão da Zona Urbana em Setores

Artigo 19 - A zona urbana e de expansão urbana da cidade de Araraquara fica dividida em setores, cujas delimitações são as seguintes:

SETOR 1 - Começa no cruzamento da Avenida Francisco Aranha do Amaral com a Avenida Bento de Abreu; vai por esta e seu prolongamento até a Avenida José Parisi; vai por esta até a Rua Américo Brasiliense e continua com o mesmo rumo até encontrar a divisa com a Estrada de Ferro Araraquara; vai por esta divisa até a cabeceira do Córrego da Servidão, no prolongamento ideal da Rua Américo Passetto; vai por este prolongamento ideal e pela Rua Américo Passetto até a Avenida Francisco Aranha do Amaral, continuando pela mesma até o seu cruzamento com a Avenida Bento de Abreu.

SETOR 2 - Começa na divisa com a Estrada de Ferro Araraquara, num ponto sobre o prolongamento da Avenida José Parisi, continua por este prolongamento e pela Avenida José Parisi e seu prolongamento ideal até a Avenida Napoleão Selmi-Dei; vai pela Avenida Napoleão Selmi-Dei até o cruzamento com a Rua Henrique Lupo; continua ao longo da margem da represa de captação e pela linha parimétrica da zona de expansão urbana até encontrar a estrada para Tutóia; vai por esta e ao longo da divisa da Estrada de Ferro Araraquara até o ponto sobre o prolongamento ideal da Avenida José Parisi.

SETOR 3 - Começa no cruzamento da Avenida Bento de Abreu com a Rua Henrique Lupo; vai por esta até a Avenida Napoleão Selmi-Dei; vai por esta até a Praça Camilo Gavião de Sousa Neves; continua pela Avenida Bento de Abreu até o seu cruzamento com a Rua Henrique Lupo.

SETOR 4 - Começa no cruzamento da Avenida Padre Francisco Colturato com a Rua Padre Duarte; vai por esta e seu prolongamento ideal até o limite da zona de expansão urbana, no Ribeirão das Cruzes; sobe por este até a Rua Henrique Lupo; vai por esta até a Avenida Bento de Abreu; continua por esta até a Avenida Padre Francisco Colturato e por esta até o cruzamento com a Rua Padre Duarte.

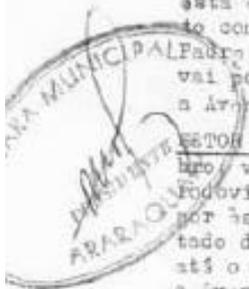
SETOR 5 - Começa no cruzamento da Rua Padre Duarte com a Avenida Padre Francisco Colturato; vai por esta até a Rua Armando Salles de Oliveira; continua por esta até a divisa da zona de expansão urbana no Ribeirão das Cruzes; sobe por este até o prolongamento ideal da Rua Padre Duarte; vai por este prolongamento e por esta rua até o seu cruzamento com a Avenida Padre Francisco Colturato.

SETOR 6 - Começa no cruzamento da Rua Armando Salles de Oliveira com a Avenida Padre Francisco Colturato; vai por esta até o limite da zona de expansão urbana, no Ribeirão das Cruzes; sobe por este até a Rua Armando Salles de Oliveira; vai por esta até o seu cruzamento com a Avenida Padre Francisco Colturato.

SETOR 7 - Começa na divisa da Estrada de Ferro Araraquara, num ponto sobre o prolongamento ideal da Avenida Bandeirantes; vai por esta até a Rua Professora Adélia Izique; continua por esta até a Avenida Padre Francisco Colturato; vai por esta até a Avenida Francisco Aranha do Amaral; vai por esta até a Rua Américo Passetto; vai por esta e seu prolongamento ideal até a divisa com a Estrada de Ferro Araraquara; vai por esta divisa até um ponto sobre o prolongamento ideal da Avenida Bandeirantes.

SETOR 8 - Começa no cruzamento da Rua Humaitá com a Avenida Espanha; vai por esta e seu prolongamento projetado até o Ribeirão das Cruzes no seu cruzamento com a Avenida Bandeirantes; sobe pelo Ribeirão das Cruzes até a Avenida Padre Francisco Colturato; vai por esta até a Rua Professora Adélia Izique; vai por esta até a Rua Humaitá; continua por esta até o seu cruzamento com a Avenida Espanha.

SETOR 9 - Começa no cruzamento da Rua Humaitá com a Avenida Sete de Setembro; vai por esta até a Avenida Presidente Vargas por onde continua até a Rodovia Washington Luis, limite da zona urbana e de expansão urbana; vai por este até o cruzamento da Avenida Bandeirantes com o prolongamento projetado da Avenida Espanha; vai por este prolongamento e pela Avenida Espanha até o cruzamento com a Rua Humaitá; continua por esta até o cruzamento com a Avenida Sete de Setembro.



Fôlha nº 9

SETOR 10 - Começa no cruzamento da Avenida Presidente Vargas com a Rua dos Libaneses; vai por esta e por seu prolongamento ideal até o Córrego do Ouro; desce por este até a rodovia Washington Luis; vai por esta até a Avenida Presidente Vargas; sobe por esta até o cruzamento com a Rua dos Libaneses.

SETOR 11 - Começa na confluência do Córrego da Servidão com o Córrego do Ouro; desce por este até o prolongamento ideal da Rua dos Libaneses; vai por este e pela Rua dos Libaneses até a Avenida Sete de Setembro; vai por esta até o Córrego da Servidão; vai por este até a confluência com o Córrego do Ouro.

SETOR 12 - Começa na confluência do Córrego da Servidão com o Córrego do Ouro; sobe por este até a interseção com a Rua Capitão José Sabino Sampaio; vai por esta até a Rodovia estadual para Ribeirão Preto (anel rodoviário), vai por este anel rodoviário até a inserção com o Córrego do Ouro; sobe por este até a confluência com o Córrego da Servidão.

SETOR 13 - Começa na confluência do Córrego do Ouro com o Córrego da Servidão; sobe por este até a Avenida Sete de Setembro no cruzamento da Rua Waldomiro Machado; vai por esta até a Avenida Padre José de Anchieta; vai por esta até o travo da rodovia de Ribeirão Preto com a variante da rodovia Araraquara-São Carlos, no anel rodoviário, vai por este até o cruzamento com a Rua Capitão José Sabino Sampaio; vai por esta até o Córrego do Ouro; desce por este até a sua confluência com o Córrego da Servidão.

SETOR 14 - Começa no cruzamento da Avenida Padre José de Anchieta com a estrada para o Aeroporto Bartolomeu de Gusmão; vai por esta até a rodovia estadual para Ribeirão Preto; vai por esta até o travo com a variante da rodovia Araraquara-São Carlos, no cruzamento com a Avenida Padre José de Anchieta; vai por esta até o cruzamento com a estrada para o Aeroporto Bartolomeu de Gusmão.

SETOR 15 - Começa na interseção da Avenida Padre José de Anchieta com o Córrego do Ouro; sobe por este até o limite da zona de expansão urbana; segue por este até a rodovia para Ribeirão Preto; vai por esta até a estrada para o Aeroporto Bartolomeu de Gusmão; vai por esta até a Avenida Padre José de Anchieta; vai por esta até a interseção com o Córrego do Ouro.

SETOR 16 - Começa na Praça Dr. Pedro Cruz e vai pela Rua Antonio Prado até o cruzamento com a Avenida Sete de Setembro; neste ponto faz deflexão à direita, atravessa a linha da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e vai ao longo de seus desvios ferroviários até encontrar a Rua Bahia; vai por esta até a Avenida João Batista de Oliveira; vai por esta até o limite da zona de expansão urbana na sua interseção com o Córrego do Ouro; desce por este até a sua interseção com a Avenida Padre José de Anchieta; vai por esta até a Praça Dr. Pedro Cruz.

SETOR 17 - Começa no cruzamento da Avenida Sete de Setembro com a Rua Antonio Prado; vai por esta e continua ao longo da divisa com a Estrada de Ferro Araraquara até o Viaduto da Avenida Barroso; vai por este continuando pela Avenida Padre Antonio Cesarino e estrada antiga para Américo Brasileiro até o cruzamento com a Avenida Paulista; neste ponto deflete à direita e vai pelo prolongamento da Avenida Paulista até encontrar a Avenida João Batista de Oliveira; vai por esta até a Rua Bahia; vai por esta até encontrar os desvios ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro; vai ao longo deste atravessada, até encontrar a Rua Antonio Prado no cruzamento com a Avenida Sete de Setembro.

SETOR 18 - Começa no cruzamento da Avenida João Batista de Oliveira com o prolongamento da Avenida Paulista; vai por este até o cruzamento com o prolongamento da Avenida Guanabara; vai por este e pela Avenida Guanabara e pelo prolongamento ideal até encontrar a divisa da zona de expansão urbana; vai por esta até a interseção do Córrego do Ouro com a Avenida João Batista de Oliveira; vai por esta até o cruzamento com o prolongamento da Avenida Paulista.

SETOR 19 - Começa no cruzamento dos prolongamentos da Avenida Guanabara com a Avenida Paulista; vai por este até o cruzamento com a antiga estrada para Américo Brasileiro; vai por esta até o limite da zona de expansão urbana; vai por este até o cruzamento com o prolongamento ideal da Avenida Guanabara; vai por esta até o seu cruzamento com o prolongamento da Avenida Paulista.



TÍTULO VI
DAS PREVISÕES FUTURAS

Artigo 76 - Ficam proibidas as construções sobre os córregos da servidão, em toda a sua extensão urbana. Essas áreas serão para feitura de vias de acesso, ligando os pontos extremos da cidade.

Artigo 77 - Fica reservada uma área de terras de 20.000 (vinte mil) metros quadrados, ao lado da Ponte Luminosa (Serviço de Tratamento de Água), para o fim de construção do Ginásio de Esportes Municipal.

Artigo 78 - Fica reservada uma área de terras ao lado do hangar do aeródromo municipal, para a instalação do Gabinete Meteorológico, com 10.000 (dez mil) metros quadrados.

Artigo 79 - Envidará o Município todos os esforços para conseguir a mudança das Estações Ferroviárias para os altos da Vila Xavier.

Artigo 80 - O Município estabelecerá e apoiará o viário de Araraquara e promoverá nas aprovações de loteamentos e construções futuras a sua realização.

Artigo 81 - Deverá ser construída uma via de acesso com duas pistas ao Aeroporto Municipal, dando ligação à rodovia Araraquara-Ribeirão Preto.

Artigo 82 - Fica reservada a área de propriedade do Município, onde se localiza o Cemitério dos Britos, para a instalação do futuro cemitério municipal. Nessa necrópole será proibida a construção de mausoléus de qualquer natureza, permitindo-se tão somente a construção de um túmulo, de lápide e respectiva cruz.

Artigo 83 - Os terrenos de propriedade da Prefeitura que circundam a Estação de Tratamento de Água, ficam reservados para ampliação da Estação de Tratamento, não podendo ser desviados para outra finalidade.

Artigo 84 - Continua em vigor pelo prazo de um ano, a contar da data desta Lei, a Lei número 1.592, de 6 de setembro de 1967, que permite construções no alinhamento da via pública, destinadas à entidades de caráter esportivo ou recreativo.

Artigo 85 - Fica considerada zona industrial todo o ângulo compreendido por um lado pela Rua Armando Galles de Oliveira até a divisa da zona de expansão e a Avenida Padre Francisco Colturato, até a Rodovia Washington Luiz.

Artigo 86 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as leis nºs 915, de 30 de janeiro de 1961; 950, de 3 de maio de 1961; 953, de 4 de maio de 1961; 954, de 4 de maio de 1961; 958, de 16 de maio de 1961; e 1038, de 4 de setembro de 1961.

Artigo 87 - Ficam mantidas as leis nºs 98, de 13 de junho de 1950; e 419, de 16 de julho de 1955, ressalvadas as restrições impostas pelas Normas ora aprovadas.

Artigo 88 - Fica o Prefeito Municipal, autorizado a adquirir na forma da Lei uma área de terreno destinada a instalação de indústrias de grande porte.

Parágrafo único - O terreno de que trata o presente artigo, deverá ser localizado às margens de córregos, em trechos cujas águas não se destinam ao reservatório da municipalidade, para uso da população.

Artigo 89 - Todos os projetos de construção, em forma ou documentos, na zona urbana, devem ter o visto do Sr. Prefeito Municipal, após serem encaminhados ao Departamento de Engenharia da Prefeitura, para fiscalização do serviço projetado.

Artigo 90 - As propriedades não cadastradas na Prefeitura, para gozar dos benefícios constantes do § 2º do artigo 64, terão prazo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência da presente Lei, para regularizá-las.

Artigo 91 - Fica revogada a Lei nº 1607, de 17



Normas Urbanísticas, Lei no 1607, de 17 de novembro de 1967

Fonte: TOLEDO (2013), p.292-300.

Em 1967, ocorreu uma análise do Plano, realizada por um Grupo de Trabalho montado pelo Presidente do Rotary Club Araraquara. O grupo tinha a finalidade de apreciar o projeto elaborado por Rocha Filho em 1963. Para este fim, foram criadas as subcomissões: Vias Principais, Setorização, Zoneamento e Código de Obras. As três subcomissões procederam ao exame das plantas e do relatório do Plano Diretor de Araraquara e, para tanto, retomaram a Lei n.º 1.607 de 17 de novembro de 1967, sobre “Normas Urbanísticas”, a Lei n.º 1.661 de 15 de outubro de 1968, sobre “recuo do alinhamento de edifícios residenciais” e a Lei n.º 1.662 dessa mesma data, sobre “construção de conjuntos residenciais”.

Após o desenvolvimento dos trabalhos de análise do Plano Diretor de Araraquara, o GT apresentou as seguintes conclusões:

1º) O Plano Diretor de Araraquara, elaborado pelo Arquiteto Rocha Filho é obra séria, fruto de longas pesquisas e de inteligente orientação (...). Sua ideia fundamental – a setorização - se enquadra nos conceitos mais recentes do urbanismo e está bem desenvolvida. 2º) O G.T. aprovou a conceituação da divisão da cidade em unidades de vizinhança, cuja população no máximo será da ordem de 10.000 habitantes, cada uma delas tendo um elevado grau de autossuficiência delimitadas por vias principais de trânsito rápido. 3º) A fixação de um perímetro de expansão urbana de 300.000 habitantes (previsto para o ano de 1990) justifica-se, à vista do desenvolvimento da cidade. 4º) O lapso de tempo decorrido entre a ata em que o Plano Diretor de Araraquara foi concluído, e a data em que o mesmo foi submetido a exame do Grupo de Trabalho (3 anos), alterou várias conclusões a que o projetista havia chegado, ainda mais porque, durante esses anos, a cidade experimentou uma grande expansão, e foram executadas ou iniciadas inúmeras obras de vulto, não previstas no Plano. 5º) Outra consequência da fase de desenvolvimento por que passa a cidade foi a dificuldade de definição do sistema de vias principais ligado àquele zoneamento. 6º) O Grupo de Trabalho reconheceu a necessidade de novos estudos sobre o zoneamento e conseqüentemente sobre o sistema de vias principais de trânsito rápido (...). 7º) O Grupo de Trabalho reconheceu a necessidade de serem definidos e concluídos em caráter prioritário e no menor prazo possível os estudos e projetos para a construção da Avenida de fundo-vale sobre o Córrego da Servidão, pela principal do sistema viário da cidade. A construção daquela Avenida, acompanhada a desapropriação de faixas paralelas ao seu eixo e profundidade conveniente, proporcionará a criação de uma grande artéria de circulação rápida ao lado da qual – nas áreas desapropriadas – poderão ser edificadas grandes obras públicas municipais, estaduais ou federais, as obras destinadas à recreação, às artes e ao esporte, e obras particulares importantes. (GRAVINA in TOLEDO, 2006: 86).

As resoluções tomadas a partir desta revisão do plano diretor culminarão na lei 1794, aprovada em 26 de julho de 1971 que passou a englobar todos os aspectos debatidos até então e foi amplamente modificada por leis complementares até 1985. (Ver lei 1974/71, no Anexo A).

ANEXOS
